



“Navale Bellum Navitis Docere”

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL



ESCOLA DE GUERRA NAVAL
 Av. Pasteur, nº 480, Praia Vermelha
 Urca – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
 22290-240



NOSSA CAPA:

13 DE DEZEMBRO DE 2007 – Bicentenário de Nascimento do Almirante Tamandaré. Dia em que, anualmente, é outorgada a Medalha Mérito Tamandaré, que se destina a agraciar militares, civis e instituições que tenham prestado relevantes serviços na divulgação e no fortalecimento das tradições da Marinha do Brasil.

ISSN-1809-3191



ISSN 1809-3191

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Número 10

dezembro de 2007

A **Revista da Escola de Guerra Naval** é um periódico especializado que tem como objetivo publicar, disseminar e promover o intercâmbio, em níveis nacional e internacional, de informações nas seguintes áreas de concentração: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítima e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle.

Este periódico visa a proporcionar uma maior integração entre a Marinha do Brasil e a sociedade acadêmica, publicando textos científicos, de interesse da Defesa Nacional.

Os artigos publicados pela Revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o pensamento da Escola de Guerra Naval nem o da Marinha do Brasil, podendo ser reproduzidos, desde que citada a fonte.

Os trabalhos poderão ser apresentados por civis e militares, conforme as Normas para Publicação citadas na última página de cada volume e constante do site www.egn.mar.mil.br.

Revista da Escola de Guerra Naval
Direitos desta edição reservados à EGN – Av Pasteur, 480,
Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290-240
Tel (21) 2295-7882

Publicação semestral, editada em português, inglês e espanhol, de natureza acadêmica, sem fins lucrativos.

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Almirante-de-Esquadra Julio Saboya de Araujo Jorge

DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcio Magno de Faria F. e Silva

CONSELHO EDITORIAL

Editor Responsável

Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Ricardo Médico

Editor Adjunto

Capitão-de-Fragata (T) Maria de Fátima Martins da Costa

Programador Visual

Capitão-Tenente (AA) Carlos Cesar Arigoni Maia

Programador Visual Adjunto

Servidor Civil Josenildo Bezerra Cavalcante

Revisor Ortográfico

Segundo-Tenente (RM2-T) Ana Beatriz Baía Tozzini

Gestor Financeiro

Capitão-de-Corveta (IM) Sergio de Oliveira Ligeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

Vice-Almirante Fernando Manoel Fontes Diégues

Vice-Almirante Afonso Barbosa

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

Professor Alcides Costa Vaz

Professora Angela da Rocha

Professor Antônio Celso Alves Pereira

Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva

Professor José Murilo de Carvalho

Professora Mônica Herz

Revista da Escola de Guerra Naval. – n. 10 (dez. 2007) - . – Rio de Janeiro:

Escola de Guerra Naval, 1968-

V. il.; 27 cm.

Semestral

ISSN 1909-3191

1. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Escola de Guerra Naval.

II. Título.

CDD 359.00981

PALAVRAS DO DIRETOR

É com grata satisfação que apresento esta décima edição da Revista da Escola de Guerra Naval, que tem o propósito de ser um instrumento fomentador de novos fóruns de debates, em torno dos assuntos relacionados à Defesa Nacional, com ênfase na Política e Estratégia Marítimas.

A atenção em consolidar esta cultura de Defesa encontra justificativa nas próprias transformações que operam atualmente no cenário internacional. Os diferentes inter-relacionamentos dos Estados, com a interação de novos atores dentro do amplo fenômeno da globalização, que se estendem a outros campos, além do econômico, vêm exigindo muitas reflexões e estudos sobre o ordenamento internacional contemporâneo.

Neste sentido, por constituir um dos elementos no campo de poder do Estado, o segmento militar vem suscitando diversas discussões, face à sua importância na direção político-estratégica dos países. O relevante, no entanto, é buscar uma crescente inserção das sociedades civis no trato dos assuntos de Defesa, passando a estabelecer com os militares um ponderável fator de força no enfrentamento dos desafios presentes.

No Brasil, este importante entendimento também tem sido observado, porém as nossas próprias tradições culturais, com distanciamento das experiências de guerra, ainda são fatores limitadores do grande potencial que o País possui de empenhar os seus recursos intelectuais no desenvolvimento dos assuntos de Defesa. Vencer estas barreiras requer ações pró-ativas que visem a motivar as principais classes formadoras de opiniões e instituições essencialmente civis a, efetivamente, participarem do tema: Defesa Nacional. Em sintonia com tal aspiração, a Escola de Guerra Naval tem promovido diversas conferências com palestrantes de renomado saber, cujo público alvo tem sido constituído de pesquisadores, professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento. Paralelamente, esta Escola vem incrementando a sua produção científica, perseguindo a sua visão de futuro de ser reconhecida como um Centro de Excelência em ensino e pesquisa no campo da Defesa Nacional, até o ano de 2014, ocasião na qual estaremos completando cem anos de criação.

Neste sentido, a divulgação de trabalhos como os contidos nesta Revista passa a contribuir para os propósitos expostos de interação militar e civil, promovendo o aprimoramento do ensino e da pesquisa na área de conhecimento ligada à Defesa.

Com este enfoque de interação, aproveito para colocar o Conselho Editorial da Revista da Escola de Guerra Naval à disposição, para recebimento de novas contribuições científicas alusivas à importante temática: Defesa Nacional.

Desejo a todos uma ótima leitura.



RODRIGO OTÁVIO FERNANDES DE
HÔNKIS

Contra-Almirante
Diretor

Sumário

ARTIGOS

A GUERRA MODERNA – A CONTRA-INSURGÊNCIA COMO PRÁTICA EQUIVOCADA Edward Nicolae Luttwak	7
A PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES CA (RM1) Antônio Ruy de Almeida Silva	20
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARA UM JOGO DE GUERRA CMG Júlio Cezar Barreto Leite da Silva	36
O SÉCULO XXI E AS NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA CF Roberto Loiola Machado	43
O PPM E O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE COMANDO PARA OPERAÇÕES COMBINADAS (PPC) CF Marcelo William Monteiro da Silva	54

RESENHAS

O MUNDO É PLANO – UMA BREVE HISTÓRIA CMG Darwin Magnus Leite	70
DICIONÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS CF (IM) André Luís Melo de Andrade	77
Biblioteca da EGN	79
Normas para publicação na Revista da EGN	80

A GUERRA MODERNA

A Contra-Insurgência como Prática Equivocada

Edward N. Luttwak

O Professor Edward Nicolae Luttwak é Ph.D. da Johns Hopkins University e exerceu as funções de Consultor na Secretaria de Defesa dos Estados Unidos da América, bem como no Conselho de Segurança Nacional, no Departamento de Estado, na Marinha, no Exército e na Força Aérea daquele país. Autor de diversos livros na área de Estratégia tem, também, proferido palestras na Escola de Guerra Naval.

PRÓLOGO

Meu tema é o impasse em que se encontra o poder militar nos dias de hoje. As forças armadas modernas continuam estruturadas para a guerra de grande escala; entretanto, nas sociedades adiantadas, os pequenos núcleos familiares não estão dispostos a enviar seus filhos homens para a guerra e nem aceitam que estes se transformem em vítimas, ainda que sejam vítimas de guerra. Os americanos contam suas baixas no Iraque com grande pesar – baixas estas que em três anos ainda não chegam a 3.000 – um número inferior ao de baixas sofridas em apenas um dia de combates em diversas guerras do passado. Essa recusa em ceder o sangue que alimenta as batalhas felizmente diminui a probabilidade de que essas sociedades avançadas entrem deliberadamente em conflito umas com as outras ('pas des enfants, pas de Suisse, pas de guerre'), exceto quando se acredita que uma guerra possa ser inteiramente ou em grande parte aérea e naval, pois essas forças que utilizam muito mais os equipamentos que o pessoal para combater podem realmente ser empregadas com menos baixas. Mas guerras desse tipo são difíceis de imaginar, a não ser no caso de serem travadas em ilhas, como é o caso da guerra entre a China e Taiwan, o que é pouco provável por várias razões. As forças aéreas e navais certamente podem ser empregadas com vantagem contra qualquer inimigo menos adiantado e imprudente o suficiente para confiar em uma defesa convencional conduzida por forças regulares; entretanto, também nesse contexto, deve haver sérias dúvidas sobre a real utilidade de países adiantados que não toleram baixas continuarem a empregar forças terrestres.

Não restariam funções verdadeiras para as tropas terrestres de um país, após este haver bloqueado o inimigo com facilidade, bombardeado com sucesso todos os pontos nodais certos para cortar as redes de eletricidade, transportes e comunicações, feito ataques aéreos suficientes para interromper pistas de pouso e decolagem, destruir aeronaves abrigadas ou não, mísseis balísticos, instalações nucleares, caso existam, afundar navios de guerra e derrotar quaisquer forças mecanizadas posicionadas a céu aberto, como os EUA fizeram com o Iraque em 1991 e parcialmente em 2003, e como poderiam fazer com o Irã. As únicas funções que restariam seriam as de expulsar o inimigo dos territórios que ocupasse ou de ocupar

seu próprio território. Mas isso poderia causar baixas que talvez não fossem toleradas e provocar uma revolta.

Caso isso ocorresse, as forças navais não poderiam ser de muita utilidade, pois essas revoltas raramente têm uma dimensão marítima importante (o caso do Sri Lanka é uma exceção) e mesmo as operações ribeirinhas, de um modo geral, são secundárias. As forças aéreas podem exercer papel de vigilância e transporte, mas os alvos dos insurgentes dificilmente são estáveis ou contrastam o suficiente para possibilitar sua identificação e localização e um ataque aéreo eficaz. Consequentemente, quase tudo fica a cargo das forças terrestres e, quando o ataque avançado for menos avançado, essas forças terão ampla vantagem em termos de poder de fogo, mobilidade e coerência operacional. Mas elas tampouco terão um inimigo visível contra que lutar, de modo que os métodos operacionais normais e as táticas da guerra convencional não poderão ser aplicados. Existem métodos e táticas alternativas para a guerra de contra-insurgência, mas será que estes realmente funcionam? Os revoltosos nem sempre vencem; na verdade, geralmente são derrotados. Porém suas derrotas raramente podem ser atribuídas à guerra de contra-insurgência se comparada a outros meios que veremos mais adiante.

A TEORIA DA GUERRA DE CONTRA-INSURGÊNCIA

Dois generais americanos dotados de inteligência acima do normal e que se destacaram no Iraque, James N Mattis, do Corpo de Fuzileiros Navais, e David H Petraeus, do Exército, ambos atualmente encarregados do treinamento e da doutrina de comando de suas respectivas armas, recentemente fizeram circular o texto de um novo manual de combate para “contra-insurgência” (FM 3-24 DRAFT) que propõem seja adotado oficialmente.

As doutrinas presentes nesse manual dão título aos capítulos. O primeiro capítulo contém definições que qualquer manual militar teve conter – sua função básica é determinar uma linguagem comum, já que o campo de batalha não é local para debates semânticos. No capítulo dois, primeiro capítulo de fato, “Integração das Atividades Cívicas e Militares”, a natureza essencialmente política da luta contra insurgentes é devidamente reconhecida e fortemente enfatizada. Isso não pode ser considerado uma descoberta, já que os dois generais e seus estados maiores seriam os primeiros a reconhecê-lo; mesmo assim, é necessário afirmar o óbvio porque em meio às frustrações de lutar contra o mais invisível dos inimigos é difícil resistir à tentação de imaginar que uma nova tática criativa, ou mesmo uma tecnologia nova e engenhosa, seria capaz de derrotar os insurgentes.

Muito mais questionável é a proposta que se segue, que é apresentada como uma coisa óbvia, de que uma condição, se não suficiente, necessária à vitória é poder oferecer aquilo que os insurgentes não podem: serviços públicos básicos, reconstrução física, a esperança de desenvolvimento econômico e melhorias sociais. A premissa por trás dessa proposta é de que existe apenas um tipo de política neste mundo segundo a qual o apoio popular é importante ou mesmo decisivo e pode ser conquistado com a oferta de um governo melhor.

A extraordinária persistência de ditaduras tão díspares em estilo quanto os regimes de Cuba, da Líbia, da Coréia do Norte e da Síria provam que os governos não precisam do apoio popular, mas sim de obediência.

Quanto a um governo melhor, isto certamente é o desejo de franceses, noruegueses e americanos, mas obviamente não é o que querem no Afeganistão e no Iraque, onde muita gente prefere a opressão local ou religiosa às liberdades oferecidas pelos invasores estrangeiros.

A palavra ‘guerrilha’, que agora se refere unicamente a uma tática, foi usada inicialmente para descrever a insurgência feroz dos espanhóis pobres e analfabetos, sob a liderança de seus opressores tradicionais, contra seus pretensos libertadores. No dia 6 de julho de 1808, o Rei José I da Espanha apresentou um esboço de constituição que pela primeira vez na história da Espanha oferecia um judiciário independente, liberdade de imprensa e a abolição dos últimos privilégios feudais da aristocracia e da igreja. Nessa época, os Conventos, Mosteiros e Bispos ainda possuíam todas as construções e toda a terra das 3.148 cidades e vilas que eram habitadas pelos arrendatários mais miseráveis da Europa. No entanto, os camponeses espanhóis não exigiram a implantação imediata da nova constituição que os libertaria e permitiria que eles mantivessem suas próprias colheitas. Pelo contrário, eles obedeceram ao clero que os intimou a lutar contra as inovações ímpias do invasor estrangeiro. A razão para isso foi o fato de José I, irmão de Napoleão Bonaparte, ter sido colocado no trono espanhol pelas tropas francesas. Para a maioria dos espanhóis não importava o que era proposto, mas quem o propunha.

Na verdade, a essa altura os franceses já deveriam ter aprendido a lição. Em 1799, a mesma coisa ocorreu em Nápoles, cujos liberais, apoiados pelos franceses, foram massacrados pelos próprios camponeses e plebeus que queriam emancipar. Eles haviam sido reunidos em uma milícia da “Santa Fé” pelo Cardeal Fabrizio Ruffo, que os levou à luta de cima de seu cavalo. Coincidentemente, Ruffo pertencia à família que era a maior proprietária de terras da Calábria. Ele não teve dificuldade para persuadir seus seguidores de que todas as promessas de melhoramentos materiais eram irrelevantes, porque o verdadeiro objetivo dos franceses e dos liberais era a destruição da Religião Católica em nome de Satã. O mesmo foi feito pelo clero espanhol; seus seguidores analfabetos não tinham como saber que na primeira cláusula da constituição de José I a Igreja Católica Apostólica Romana não só era reconhecida, mas declarada como a única permitida na Espanha.

Agora, o mesmo tipo de política está sendo praticado no Afeganistão e no Iraque, inclusive a sagração ineficaz do Islã na nova constituição iraquiana e o surgimento de senhores da guerra dentre os clérigos prontos para usar da violência como fez o Cardeal Ruffo. Desde a invasão em 2003, tanto os clérigos Xiitas quanto os Sunitas repetem insistentemente que os americanos e seus aliados “Cristãos” estão no Iraque para destruir o coração cultural do Islã e ainda roubar o petróleo do país. Os clérigos classificam todas as promessas de democracia e direitos humanos feitas pelos invasores como hipocrisia – exceto com relação aos direitos da mulher, que eles dizem ser propaganda para convencer as filhas e as mulheres dos iraquianos a desonrarem suas famílias imitando a impertinência e a nudez desavergonhadas das mulheres ocidentais.

A grande maioria de afegãos e iraquianos, freqüentadores assíduos das mesquitas, analfabetos ou, na melhor das hipóteses, semi-analfabetos, acreditam naturalmente em seus líderes religiosos. A alternativa para eles seria acreditarem naquilo que consideram totalmente inacreditável – que os estrangeiros estão altruisticamente dando seu sangue e seu dinheiro por eles. Eles próprios jamais invadiriam um país estrangeiro se não fosse para saqueá-lo, como fez o Iraque ao invadir o Kuwait – Saddam Hussein ficou realmente popular entre seus soldados que traziam para casa o fruto dos saques, de automóveis a jóias de ouro roubadas das casas saqueadas. No Iraque, como têm mostrado pesquisas de opinião e inúmeros incidentes, os americanos e seus aliados são considerados o pior dos invasores, que só vieram para roubar os iraquianos muçulmanos não apenas de seu território e seu petróleo, mas também de sua religião e, até mesmo, de sua honra familiar. Muitos muçulmanos ao redor do mundo acreditam nisso, até na Turquia, onde um filme recente de muito sucesso retrata um médico militar e judeu americano que opera os iraquianos não para salvar suas vidas, mas para remover seus rins e vendê-los para transplante nos Estados Unidos (afinal de contas, ele é judeu). O mesmo ocorre no Afeganistão, onde a cota imposta pelos americanos obrigando a presença de parlamentares do sexo feminino não apenas causou indignação geral, mas provocou a morte de muitas mulheres, inclusive de uma parlamentar morta por seu marido após ter desonrado a família e escandalizado os mulás locais contradizendo um homem em público – durante um debate parlamentar televisionado.

Em outras palavras, a “Integração das Atividades Civas e Militares” para melhorar as condições locais não exige apoio popular – e, mesmo que exigisse, isso não significa que esse apoio seria decisivo ou mesmo importante.

A seguir, vem uma longa seção sobre “Inteligência na Contra-Insurgência” que reflete o predicamento crucial da guerra de contra-insurgência: o inimigo invisível que pode escolher quando vai se revelar por trás de um disfarce civil e atacar e que pode cada vez mais atacar através de controle remoto, reduzindo assim sua exposição ou não se expondo de jeito algum. Os insurgentes possuem menos armas que seus inimigos e no Iraque dispõem de menos homens também, se bem que isso não ocorre no Afeganistão, e poderiam ser facilmente derrotados caso perdessem sua invisibilidade. Isso é óbvio. Mas os autores pressupõem então, automaticamente, que identificar os insurgentes dentre a população é um problema de Inteligência – outra proposta bastante questionável, como veremos a seguir, pois na verdade é um problema político que sempre tem uma solução política, quer queira quer não.

De qualquer forma, dando continuidade às premissas expostas no manual, os cabeçalhos detalhados que se seguem apontam maneiras diferentes de superar a invisibilidade dos insurgentes, usando todas as fontes, métodos e meios de Inteligência possíveis. Há “Características da Inteligência na Contra-Insurgência” que aponta para a necessidade de se dispor de habilidades e capacidades bastante diferentes quando os alvos forem insurgentes que oferecem “muito pouco contraste”, em comparação a aeroportos ou navios de Guerra; depois há “Planejamento do Desdobramento Prévio e da Preparação da Ação da Inteligência no Campo de Batalha” onde a especificidade da contra-insurgência com relação a tempo, lugar,

população, cultura e outros aspectos é reconhecida e enfatizada, em contraste com as preparações de Inteligência em geral para a guerra regular. Por exemplo, seria útil que houvesse interrogadores treinados que falassem árabe no caso de um país de língua árabe ser invadido, e, em um nível um pouco mais elevado, seria útil ter-se alguma instrução sobre a cultura local antes de tentar analisar o comportamento dos povos.

Em seguida vem “Operações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento” sobre os diferentes meios de empregar forças regulares com suas plataformas e sensores para localizar insurgentes evasivos, o que pode ou não dar certo. Mas isso certamente leva a outros meios, como o uso de F-15 e F-18 ultra-sofisticados e caríssimos e que dispõem dos sensores mais avançados para detectar e rastrear um homem, um menino e um jumento carregando ou não um “dispositivo explosivo improvisado” até o local onde devem posicioná-lo para explodir.

A seguir, temos um tópico delicado: “Contra-Inteligência e Contra-Reconhecimento”. O segundo tema é suficientemente direto: antes de atacar um alvo, é geralmente essencial observá-lo para planejar a ação e, com um pouco de sorte, esses observadores poderão ser localizados por defensores alertas. Em geral, a melhor forma de proteger alvos potenciais é antecipar os ataques contra eles através da contra-vigilância (ou “contra-reconhecimento”), para então agir pre-emptivamente ou surpreender os atacantes.

O assunto realmente delicado é a “Contra-Inteligência”, que indica a probabilidade de insurgentes se infiltrarem nas forças locais que, supostamente, estariam lutando contra os revoltosos – os amigos e aliados em necessidade que estão recebendo treinamento, armas e dinheiro. Sempre acontecem infiltrações, mesmo nas melhores forças militares e serviços de Inteligência, mas há uma diferença em escala entre as conseqüências de um traidor ou dois, e o alistamento em massa para servir à causa inimiga (ou o recrutamento inadvertido de inimigos como soldados). Por exemplo, já deve ser mundialmente reconhecido que no Iraque muitos, se não a maioria, dos Xiitas no exército e na polícia estão na verdade obedecendo às ordens de uma das milícias Xiitas, inclusive o “exército Mahdi”, que ocasionalmente fazem ataques surpresas às forças americanas ou britânicas. Do mesmo modo, muitos dos curdos que são pagos pelo governo ou diretamente pelos americanos estão a serviço de Barazani ou de Talebani, que agem sob a legenda do Partido Democrata Curdo e da União Patriótica do Curdistão. Bem mais perigosos, os Sunitas presentes no exército e na polícia, que foram recrutados, treinados, equipados e recebem salário para lutar contra os insurgentes Sunitas, podem da mesma forma ajudar a insurgência, ou podem ser eles mesmos insurgentes, supostamente destacados temporariamente para as forças do governo. Essa é a única maneira de os Sunitas, cujas famílias vivem entre a população Sunita, receberem um salário e ao mesmo tempo garantirem as vidas de suas famílias. Entretanto, isso é na verdade um problema político com uma solução desagradável, mas muito mais confiável do que poderia ser a “Contra-Inteligência”.

Depois disso vem a “Colaboração e Fusão das Redes de Inteligência”, que se refere ao compartilhamento e à integração da Inteligência que chega por canais separados de serviços, agências e fontes individuais diferentes, mas que é necessá-

ria aos seus utilizadores. Isso também é verdade com relação às operações regulares de Guerra, mas torna-se mais crítico quando os alvos são, quase sempre, instáveis, evasivos e com pouco contraste, se é que podem ser identificados, o que quase nunca ocorre.

Depois vêm capítulos mais previsíveis sobre “O Desenvolvimento de Operações de Contra Inteligência”, como executá-las e desenvolver forças de segurança da “Nação Anfítria”, cuja brevidade relativa enfatiza a importância que os autores dão às operações de Inteligência. Escândalos recentes explicam a necessidade de se ter um capítulo inteiro sobre “Liderança e Ética na Contra-Insurgência”, e o capítulo seguinte sobre “Construção e Sustentação de Capacidade na Logística da Contra-Insurgência” também reflete a experiência infeliz do Iraque.

O suprimento de munição, que nas operações regulares é geralmente o item mais volumoso juntamente com o combustível, não é problema já que muito pouca munição é gasta; no entanto, a logística continua sendo um grande problema no Iraque porque os itens necessários não podem ser simplesmente enviados de A para B sem um alto risco de ataques destruidores por parte dos insurgentes, seqüestro por milícias necessitadas dos suprimentos, roubo nas estradas ou saques oportunistas por civis comuns (há muitos predadores naturais entre a população, provavelmente devido à grande proporção de ex-nômades e de seus descendentes diretos, para quem a razia ainda é uma tradição honrosa e viril). Comboios de caminhões são mais seguros, apesar de bem menos eficientes. Essa segurança depende da qualidade de suas escoltas, que, conseqüentemente, são escassas e dispendiosas se forem compostas de soldados americanos (os britânicos localizados perto do porto, como de costume, são abastecidos com mais facilidade), menos escassas, mas ainda mais caras, se forem compostas por empresas de segurança e bem menos dispendiosas, mas nada confiáveis, se estas forem compostas por soldados ou policiais iraquianos. Frequentemente, o resultado final é o uso de horas de helicóptero caríssimas para transportar suprimentos muitas vezes sem valor e sem urgência, ao invés de caminhões – um dos motivos pelos quais a ocupação custa tanto apesar da pouca munição usada.

Casualmente, apesar de todos os avanços das operações “conjuntas”, quando a Força Aérea dos Estados Unidos tentou ajudar o Exército (... e dissuadi-lo da aquisição de sua própria aeronave de asa fixa para o teatro de operações) oferecendo um serviço regular de ponte aérea de aviões de carga turbo-hélice C-130 entre o Kuwait e bases diferentes no Iraque reservadas apenas para uso do Exército, essas aeronaves acabaram a maior parte do tempo carregando “vento”, ou seja, decolavam vazias, porque era mais fácil para as formações do Exército usarem seus próprios helicópteros e pequenas aeronaves de asa fixa orgânicos do que se “inter-relacionar” com a Força Aérea.

Antes de passarmos à curiosa política de insurgência e contra-insurgência, podemos apreciar mais dois aspectos do novo manual de combate. Há um Apêndice no capítulo “Preparação da Ação da Inteligência no Campo de Batalha” que enfatiza mais ainda sua importância e inclui uma seção sobre “Apoio Lingüístico”. É realmente muito triste comparar a surpreendente incapacidade lingüística das forças armadas e organizações de Inteligência dos Estados Unidos tendo em vista a

abundância de civis americanos que falam todos os idiomas estrangeiros conhecidos. Mais ainda, quando lembramos do excelente ensino de línguas estrangeiras que havia tanto no Exército quanto na Marinha dos Estados Unidos e que costumava produzir tantas pessoas fluentes em chinês ou em japonês quanto fosse desejado. O pessoal era selecionado por ocasião do recrutamento de acordo com as tendências naturais de cada um: essas pessoas recebiam um ano de curso intensivo, oito horas por dia, seis dias por semana; as que não conseguiam acompanhar as aulas eram rapidamente dispensadas. Nada impede que façam o mesmo agora com o árabe, o persa e, digamos, o azeri, a menos que haja falta de vontade de investir no futuro e, provavelmente, falta de voluntários disciplinados dispostos a aprender um idioma oito horas por dia, seis dias na semana, durante um ano inteiro ou mais. Um último aspecto sobre o FM 3-24 DRAFT: ele termina com uma lista de sugestões de leitura e o primeiro livro dessa lista é “Small Wars: A Tactical Handbook for Imperial Soldiers (1890), por Charles E. Calwell”¹.

O Manual de Combate 07-22, anterior ao 3-24, também continha essa lista de leituras, sendo que sua primeira sugestão era “The Battle of the Casbah 1955-57, por Paul Aussaresses”². Será que a doutrina de contra-insurgência regrediu, das dúvidas da década de 1950 para as certezas de 1890? Isso não é uma acusação, pois, infelizmente, como será argumentado a seguir, é necessário retroceder ainda mais para encontrar modelos convincentes de vitória contra insurgentes, empregando meios militares.

A CONTRA-INSURGÊNCIA NA PRÁTICA: IRAQUE

Começaremos com algumas observações elementares.

Embora as forças armadas dos países mais desenvolvidos, entre as quais certamente se incluem as dos Estados Unidos, sejam formidáveis contra um inimigo reunido convenientemente em formações maciças e fáceis de atingir, elas são bem menos eficientes na luta contra insurgentes. Isso ficou claro no Vietnã ao longo de muitos anos, até mesmo quando uma unidade regular norte-vietnamita ocasionalmente se aventurava a lutar de modo convencional e era eficientemente destruída.

Essa mesma teoria dupla está sendo desnecessariamente comprovada outra vez no Iraque, prejudicando a reputação de bom uso da inteligência e do poder dos Estados Unidos com a má utilização de bons soldados, o desperdício de grandes somas de dinheiro em operações aéreas e terrestres bem planejadas, mas ineficazes, infligindo mais sofrimento à população iraquiana em geral e tirando as vidas de jovens americanos cujo sacrifício, infelizmente, está fadado a ser inútil.

Não existe mistério algum quanto à primeira parte da teoria. Graças à abundância de recursos e a sua total competência, força moral, disciplina e capacidades, as forças armadas dos Estados Unidos em escala maior, e as de outros países desenvolvidos, cada um de acordo com seu potencial, podem normalmente gerar muito mais poder de fogo que seus opositores. Hoje em dia, inclusive, elas podem

1 NT – “Pequenas Guerras: um Manual Tático para Soldados Imperiais” – tradução livre do título

2 NT – “A Batalha de Casbá - 1955-57” – tradução livre do título

fazê-lo com muito mais precisão devido a sensores que revelam alvos mesmo em situações de baixa visibilidade, plataformas e armas que podem alcançar alvos a qualquer distância na superfície terrestre, dispositivos precisos de navegação e direção terminal, além de redes de comando e comunicações que combinam todas essas capacidades.

Até certo ponto, a segunda parte da teoria é uma mera consequência lógica da primeira: ao enfrentarem um poder de fogo muito superior, os insurgentes tentam tornar-se o mais evasivos possível – muito mais do que se estivessem enfrentando forças regulares menos temíveis – e, à proporção que os alvos diminuem, também diminui o valor do poder de fogo.

Mas há muito mais por trás disso. Para ser mais específico, há a questão política, dos dois lados; política essa que – é lógico – não está suficientemente presente no FM 3-24 DRAFT .

A não ser que confinem suas operações a áreas totalmente desertas onde não haja ninguém para observá-los, os insurgentes podem ter pelo menos a cooperação passiva dos habitantes locais. Se estes não denunciam os insurgentes por simpatia à causa deles ou por medo de sua vingança, é totalmente irrelevante. Em qualquer dos dois casos, isso significa que os insurgentes, e não as autoridades, é que têm o controle da população à sua volta. Essa vantagem essencialmente política é suficiente para que os insurgentes motivados superem todas as deficiências táticas em capacidade de combate e em armamentos.

Isso está acontecendo neste momento no Iraque, como aconteceu em tantos outros casos e insurgências anteriores, onde os insurgentes vivem seguramente em bairros árabe-sunitas das cidades e vilas, de onde saem para colocar bombas ou lançar ataques quando querem, e depois assumem novamente suas inocentes identidades civis.

Insurgentes locais podem realmente passar despercebidos aos seus vizinhos quando estão fora de atividade, mas não quando carregam suas armas e se reúnem para planejar suas ações; já os voluntários estrangeiros entre eles obrigatoriamente atraem atenção, mesmo quando não estão armados, devido ao seu modo diferente de falar e de agir. Muitos dos habitantes locais certamente sabem quem são os insurgentes e onde guardam seus estoques de explosivos e armas, mas jamais contariam. Por causa disto, as patrulhas do Exército e dos Fuzileiros Americanos não conseguem encontrar os insurgentes, exceto quando estes resolvem aparecer e entrar em combate direto, o que raramente acontece, e apenas quando estes acreditam que têm uma grande vantagem. Portanto, as patrulhas são, na sua maioria, inúteis e expõem os soldados às minas, explosivos acionados por controle remoto, franco-atiradores e granadas de morteiros que infligem baixas diárias.

É claro que todas as formas de inteligência técnica e todos os sensores possíveis estão sendo empregados para tentar suplantar a falta de inteligência humana do tipo mais elementar – mas indispensável, inclusive radares de varredura sintética a bordo de grandes aeronaves quadrimotores e os sensores infra-vermelhos e de vídeo dos mais modernos sistemas de aquisição de alvos dos maiores e mais poderosos caças (biplace). Os gastos com esses vôos são tremendos, chegando a centenas de milhões de dólares por mês, mas os resultados são muito mingua-

O objetivo seria coletar imagens para utilização imediata, especialmente à noite, mostrando, por exemplo, insurgentes colocando bombas ao longo das rotas das patrulhas americanas, ou se aproximando dos oleodutos portando explosivos. Caso isso falhasse, esperava-se que pelo menos fosse possível detectar atividades de insurgentes para investigações futuras, como, por exemplo, pessoas trazendo materiais furtivamente, à noite, para prédios isolados. Mas, na prática, a não ser que carreguem armas reconhecíveis, é simplesmente impossível distinguir entre insurgentes e pessoas inocentes em seus pacíficos afazeres do dia-a-dia. Enquanto isso, equipamento bastante sofisticado, que custa muito caro para operar e que é muito eficiente na identificação de veículos blindados, bunkers, lançadores de mísseis e quaisquer outros alvos clássicos facilmente reconhecíveis continuam a ser empregados todos os dias em tentativas inúteis de detectar entregas de alimentos ou a colocação de dispositivos explosivos improvisados. Este é mais um aspecto da inadequação estrutural das forças armadas modernas na luta contra inimigos evasivos sem alvos estáveis.

A vantagem essencialmente política que os insurgentes têm de poderem comandar pelo menos o silêncio da população local não pode ser superada por meios técnicos, por mais avançados que sejam. Tampouco podem ser de muita ajuda os melhores métodos e táticas operacionais defendidos no FM 3-24 DRAFT. São tão poucas as ocasiões em que os insurgentes entram em combate direto, já que a insurgência, de um modo geral, assume formas veladas, que vão da infiltração no governo a bombas, sabotagens e assassinatos, que as derrotas táticas infligidas aos insurgentes – inclusive a morte de seus principais líderes e heróis – não chegam a ter um impacto perceptível no volume da violência ou de suas conseqüências políticas.

No Iraque, como tem sido observado, há supostamente um meio muito mais fácil de encontrar insurgentes do que utilizar patrulhas motorizadas ou sensores, por mais sofisticados que estes sejam: a polícia e o Exército iraquianos. Seu recrutamento, treinamento, equipamento e manutenção, por si só um empreendimento muito caro em termos de dinheiro e sangue, está tendo resultados insignificantes porque a política da situação é mais uma vez central e mais uma vez desfavorável.

Em qualquer país pobre é fácil recrutar ajudantes locais; no Iraque, é fácil recrutar xiitas e curdos, assim como árabes sunitas – nas últimas décadas muitos deles vêm ganhando a vida dessa forma, explorando seu acesso privilegiado como sunitas e árabes aos bons salários de militares e policiais. Outros empregos eram menos cobiçados, pois exigiam trabalho, e agora, de qualquer modo, estão muito escassos. Mas, se por um lado os árabes sunitas estão dispostos a vestir uniformes e aceitar treinamento, por outro eles naturalmente não estão dispostos a ajudar na captura ou morte dos insurgentes que estão lutando para restaurar a ascendência árabe-sunita sobre o Iraque. Além disso, suas famílias correriam perigo de morte, caso se desconfiasse que eles estivessem sendo leais ao governo e, por extensão, aos americanos. Em alguns casos, esses policiais e soldados conhecem tudo sobre os insurgentes e exatamente onde podem ser encontrados, mas mesmo assim não ajudam na sua descoberta porque são eles próprios insurgentes, como observado acima. E mesmo quando recebem ordens específicas para entrar em ação, nas

raras ocasiões em que há combate ostensivo, a maioria dos policiais e soldados árabe-sunitas não lutam contra os insurgentes; se não puderem simplesmente ficar na retaguarda, eles são capazes de desertar, geralmente levando consigo suas armas. Quanto às unidades do Exército ou da Polícia guarnecidas principalmente por árabes xiitas ou curdos, embora estes não sejam ativamente desleais, tampouco conseguem coletar informações sobre os insurgentes - os civis árabe-sunitas confiam neles tanto quanto nos americanos, talvez até menos, porque mais cedo ou mais tarde os americanos sairão do Iraque, mas os curdos e os xiitas ficarão e, portanto, constituem um inimigo maior.

O terreno político adverso da contra-insurgência é apenas um dado no Iraque, como em todos os outros locais, pois se os insurgentes não receberem, ou puderem impor, pelo menos a colaboração passiva da população em geral, eles normalmente não sobrevivem.

A MANEIRA FÁCIL E CONFIÁVEL DE DERROTAR TODAS AS INSURGÊNCIAS EM TODOS OS LUGARES

No passado, forças armadas regulares, sem qualquer doutrina ou treinamento de contra-insurgência, derrotaram insurgentes usando uma série de métodos comprovados. Basta examiná-los para entender porque as forças armadas dos Estados Unidos ou de qualquer país desenvolvido e/ou democrático não podem usá-los.

O ponto de partida simples é o fato de que os insurgentes não são os únicos com capacidade para intimidar civis ou aterrorizá-los, se necessário.

Por exemplo, sempre que se acreditar na presença de insurgentes em uma localidade restrita, como uma vila, um lugarejo, ou um determinado bairro de uma cidade – o que acontece com frequência no Iraque atualmente, assim como em outras insurgências – os líderes locais são obrigados a entregá-los às autoridades sob pena de punições crescentes que podem até chegar a execuções em massa.

Foi desse modo que o Império Otomano conseguiu controlar províncias inteiras com uns poucos janízaros temidos e uma ou duas unidades de cavalaria. Os turcos contavam com muito poucos homens para caçar rebeldes escondidos, mas eles não precisavam fazê-lo: ao invés disso, eles iam até os chefes das vilas e notáveis da cidade para exigir com ameaças a rendição dos rebeldes. Poucos desses chefes quiseram descobrir se essas ameaças se cumpririam – um massacre de vez em quando permanecia como um aviso eficaz durante décadas. De modo que era principalmente por pressão social e não por força bruta que os otomanos conseguiam exercer seu poder: eram os próprios líderes dos grupos étnicos ou religiosos inclinados à rebelião, interessados em manter a paz, que provavelmente contavam onde os rebeldes podiam ser encontrados antes que os turcos pudessem causar mais danos.

Bem antes disso, os romanos já sabiam como combinar paus e cenouras para obter a obediência e conter as insurgências. Os povos conquistados eram orgulhosos demais para aceitar os benefícios do governo romano – dos banhos públicos e espetáculos gratuitos do circo a tribunais de justiça confiáveis. Por isso tinham

que ser “desestimulados a lutar”, uma idéia bem romana, o que era conseguido matando todos os que ousavam resistir com armas – o que proporcionava um bom treinamento para as legiões – e vendendo como escravos todos os que eram capturados nas batalhas ou que estivessem próximos o suficiente para serem implicados, destruindo as cidades que resistiam ao cerco ao invés de se renderem imediatamente, e aceitando prontamente como súditos e futuros cidadãos todos aqueles que aceitavam o domínio romano. Nos dois primeiros séculos do Império Romano, os dois séculos em que obteve mais êxito, uns 300.000 soldados ao todo, sendo apenas metade destes legionários bem treinados, eram suficientes para manter um vasto império que se estendia bem além da bacia do Mediterrâneo, onde ficava seu centro, e que corresponde hoje ao território de uns 30 países da Europa, do Oriente Médio e do Norte da África. Os romanos não podiam dispersar seus soldados por centenas de cidades, milhares de vilas e povoados para reprimir tumultos ou rebeliões – as tropas eram necessárias acima de tudo para guardar as fronteiras. Ao invés disso, eles contavam com a dissuasão reforçada periodicamente com punições exemplares. A maioria dos habitantes do império nunca se rebelava após a conquista inicial. Algumas tribos e nações tiveram que ser reconquistadas após tentativa e fracasso de se livrarem do domínio romano. Algumas simplesmente se recusavam a obedecer e eram dizimadas: “Eles criam um ermo e o chamam de paz” foi a reclamação amarga de um chefe escocês (conforme relatado pelo leal imperialista Tácito)

Represálias terríveis para impedir qualquer tipo de resistência era o procedimento padrão das forças armadas alemãs na Segunda Guerra Mundial, além da sua grande eficiência para conter a resistência usando apenas alguns soldados. Ao contrário do que relatam todos os filmes e livros dramáticos que narram as conquistas heróicas da resistência na Europa ocupada, os historiadores militares documentaram a tranqüilidade que os ocupantes alemães desfrutavam a maior parte do tempo e como a colaboração era uma prática normal não apenas por notórios “colaboradores”, como o incauto poeta francês ou o político norueguês fracassado, mas também por grande quantidade de pessoas: ferroviários poloneses, por exemplo, garantiam o abastecimento da frente oriental alemã. Quanto aos ataques ousados da resistência que aparecem nos filmes, eles certamente aconteceram, mas não com tanta freqüência; não que faltasse coragem para lutar contra os geralmente temíveis alemães, mas por causa das terríveis punições que infligiam à população, matando vários civis para cada alemão morto.

Portanto, os ocupantes podem ter sucesso sem a necessidade de quaisquer métodos ou táticas de contra-insurgência, basta que estejam dispostos a aterrorizar a população a tal ponto que o medo da represália seja mais forte que a vontade de ajudar os insurgentes, caso existam, ou do que as próprias ameaças. Os alemães também estabeleceram formas seguras e econômicas de ocupação explorando ataques isolados da resistência para alcançarem efeitos de demonstração bem mais amplos. Um solitário mensageiro alemão a cavalo era facilmente derrubado por fios estendidos ou então interceptado e morto; mas logo em seguida os soldados chegavam ao local e queimavam ou demoliam os prédios ao redor, se os houvesse, ou o vilarejo mais próximo, dominando e matando qualquer um que levantasse

suspeita ou que apenas acontecesse de estar ali. Em seguida, depois que a notícia do terrível feito se espalhasse e fosse devidamente aumentada, como acontecia com frequência, os mensageiros alemães podiam passar por ali em segurança, até que chegassem a outros locais ainda não instruídos, onde a seqüência se repetiria.

O mesmo acontecia durante a guerra no Vietnam, onde os vietcongs e os norte-vietnamitas eram habilidosos no uso do terror para garantir o controle do território e estavam sempre prontos a usar da violência contra civis, desde os inúmeros assassinatos individuais até execuções em massa, como em Hue, em 1968. A causa comunista tinha seus entusiastas, “parceiros e aliados” e seguidores oportunistas, mas os vietnamitas que não se enquadravam em nenhuma dessas categorias e tampouco eram inimigos declarados passíveis de serem eliminados; eram coagidos a colaborar ativamente ou passivamente através da ameaça de violência usada tão abertamente.

É exatamente isso que os insurgentes estão fazendo no Iraque neste momento, o que não é nenhuma coincidência porque o mesmo deve acontecer em todas as insurgências. A população local que não simpatiza com a causa e que, portanto, não pode ser recrutada, é coagida a cooperar do mesmo modo, por temer a violência contra eles próprios e suas famílias, violência essa prontamente reforçada pela matança exemplar daqueles que insistem em não colaborar com a resistência: a neutralidade não é uma opção aceita.

Em comparação, a capacidade das forças armadas americanas para infligir punições coletivas não vai além do toque de recolher e outras restrições bastante inconvenientes e suficientes para causar dificuldades, mas obviamente insuficientes para impor um sofrimento verdadeiro que possa aterrorizar mais do que os insurgentes. Não é preciso dizer que isso não é uma limitação política que os americanos gostariam que suas forças armadas superassem, mas na verdade faz com que os insurgentes controlem a população – que é o verdadeiro “terreno” de qualquer insurgência.

Sem dúvida, as funções administrativas comuns do governo também podem ser usadas contra os insurgentes, talvez não de forma tão convincente, mas sem a necessidade da violência. Em toda parte os insurgentes tentam proibir qualquer tipo de colaboração ou contato com as autoridades, mas eles normalmente não conseguem evitar que civis procurem os escritórios do governo para solicitar todas as licenças, permissões, documentos de viagem e outros documentos obrigatórios. Isso dá oportunidade para que agentes da inteligência presentes no local peçam que essas pessoas, em troca da aprovação de suas solicitações ou de outras recompensas, forneçam informações sobre os insurgentes. Esse método eficiente e direto tem sido amplamente usado e não existe razão ética ou legal para que não seja utilizado também pelas forças armadas dos Estados Unidos. Entretanto, ele requer a aparelhagem do governo militar, juntamente com a oferta de serviços administrativos para a população civil. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, após preparativos detalhados, o Exército e a Marinha dos Estados Unidos governaram a Zona Americana na Alemanha, o Japão e parte da Itália. No início, os próprios oficiais americanos eram os administradores, com a ajuda de membros escolhidos dentre as autoridades locais. No entanto, depois disso, os Americanos

vêm-se abstendo do papel de Ocupante, preferindo, tanto no Vietnã, há muito tempo atrás, quanto agora no Iraque, deixar a tarefa de governar para as autoridades locais, ao mesmo tempo em que assumem o papel um tanto estranho de um aliado desproporcionalmente poderoso, com forças de combate posicionadas, e provedor de ajuda militar, mas não da administração civil.

Isso reflete um outro tipo de política, que fica evidente na ambivalência do governo dos Estados Unidos, que se dispõe a lutar guerras, se dispõe a começar guerras por causa de possíveis ameaças futuras, se dispõe a conquistar territórios ou até mesmo países inteiros, e que, entretanto, não se dispõe a governar aquilo que conquistou, mesmo que seja apenas por alguns anos.

Por tudo isso, apesar de todo o talento verdadeiro manifesto no texto do FM 3-24 DRAFT, suas instruções afinal são de pouca ou nenhuma utilidade. Todos os melhores métodos, toda a tática astuciosa, todos os preparativos prudentes, todo o dinheiro e o sangue que os Estados Unidos estão dispostos a despende não são capazes de superar a ambivalência incapacitante dos ocupantes. Esses ocupantes que se negam a governar e que também alegam vários princípios para não usar dos mesmos métodos de terror que os insurgentes para poder sobrepujá-los, condição necessária e suficiente para uma ocupação tranqüila.

A PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES

Contra-Almirante (RM1) Antonio Ruy de Almeida Silva

O Contra-Almirante (RM1) Antônio Ruy de Almeida Silva foi Diretor da Escola de Guerra Naval no período de abril de 2005 a abril de 2007 e, hoje, atua como colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval.

RESUMO

A proliferação nuclear continua a ser um dos temas mais importantes na cena internacional. A discussão sobre se os países que possuem armas nucleares “podem ser melhores” ou “piores”, é uma questão crítica que tem sido discutida e vai continuar. No entanto, enquanto este debate está ocorrendo, novos países querem aderir ou tentar juntar-se ao clube nuclear. O papel político e estratégico de armas nucleares é uma das variáveis mais importantes, que exerce influência sobre a decisão dos Estados para a opção nuclear. Baseado neste papel, alguns dos futuros cenários da proliferação nuclear serão discutidos neste artigo.

Palavras-chave: Armas nucleares. Controle de armas. Proliferação nuclear.

ABSTRACT

Nuclear proliferation remains one of the most important subjects in the international arena. The debate if more countries with nuclear weapons “may be better” or “will be worse” is a critical issue that has been discussed and it is going to continue this way. Nevertheless, while this debate is occurring, new countries are either joining or trying to join the nuclear club. The political and strategic role of nuclear weapons is one of the most important variables that exerts influence on the decision of the states for the nuclear option. Based on this role, some future nuclear proliferation scenarios are discussed in this article.

Keywords: Nuclear weapons. Arms control. Nuclear proliferation.

INTRODUÇÃO

A crise envolvendo o programa nuclear iraniano colocou novamente em evidência o problema das armas nucleares. Embora o Irã afirme que as suas pesquisas neste campo são para fins pacíficos, o fato de ter mantido segredo sobre essas atividades durante dezoito anos tem sido usado pelos países oponentes ao programa para contestar esta afirmação. Esses países argumentam, também, que o regime iraniano não inspira confiança e que a afirmação do atual Presidente, Mahmoud Ahmadinejad, ao declarar-se contra a existência do Estado de Israel, faz com que o projeto se torne ainda mais assustador pelo fato de que o desenvolvi-

mento de armas nucleares pelos iranianos possa possibilitar o seu uso contra os israelenses.

Desta forma, as potências nucleares membros do Conselho de Segurança da ONU deliberaram entre si qual a melhor forma de conter o Irã. Os Estados Unidos da América (E.U.A.), que têm sido o líder contra a posição iraniana, não descartam, inclusive, o uso de armamento nuclear tático para destruir instalações subterrâneas nucleares iranianas.¹ A crise se agrava quando o Vice Primeiro-Ministro de Israel, Shimon Peres, que já foi contemplado com o prêmio Nobel da Paz e é considerado por alguns especialistas como o “pai do programa nuclear israelense”, afirma que “aqueles que ameaçam destruir correm o risco de serem destruídos”,² numa clara alusão à possibilidade de uso contra o Irã das armas nucleares que Israel possui mas não admite publicamente possuir.

Essa situação, na qual países detentores de armamentos nucleares se colocam contra um programa nuclear de outro país, inclusive aventando a possibilidade de serem usadas essas armas para interromper o programa iraniano, motivou o preparo deste artigo, no qual serão discutidas algumas questões sobre esse tipo de armamento, buscando analisar o papel das armas nucleares e se a sua disseminação aumenta ou diminui os riscos de conflitos armados. Finalmente, serão estabelecidos e sucintamente analisados alguns dos possíveis cenários futuros relativos às armas nucleares.

O PAPEL DAS ARMAS NUCLEARES

O advento do armamento nuclear com o lançamento das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki produziu uma grande mudança na natureza da guerra, levando Bernard Brodie a estabelecer o conceito da dissuasão nuclear. Este conceito considera que a guerra entre dois Estados possuidores de armas nucleares seria impossível, na medida em que um deles, mesmo após sofrer um primeiro ataque, fosse capaz de revidar de forma a provocar mais custos para o adversário que as vantagens auferidas pela iniciativa do ataque. Assim sendo, nasceu à idéia de que a partir do advento das armas nucleares, o objetivo do poder militar deixava de ser ganhar as guerras, e passava a ser evitá-las.³

Após a Segunda Guerra Mundial, em um mundo então bipolar, a proliferação nuclear, embora limitada a alguns países, substituiu o monopólio nuclear americano, e as armas nucleares passaram a ter um papel importante na disputa entre os E.U.A. e a União Soviética. Por outro lado, a Guerra-Fria e o receio da hecatombe nuclear fizeram praticamente desaparecer a hipótese das guerras totais que dominaram a primeira metade do século XX, dando lugar às guerras limitadas. Embora a proliferação não tenha tido um ritmo muito veloz desde o lançamento das bombas nucleares contra o Japão, ela continuou a evoluir e novos países como o Paquistão e a Índia se juntaram, no final do Século XX, ao clube nuclear.

¹ O Irã é o Próximo? Revista Época, Rio de Janeiro, n.413, p.48-49, 17 de abril 2006.

² PERES: país pode ser destruído por Israel. O Globo, p.35, 10 de maio de 2005.

³ BRODIE, Bernard. War & Politics. New York: Macmillan, 1973. p.377.

Duas principais correntes tentam explicar as causas da proliferação: aquela que considera existirem fatores externos e internos que influenciam na decisão do Estado em adquirir armas nucleares e a corrente que advoga ser o desenvolvimento da tecnologia o principal fator que leva os Estados a desenvolverem armas nucleares.⁴ Várias seriam as razões para a proliferação: questões relacionadas com a segurança, com o poder e o prestígio das nações e fatores domésticos relacionados com a política, a economia e a burocracia. Nestes últimos, estariam incluídos, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico e as pressões do complexo militar-industrial.⁵ Outros fatores também concorreriam para a decisão de se buscar o armamento nuclear, tais como: a nuclearização de outros países, a possibilidade de conflitos, o enfraquecimento de alianças que possibilitam a proteção contra nações nucleares, e o enfraquecimento das pressões internacionais contra a proliferação.⁶ Sejam quais forem as razões existentes, pelo menos três principais condições são necessárias para o desenvolvimento de armas nucleares por um Estado: capacidade financeira, capacidade tecnológica, e vontade política.

ARMAS NUCLEARES: PODER E SEGURANÇA

Para os defensores da perspectiva realista das relações internacionais, as armas nucleares são entendidas tanto pela necessidade de busca de poder por um Estado, quanto pela necessidade de prover sua própria segurança em um ambiente internacional anárquico. Na visão de Kenneth Waltz, a bipolaridade e as armas nucleares foram os principais vetores que contribuíram para a inexistência de grandes conflitos após a Segunda Guerra Mundial. O primeiro, porque tornou o mundo mais previsível e as responsabilidades mais claras, fazendo com que o mundo bipolar fosse mais seguro que um outro onde predominasse a multipolaridade; e as armas nucleares, pelo efeito da dissuasão nuclear que contribuiu para evitar os conflitos entre as duas superpotências. Ao considerar que a força pode ser usada para atacar, coagir, defender ou dissuadir, Waltz conclui que, se as armas nucleares forem usadas com os dois primeiros propósitos, a possibilidade de eclosão de uma guerra aumenta. Entretanto, se elas contribuírem para incrementar a defesa e a dissuasão, aumentando a segurança dos Estados, essa possibilidade diminui.⁷

Na busca pela segurança, os países decidem quais os caminhos que devem trilhar para se sentirem seguros, e a aquisição de armas nucleares é uma opção que pode ser considerada. Os Estados, segundo Waltz, podem desejar armas nucleares por vários motivos. Primeiro, pelo receio de não poder contar com um aliado nuclear para defendê-lo contra um ataque de uma potência nuclear. Este parece ter sido

⁴ OLGIVIE-WHITE, Tanya. Is there a theory of nuclear proliferation? An analysis of the contemporary debate. *The Nonproliferation Review*, p.43-60, fall 1996.

⁵ Lewis A. Dunn e William H. Overholt em seu artigo "The Next Phase in Nuclear Proliferation Research" apresentam uma exaustiva lista das pressões ou razões para um Estado adquirir armas nucleares.

⁶ DUNN, Lewis A.; OVERHOLT, William H. The next phase in nuclear proliferation. *Orbis: A Journal of World Affairs*, Philadelphia, v.20, n.2, p.497-524, Summer 1976.

⁷ WALTZ, Kenneth. The spread of nuclear weapons: more may better. *Adephi Papers*, n.171, p.1-5.

um dos estímulos que, aliado ao fato de que a cultura nacional francesa não aceitava um papel secundário na hierarquia do poder global, contribuiu para que a França buscasse ter seu próprio arsenal. Segundo, pelo medo do poder do armamento convencional de seus adversários. Este poderia ser o caso de Israel. Terceiro, por considerarem serem as armas nucleares mais baratas e, portanto, uma alternativa a uma possível e extremamente cara corrida armamentista convencional. Quarto, para fins ofensivos. Quinto, para incrementar seu status e prestígio.⁸ Há de se considerar, também, que os países têm, historicamente, demonstrado uma cultura que privilegia a tendência para a simetria na aquisição de armamentos, especialmente no campo das armas convencionais⁹, o que pode ser estendido para o campo nuclear. É claro que essa tendência é mais refreada no caso das armas nucleares, por vários motivos, dos quais as restrições internacionais que dificultam a obtenção e o desenvolvimento desse tipo de armamento são um dos mais importantes.

Ao finalizar sua análise, Waltz propõe para os E.U.A. uma política seletiva de proliferação nuclear, considerando a necessidade de estabilidade regional, os interesses americanos e o incremento de segurança de cada Estado. A ajuda norte-americana para o desenvolvimento pela França e Inglaterra do seu arsenal nuclear, o silêncio do governo americano em relação às armas nucleares israelenses e a aparente aceitação do programa nuclear indiano pelo Governo Bush parecem ser exemplos desse pragmatismo.

Contrariando aqueles que consideram que os novos Estados nucleares seriam menos responsáveis e menos capazes de autocontrole, Waltz defende que, com mais Estados nucleares o mundo teria um futuro mais promissor, pois seria incrementada a dissuasão e seriam reduzidas as chances de conflito entre os países, como aconteceu entre os E.U.A. e a União Soviética e entre esta última e a China.¹⁰

Sob esse enfoque, a posse de armas nucleares seria um sintoma da concepção realista das relações internacionais. A busca pelo poder e pela segurança em um sistema anárquico geraria a necessidade do arsenal nuclear. A proliferação gradual seria, portanto, benéfica, na medida em que os países tendessem a desenvolver uma capacidade nuclear dissuasória que congelasse a guerra e garantisse a sobrevivência dos Estados.

OS FATORES DOMÉSTICOS

O argumento de que a existência de mais potências nucleares pode ser bom é contestado por aqueles que consideram que esta proliferação pode ser ruim, pois traria mais instabilidade ao mundo, na medida em que alguns dos novos atores nucleares não teriam estrutura para assegurar o controle racional desse tipo de armamento. Segundo Sagan, a idéia usada pelos realistas de que os países decidem racionalmente, fundamentada em custos versus benefícios, é contestada.¹¹

⁸ Ibid., p.9.

⁹ O'CONNEL, Robert L. História da Guerra. Lisboa: Teorema, 1989. p.350-371.

¹⁰ SAGAN, S. Douglas ; WALTZ, Kenneth N. The spread of nuclear weapons: a debate. New York: W.W. Norton, 1995. p.2.

¹¹ Ibid., p.47-49.

O principal ponto defendido por esse grupo, baseado na teoria organizacional, é que as organizações militares possuem comportamentos que podem levar à falência da dissuasão e à eclosão de uma guerra, seja acidental ou deliberadamente. A não ser que exista um forte controle civil, as organizações militares não preencheriam as condições operacionais para garantir uma dissuasão nuclear estável. O segundo argumento é que os futuros países com armamento nuclear não teriam os mecanismos adequados para aquele controle civil, seja porque teriam governos militares, ou governos civis fracos, nos quais a influência militar seria grande.¹²

A visão de que o controle civil sobre os militares torna o mundo mais seguro é contestada por Waltz, para quem existem exemplos históricos indicando que algumas vezes os líderes civis são menos preocupados com as conseqüências de uma guerra do que os militares. Alguns exemplos por ele citados são: a campanha dos Dardanelos que foi praticamente imposta por Winston Churchill, e a Guerra da Criméia, considerada pelos militares como uma “guerra impossível”. Waltz também rebate a tese de que, em caso de crise, os militares favorecem o uso da força, usando como exemplos as crises do Marrocos, o envio de tropas para o Líbano, a invasão de Granada, e a oposição do Pentágono à invasão do Haiti, em 1994, quando os militares americanos foram contra o uso da força.¹³

A questão da proliferação nuclear é, portanto, mais complexa. Os setores nacionalistas dos países têm restrições à globalização e tendem a defender uma política nuclear mais agressiva. Esses setores estão mais alinhados com os argumentos relativos à segurança, conforme defendido pelos realistas. Por outro lado, alguns analistas que priorizam os fatores políticos domésticos no processo decisório relativo ao desenvolvimento nuclear colocam em dúvida a relação entre armamento nuclear e segurança, argumentando que a posse de armamento nuclear não garante, necessariamente, a segurança do Estado, podendo, inclusive, ameaçá-la.¹⁴

Os defensores da importância dos fatores domésticos na postura nuclear consideram que os Estados não atuam como um ator unitário. Eles possuem múltiplos interesses e os diversos atores domésticos podem ter diferentes percepções para o problema da segurança. Assim sendo, segundo eles, a realidade tem mostrado que alguns Estados têm mantido políticas nucleares ambíguas, enquanto outros preferem não buscar o desenvolvimento de armamentos nucleares, privilegiando aspectos econômicos e políticos da globalização. Desta forma, a política interna influenciaria as decisões quanto à conveniência, ou não, de se adotar a opção nuclear.¹⁵

Da mesma forma, argumentam que a expansão da democracia e da liberação econômica seriam fatores a contribuir para a não-proliferação nuclear. A expansão da democracia, pela participação da mídia, dos partidos políticos e dos grupos contrários ao armamento nuclear. A liberação econômica, porque os grupos econômicos nacionais participantes da globalização, normalmente, se posicionam contra projetos nacionalistas e despesas militares vultosas que aumentam os

¹² Ibid., p.48-49.

¹³ Ibid., p.99-108.

¹⁴ SOLINGEN, Etel. The domestic sources of nuclear postures: influencing fence-sitters in the post-cold war era. IGCC Policy Paper 8, p.4, oct. 1994.

¹⁵ Ibid., p.3-5.

gastos públicos, e, também, porque preferem não incorrer na possibilidade de sofrer sanções econômicas de instituições multilaterais ou de potências contrárias à proliferação nuclear. Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, Argentina e África do Sul seriam exemplos de países que adotaram uma política nuclear consoante com essa linha de pensamento.

Essa posição é reforçada pelas políticas de incentivar os cortes nos gastos militares como condição para aprovação de ajuda econômica adotadas por algumas instituições internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial.¹⁶ Alguns analistas defendem que essas instituições multilaterais e também organizações não-governamentais sejam usadas para influenciar as decisões domésticas referentes à política nuclear dos países. Nos casos extremos, onde a persuasão e as pressões não logrem deter a busca de armamento nuclear e exista o potencial perigo do seu emprego, esses analistas defendem que a força deveria ser usada.¹⁷

Democracia e globalização econômica, no entanto, nem sempre explicam a postura doméstica contra a proliferação nuclear de um país. A Índia, a maior democracia mundial em número de eleitores, que tem se caracterizado pela busca de inserção econômica internacional, perseguiu tenazmente a meta de tornar-se potência nuclear, a despeito das pressões internacionais.

Da mesma forma, o Paquistão, que, no início dos anos noventa, sugeriu à Índia a criação de uma zona livre de armas nucleares e aventou a possibilidade de assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em troca de vantagens econômicas dos E.U.A. e de uma melhor inserção econômica no mundo globalizado. Essa postura, entretanto, evoluiu e o Paquistão acabou mantendo seu programa nuclear, sendo, hoje, um país com armas nucleares.

Por outro lado, a política de trocar vantagens econômicas por desistência de programas nucleares parece ter tido, recentemente, sucesso com a Líbia, e vem sendo proposta ao Irã. A Coreia do Norte também tem utilizado o seu programa nuclear como moeda para a obtenção de vantagens políticas e econômicas, embora as negociações, até o momento, não tenham esclarecido se o país abrirá mão das armas nucleares que possui ou pelo menos diz possuir.¹⁸ É, portanto, difícil prever se essa política terá sucesso para conter a proliferação. Existe, até mesmo, a possibilidade de ter um efeito contrário, qual seja, o de contribuir para a decisão de alguns Estados de implementar programas nucleares como uma forma de moeda de troca no cenário internacional.

O PAPEL POLÍTICO-ESTRATÉGICO DAS ARMAS NUCLEARES

Sejam baseados em fatores externos ou internos, alguns analistas advogam a validade da posse das armas nucleares, enquanto outros consideram que não existem vantagens em tê-las. A questão parece inconclusiva. Neste item, serão sintetizadas e analisadas algumas dessas vantagens e desvantagens.

¹⁶ WORLD Bank, IMF to Press Defense Cuts. Washington Post, Washington, D.C., B1, 18 oct. 1991.

¹⁷ SOLINGEN, op. cit., p.17-19.

¹⁸ Coreia do Norte desativa usina em troca de petróleo. O Globo, Rio de Janeiro, p.30, 14 fev. 2007.

Contrariando a visão liberal de que a guerra seria um desvio patológico da norma, os realistas dizem que “A guerra tem sido ao largo da história a forma normal de dirimir disputas entre os grupos políticos...”.¹⁹ O Estado necessita manter o controle social internamente e ao mesmo tempo tem que atuar em um cenário internacional de nações soberanas, onde cada uma defende os seus interesses nacionais, que às vezes são conflitantes. O Estado, portanto, atua internamente de forma a implementar a lei e a ordem e evitar o conflito entre os grupos sociais, pois a paz e a segurança interna são fundamentais para a sua existência. Entretanto, na interação com as demais nações, os realistas consideram que “a força ou sua ameaça tem um papel muito importante na determinação da estrutura do mundo que vivemos”²⁰, pois os Estados buscam sobreviver e atingir os seus objetivos nacionais, o que implica, às vezes, no uso da força ou na ameaça do seu uso, com o propósito de influenciar o comportamento dos demais.

Segundo Schelling, o potencial destrutivo das armas convencionais ou nucleares, com a sua capacidade de causar destruição e dor, usado como poder de barganha pelos Estados que as possuem, é parte da diplomacia e pode ser útil para influenciar o comportamento e as decisões de outro Estado. As armas nucleares têm um papel de destaque nessa “diplomacia da violência”, devido ao seu poder de causar grande destruição de uma forma muito mais rápida que as armas convencionais. Por esta sua característica e, também, por tornar possível prescindir da vitória militar para infringir danos decisivos ao adversário, o seu advento gerou grandes modificações na arte da guerra.²¹

Por outro lado, há quem considere que existam dúvidas quanto à validade do uso do armamento nuclear pelos países, com o propósito de alcançar objetivos políticos. Alguns analistas consideram que a posse de armas nucleares não parecer garantir nenhuma grande vantagem diplomática aos países que as possuem. Segundo McGeorge Bundy, as armas atômicas têm apenas um “válido e necessário papel, qual seja, a dissuasão contra agressões nucleares por outros países”.²² Os fracassos da Rússia no Afeganistão, dos Estados Unidos no Vietnã, e de Israel no Líbano, são alguns dos exemplos usados para sustentar esse entendimento. Nesta linha de argumentação, existiria uma relutância dos países não nucleares em desenvolver este tipo de armamento, já que os benefícios políticos seriam pequenos em relação aos custos políticos e econômicos necessários para esse desenvolvimento.²³ Nesta visão, as armas nucleares serviram, portanto, para conter o conflito armado entre as duas superpotências, e a sua posse por outros países apenas ajudaria a congelar conflitos entre eles, como seria o caso das disputas de fronteiras entre China e URSS.

¹⁹ HOWARD, Michael. *Las causas de las guerras y otros ensayos*. Madrid: Servicio de Publicaciones del EME. 1987. p.30.

²⁰ *Ibid.*, p.30.

²¹ SCHELLING, C. Thomas. *Arms and influence*. New Haven, Conn. :Yale University Press, 1966. p.1-34.

²² BUNDY, McGeorge. *The unimpressive record of atomic diplomacy*. In: *The Use of Force*. 6.ed. Lanham, Maryland: Rowan & Littlefield, 2006. p.85-93.

²³ VAN CREVELD, Martin. *The transformation of war*. New York: The Free Press, 1991. p.2-15.

No entanto, mesmo quem defende a limitação das armas nucleares para atingir objetivos políticos, reconhece que parte do status que as potências gozam no cenário internacional advém da posse de armamento nuclear.²⁴ Coincidentemente ou não, todos os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU são potências nucleares, e os demais países detentores de armamento nuclear constituem um grupo que é, de certa forma, tratado de maneira especial no palco internacional. A posse de armamento nuclear é sempre um elemento que distingue esse grupo dos demais. Não se está afirmando que isso se traduza em vantagens pelo simples fato de possuírem esse tipo de armamento mas, sim, pelo fato de que essa posse está presente na percepção dos demais países.

ARMAS NUCLEARES E CONFLITO ARMADO

As armas nucleares têm contribuído, em grande parte, para evitar o conflito armado entre Estados que detêm esse tipo de armamento. Entre esses países, a possibilidade de uma guerra convencional é reduzida pelo medo da escalada que possa conduzir a um conflito nuclear. Conforme dito por Waltz, qualquer um desses Estados é dissuadido por outro que possua a capacidade de responder à iniciativa de uma agressão nuclear. Entretanto, as coisas não parecem ser tão simples quando se vêem envolvidos Estados que possuem armamento nuclear e outros que não o possuam.

A posse de armamento nuclear por um Estado nem sempre garante a dissuasão contra ataques de países apenas possuidores de armas convencionais. A posse desse armamento por Israel, que, segundo algumas fontes, teria sido desenvolvido com ajuda francesa nos anos sessenta,²⁵ não dissuadiu a iniciativa do ataque conduzido pelo Egito e pela Síria, na guerra árabe-israelense, em 1973. Por outro lado, a posse do armamento nuclear serve para limitar os conflitos, como aconteceu neste mesmo confronto, quando o Egito e a Síria não tentaram avançar além das linhas fronteiriças do Sinai e das Colinas de Golan estabelecidas anteriormente, possivelmente com receio do uso do armamento nuclear por Israel. Da mesma forma, durante a primeira Guerra do Golfo, tanto os E.U.A. quanto Israel se valearam da ameaça de uso de armas nucleares contra o Iraque como forma de dissuadir Saddam Hussein de lançar mão de armas químicas e biológicas que, segundo eles, aquele país possuía.²⁶

Considerando a tese que as armas nucleares limitam o conflito, sua proliferação poderia, também, inibir a ação de potências nucleares contra países que hoje apenas possuem armamento convencional. A atual política dos E.U.A. de ataques preventivos, por exemplo, tenderia a ser limitada pela disseminação deste tipo de armamento entre outros países. O caso do Irã, segundo alguns analistas, exemplificaria essa situação. A busca do armamento nuclear pelo governo iraniano, segundo eles, seria, também, uma forma de dificultar uma possível intervenção contra o

²⁴ Ibid., p.4.

²⁵ Ibid., p.2-15.

²⁶ PAYNE, Keith B. Detering the use of weapons of mass destruction. *Comparative Estrategy*, v.14, p.347-359, oct. 1995.

país, que se vê cercado pela presença de tropas norte-americanas e sob forte pressão política do governo dos E.U.A. Nessas considerações, não pode ser esquecido o caso do Iraque, que teve o seu programa nuclear interrompido pelo ataque preventivo de Israel em 1981, o que, de certa forma, facilitou as invasões militares lideradas pelos americanos contra aquele país. Se o Iraque tivesse armas nucleares, a intervenção no Golfo provavelmente teria sido mais complicada para os membros da coalizão.²⁷ Alguns analistas, inclusive, consideram que a posse dessas armas pelo Iraque, com a capacidade de atingir algum país membro da coalizão, teria certamente evitado a guerra.²⁸ Esse fato pode ter contribuído para incrementar a determinação de alguns países, como o Irã, em buscar o desenvolvimento do armamento nuclear como forma, também, de garantir a sua segurança contra intervenções externas.

Por outro lado, existe o risco de que a posse de armamento nuclear possa levar as potências nucleares regionais a se sentirem livres para intervir regionalmente, com o propósito de promover seus interesses nacionais contra países que não possuam esse tipo de armamento. Embora se reconheça que nenhuma potência nuclear, até hoje, tenha se engajado em uma invasão de grande vulto com armas convencionais e tenha tentado garantir seus ganhos com a ameaça do uso de armas nucleares, a possibilidade existe e não deve ser descartada.²⁹

Considerar, portanto, que a posse de armas nucleares teria apenas a função de manter o status quo, como defendido por alguns analistas, não parece corresponder à complexidade da realidade internacional. Além de contribuir para evitar agressões ao seu território, a posse desse armamento aumenta a importância no cenário internacional dos países que o possui e incrementa as possibilidades de influenciar decisões em proveito do interesse nacional. O caso da Índia e do Paquistão é emblemático. O Presidente Clinton ao visitar a Índia, após os testes nucleares conduzidos pelos indianos em maio de 1998, não se posicionou claramente contra o programa nuclear deste país, preferindo implementar a aproximação política bilateral. Naquela ocasião, o Primeiro-Ministro da Índia, Atal Behari Vajpayee, ao defender o programa nuclear daquele país, afirmou que a Índia necessitava de uma “dissuasão nuclear mínima”.³⁰ Essa política norte-americana foi aprofundada pelo Governo do Presidente Bush ao aparentemente aceitar o fato consumado da nuclearização indiana. Após a nuclearização da Índia e do Paquistão parece que os dois países encontraram um equilíbrio relativo e não mais lutaram entre si.

O argumento de que as armas nucleares trazem pequenos benefícios políticos é, também, discutível, na medida em que se constata que as armas nucleares ajuda-

²⁷ Barry R. Posen em seu artigo *US Security in a Nuclear – Armed World*. *Security Studies*, v.6, n.3, p.5, spring 1997, desenvolve um estudo de caso considerando a hipótese do Iraque possuir armas nucleares quando da invasão do Iraque, a fim de analisar qual seria a melhor estratégia para os E.U.A. enfrentar essa ameaça.

²⁸ VAN CREVELD, Martin. *The transformation of war*. In: *STRATEGY and force planning*. 4.ed. Newport, RI: Naval War College, 2004. p.614.

²⁹ POSEN, Barry R. *US security in a nuclear – armed world*. *Security Studies*, v.6, n.3, p.5, spring 1997.

³⁰ CLINTON takes heat off India. *Business Asia*. 31 mar. 2000.

ram os E.U.A. a vencer a resistência dos japoneses na Segunda Guerra Mundial³¹; evitaram a guerra entre as superpotências durante a Guerra Fria, e que a sua posse dissuadiu agressões e limitou conflitos. Além do mais, as armas nucleares são mais baratas, mais fáceis de produzir e muito mais poderosas quando comparadas com armas convencionais mais sofisticadas. Países como o Paquistão e a Coreia do Norte, que não possuem grande desenvolvimento tecnológico nem recursos financeiros, foram capazes de desenvolver artefatos nucleares.

Por outro lado, existe a preocupação, amplamente divulgada, de que as armas nucleares possam ser usadas por terroristas. Embora essa possibilidade exista e seja maior à medida que a proliferação aumenta, ela parece ser remota, pelo menos em futuro próximo. Até hoje, o atentado mais conhecido usando as chamadas “armas de destruição em massa” foi o praticado pelo grupo religioso Aum Shinrikyo, no metrô de Tóquio. Embora contasse com cientistas, instalações e recursos financeiros, o grupo nunca foi capaz de produzir grande quantidade de gás sarin, nem de provocar um atentado com grande número de vítimas fatais.

Para complicar ainda mais o cenário da proliferação nuclear, a possibilidade de esgotamento da produção de petróleo vem incrementando a busca de fontes alternativas de energia, dentre as quais, a energia nuclear. Desta forma, a tendência é que mais países se interessem por dominar o ciclo nuclear, o que aumenta a possibilidade de desenvolvimentos militares nessa área.

Portanto, as vantagens político-estratégicas relacionadas com a posse de armas nucleares são argumentos que podem contribuir para o desejo dos Estados de possuírem este tipo de armamento. No entanto, outros argumentos também influenciam na análise sobre o tema da proliferação nuclear, como veremos no próximo tópico.

NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR: RETÓRICA E PRÁTICA

A não implementação pelos países possuidores de armamento nuclear do artigo VI do TNP, que estabelece o comprometimento com o desarmamento nuclear é também um problema que contribui para a proliferação. Poder-se-ia argumentar que, se esses países não implementam o artigo, é porque existem vantagens político-estratégicas em não fazê-lo. Além do mais, Estados como Índia, Paquistão e Israel, que não assinaram o Tratado e desenvolveram seus arsenais nucleares, não tiveram grandes problemas ou sanções. Ao contrário, sem falar em Israel, que é um tradicional aliado americano, o Paquistão foi elevado a parceiro dos E.U.A. na guerra contra o terror, e, nem mesmo a constatação de que o cientista paquistanês responsável pelo programa nuclear daquele país vendeu equipamentos e segredos nucleares para o Irã, Líbia e Coreia do Norte trouxe maiores problemas para aquele país.³²

Na verdade, além de evitar qualquer menção ao estabelecido no artigo VI, os países possuidores de armamento nuclear têm buscado aprimorar sua capacida-

³¹ BRODIE, op. cit., p.49-56.

³² BRAHMA, Chellaney. Pakistan's nuclear inquiry is a Sham. International Herald Tribune. 11 feb. 2004.

de nuclear, embora a Rússia tenha reduzido quantitativamente esse armamento. Os E.U.A., no entanto, não reduziram significativamente seu arsenal nuclear após o fim da Guerra-Fria, e o governo Bush repudiou o Tratado de Mísseis Anti-Balístico, em 2003. O Pentágono, também, em 2002, durante a gestão de Donald Rumsfeld, concebeu um projeto para desenvolvimento de uma nova geração de armas nucleares que pudessem ser usadas em combinação com um ataque por armas convencionais, apelidadas de armas nucleares “convencionais”.³³

Na revisão da política nuclear americana considera-se, inclusive, a possibilidade de desenvolvimento de opções nucleares que incrementem a flexibilidade e a eficácia desse armamento, evitando grandes “danos colaterais”. Essas opções complementariam outras capacidades militares, a fim de dissuadir adversários quanto ao desenvolvimento de programas militares e operações que possam ameaçar os interesses americanos e dos seus aliados. Além do mais, o governo norte-americano passou a admitir o uso deste armamento contra países não-nucleares, segundo ele, com o propósito de deter o processo de obtenção de “armas de destruição em massa” pelos Estados “do eixo do mal”. Segundo Waltz, uma das mais importantes razões para a resistência norte-americana ao desenvolvimento de programas nucleares por países mais fracos é que se tornaria mais difícil e perigoso para os E.U.A “punirem militarmente” esses países, quando considerassem seu comportamento inadequado.

Recentemente, o governo norte-americano solicitou verbas para um programa destinado a desenvolver novas ogivas nucleares. Esse programa, segundo alguns cientistas, implicaria em testar as inovações antes de serem disponibilizadas para as suas forças armadas, o que poderia colocar em cheque os avanços contra os testes nucleares até hoje alcançados.³⁴

À vista do declínio do arsenal nuclear russo, da atual capacidade nuclear limitada chinesa e do desenvolvimento do arsenal nuclear americano pós-Guerra Fria, os E.U.A. podem, finalmente, ter a supremacia nuclear mundial, sendo, teoricamente, capazes de destruir os arsenais dos dois países com um primeiro ataque sem temer um ataque retaliatório. Quais seriam as conseqüências desta nova estrutura? Para alguns, seriam ruins, pois os E.U.A. se tornariam mais agressivos na defesa dos seus interesses nacionais, gerando mais insegurança na cena internacional.³⁵

Desta forma, as mudanças na política nuclear americana estão contribuindo para gerar mais insegurança no cenário internacional e incrementar o fenômeno da banalização das armas nucleares. Os E.U.A., ao mesmo tempo em que buscam conter a proliferação nuclear usando pressões políticas e econômicas e a ameaça de ataques contra alguns países potenciais desenvolvedores de armas nucleares, também contribuem para a proliferação, na medida em que expandem as possibilidades de desenvolvimento e emprego do seu próprio armamento nuclear e ado-

³³ CAROLL, James. *House of War*. Boston: Houghton Mifflin, 2006. p.500.

³⁴ KRAUSS, Lawrence. Mais perto do fim do mundo. *Revista Época*, Rio de Janeiro, p.83-84, 9 abr. 2007.

³⁵ LIEBER, Keir R.; PRESS, Daryl.G. The rise of U.S. nuclear primacy. *Foreign Affairs*, mar./apr. 2006.

tam a política de proliferação seletiva, ou até mesmo do fato consumado, ao aceitar que países como a Índia, o Paquistão e Israel se tornem membros do clube nuclear. As demais potências atômicas continuam a considerar o armamento nuclear como elemento importante nas suas políticas de segurança nacional e prosseguem nos esforços para aprimorá-lo, juntamente com os respectivos veículos lançadores.³⁶

Assim sendo, o esforço pela não-proliferação perde credibilidade pelas razões acima apresentadas e por não ser o discurso das potências nucleares coerente com a realidade e com as ações implementadas. Portanto, se o desarmamento parece um sonho cada vez mais distante, a não-proliferação encontra-se em um momento decisivo na história mundial. Para prosperar, necessita que os demais países acreditem ser do seu interesse não possuir armas nucleares.

O FUTURO DAS ARMAS NUCLEARES

E qual seria o futuro da proliferação? Em face da conjuntura apresentada e das vantagens e desvantagens da busca do armamento nuclear, pelo menos quatro cenários poderiam ser concebidos.

O primeiro seria o do **desarmamento nuclear total**. Os países nucleares convencidos da necessidade de abolir essas armas estabeleceriam os mecanismos para o desarmamento, como preconizado no Artigo VI do TNP. Este cenário é extremamente improvável pois, como foi discutido anteriormente, não existe a vontade política desses países de abrirem mão de um instrumento de poder que lhes garante uma posição político-estratégica privilegiada que contribui para a sua segurança e status na cena internacional. Na verdade, os países possuidores de armamento nuclear têm reafirmado a importância desse armamento para as suas políticas de segurança nacional.

O segundo cenário seria o da **proliferação generalizada**, no qual um grande número de países buscaria desenvolver armamentos nucleares. Este cenário tem baixa probabilidade de ocorrer, pois falta à maioria dos países, a vontade política e a capacidade econômica e tecnológica para desenvolver esse tipo de arma. A vontade política, que é o fator mais importante, está sujeita às influências dos fatores domésticos e, também, às pressões internacionais de toda ordem, como anteriormente discutido. Historicamente, seja por pressões externas ou domésticas, o número de países que se tornaram possuidores de armamento nuclear tem sido pequeno. Com a globalização financeira, e com a estratégia de oferecer vantagens políticas e econômicas em troca de renúncia nuclear, é provável que esta tendência seja reforçada e a maioria dos países não se vejam tentados a buscar a opção nuclear.

O terceiro cenário seria a manutenção do **“status quo”**, no qual apenas as atuais potências nucleares assim se manteriam, congelando a atual situação do panorama internacional. Este cenário, embora tenha uma maior probabilidade de

³⁶ DIEGUES, Fernando. Não-proliferação x desarmamento nuclear: uma barganha frustrada. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, n. 341, p.23-27, 2007.

ocorrência que o anterior, é de difícil concretização, pois, historicamente, a proliferação tem ocorrido e o número de países com armamento nuclear tem aumentado, embora lentamente, com o decorrer do tempo. Contribuem para a ocorrência deste cenário os fatores domésticos relacionados com o fenômeno da expansão da democracia e o incremento da participação de grupos contrários a esse tipo de armamento. Da mesma forma, também contribui o fato de que, atualmente, as pressões internacionais contrárias à proliferação são mais agudas, inclusive com o uso da estratégia de oferecer vantagens econômicas e cooperação militar como compensação para a desistência de programas nucleares. Por outro lado, diversos fatores, além da crescente facilidade tecnológica, contribuem para a proliferação. O primeiro, é o sentimento de insegurança nos países não nucleares, gerado pela banalização da ameaça do emprego da força pelos E. U. A., após o término da Guerra-Fria. O segundo, a constatação da importância político-estratégica deste armamento, declarada, inclusive, pelos próprios países que os possuem, que continuam buscando o desenvolvimento de novas opções para o seu emprego. O terceiro, a constatação da aceitação internacional dos países que desenvolveram arsenais nucleares, como a Índia, o Paquistão e Israel, que, além de não sofrerem retaliações, incrementaram sua segurança e status ao se tornarem possuidores deste tipo de armamento. Ainda mais, além de Israel que, tradicionalmente, é um aliado do governo norte-americano, os dois primeiros países foram, também, alçados à condição de parceiros estratégicos dos E. U. A.

O quarto cenário seria o da **proliferação seletiva**, no qual países com vontade política e capacidade econômica e tecnológica enfrentariam as pressões internacionais e os fatores domésticos adversos para juntarem-se às atuais potências nucleares na busca de mais status e segurança ou, pelo menos, para desenvolverem o conhecimento necessário para produzir armas nucleares, em curto espaço de tempo, quando a situação internacional assim o exigir. Como, historicamente, os E. U. A. têm liderado os esforços anti-proliferação, é de se presumir que haverá pressão sobre esses países. No entanto, a política norte-americana anti-proliferação tem um custo, e esse custo é proporcional à vontade política do Estado que busca tornar-se nuclear. Desta forma, não pode ser descartada a possibilidade de que o governo norte-americano possa considerar que a política de **proliferação nuclear seletiva** atenda aos seus interesses em determinados casos. Na verdade, apesar dos esforços contra as armas nucleares, foi extremamente difícil na segunda metade do Século XX prevenir outros Estados de desenvolverem este tipo de armamento quando eles tiveram a determinação e a vontade política de assim o fazer ³⁷. O caso do Paquistão e da Índia são exemplos desta dificuldade.

CONCLUSÃO

O papel político-estratégico das armas nucleares aponta para duas principais vertentes. A primeira, relacionada com o poder e o status dos países que as possuem. A posse desse armamento é um fator que distingue os países nucleares

³⁷ SAGAN, op.cit., p.37.

dos demais. Fator esse que pode ser usado como poder de barganha para influenciar comportamentos e decisões no cenário internacional, e ser usado domesticamente para aumentar o orgulho nacional. A segunda, relacionada com a segurança dos países. A capacidade de dissuasão nuclear desestimula agressões entre potências nucleares e pode contribuir para limitar o conflito convencional entre essas potências e Estados possuidores apenas de armas convencionais. Por outro lado, a posse de armas nucleares nem sempre tem garantido o sucesso quando as potências que as possuem lutam por objetivos que não são vitais para elas.

O término da Guerra-Fria trouxe novas variáveis ao problema. Ao invés de uma política que visasse o desarmamento, como previsto no Tratado de Não Proliferação, as potências nucleares têm buscado reafirmar a importância dessas armas para as suas políticas de segurança nacional. As recentes mudanças na política nuclear norte-americana, por exemplo, deixam em aberto a possibilidade de uso do seu arsenal nuclear como opção militar para responder a qualquer tipo de ataque aos E.U.A., gerando um sentimento de insegurança no cenário internacional e a tendência a banalização das armas nucleares.

Além do mais, os países sem este tipo de arsenal constatam que aumentam as pressões internacionais para restringir a possibilidade de desenvolvimento de programas nucleares, mesmo que para fins pacíficos, e, ao mesmo tempo, verificam que países que desenvolveram recentemente armamento nuclear são aceitos sem maiores problemas pelos demais membros do clube, afetando, ainda mais, a credibilidade das políticas anti-proliferação³⁸.

Nesse contexto, o fenômeno da proliferação atravessa um momento crítico e, embora seja difícil prever qual será a sua dinâmica, a tendência é que novos países busquem desenvolver ou procurem estar aptos a desenvolver armas nucleares, em um processo de **proliferação nuclear seletiva**. A velocidade desse processo estará condicionada à capacidade de pressão dos fatores domésticos contrários a essa opção; às pressões internacionais; e à capacidade tecnológica e financeira desses países.

As armas nucleares são, portanto, uma realidade no cenário internacional e a sua existência influencia a conjuntura político-estratégica e a dinâmica das relações internacionais. O potencial destrutivo deste armamento levou alguns analistas a inclusive, considerarem que a guerra não poderia mais ser a continuação da política com o emprego de outros meios, conforme estabelecido por Clausewitz. A desproporção entre os meios nucleares e o valor da maioria dos objetivos políticos inibiria a guerra. A verdade é que as armas nucleares não foram mais usadas desde 1945.³⁹ E o mundo não viveu nenhuma “grande guerra” desde então, apesar dos diversos conflitos que continuam assolando o nosso planeta. Se elas contribuem ou não para a paz, se deveriam ser extintas ou não, continuarão sendo importantes questões a serem debatidas. No entanto, parece que estaremos fadados a conviver, no futuro previsível, com esse imperfeito sistema de equilíbrio que, como expresso por Norberto Bobbio, seria “uma era em que a paz é apenas uma longa trégua, obtida por meio de um estado de crescente, persistente e progressiva tensão”.

³⁸ NYE Jr., Joseph S, *Understanding International Conflicts*. New York: Longman, 1977. p.121.

³⁹ NYE Jr., Joseph S, *Understanding International Conflicts*. New York: Longman, 1977. p.121.

REFERÊNCIAS

1. BRAHMA, Chellaney. Pakistan's nuclear inquiry is a Sham. **International Herald Tribune**. 11 feb. 2004.
2. BRODIE, Bernard. **War & Politics**. New York: Macmillan, 1973. p.377.
3. BUNDY, McGeorge. The unimpressive record of atomic diplomacy. In: **The Use of Force**. 6.ed. Lanham, Maryland: Rowan & Littlefield, 2006. p.85-93.
4. CAROLL, James. **House of War**. Boston: Houghton Mifflin, 2006. p.500.
5. CLINTON takes heat off India. **Business Asia**. 31 mar. 2000.
6. CORÉIA do Norte desativa usina em troca de petróleo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.30, 14 fev. 2007.
7. DIEGUES, Fernando. Não-proliferação x desarmamento nuclear: uma barganha frustrada. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n.341, p.23-27, 2007.
8. DUNN, Lewis A.; OVERHOLT, William H. The next phase in nuclear proliferation. **Orbis: A Journal of World Affairs**, Philadelphia, v.20, n.2, p.497-524, Summer 1976.
9. HOWARD, Michael. **Las causas de las guerras y outros ensayos**. Madrid: Servicio de Publicaciones del EME. 1987. p.30.
10. KRAUSS, Lawrence. Mais perto do fim do mundo. **Revista Época**, Rio de Janeiro, p.83-84, 9 abr. 2007.
11. LIEBER, Keir R.; PRESS, Daryl. G. The rise of U.S. nuclear primacy. **Foreign Affairs**, mar./apr. 2006.
12. NYE Jr., Joseph S, **Understanding International Conflicts**. New York: Longman, 1977. p.121.
13. O IRÃ é o Próximo? **Revista Época**, Rio de Janeiro, n.413, p.48-49, 17 de abril 2006.
14. O'CONNEL, Robert L. **História da Guerra**. Lisboa: Teorema, 1989. p.350-371.
15. OLGIVIE-WHITE, Tanya. Is there a theory of nuclear proliferation? An analysis of the contemporary debate. **The Nonproliferation Review**, p.43-60, fall 1996.

16. PAYNE, Keith B. Deterring the use of weapons of mass destruction. **Comparative Strategy**, v. 14, p. 347-359, oct. 1995.
17. PERES: país pode ser destruído por Israel. **O Globo**, p. 35, 10 de maio de 2005.
18. POSEN, Barry R. US security in a nuclear: armed world. **Security Studies**, v. 6, n. 3, p. 5, spring 1997.
19. SAGAN, S. Douglas ; WALTZ, Kenneth N. **The spread of nuclear weapons: a debate**. New York: W.W. Norton, 1995.
20. SCHELLING, C. Thomas. **Arms and influence**. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1966. p. 1-34.
21. SOLINGEN, Etel. The domestic sources of nuclear postures: influencing fence-sitters in the post-cold war era. **IGCC Policy Paper**, n. 8, p 4, oct. 1994.
22. VAN CREVELD, Martin. The transformation of war. In: **Strategy and force planning**. 4.ed. Newport, RI: Naval War College, 2004. p. 614.
23. VAN CREVELD, Martin. **The transformation of war**. New York: The Free Press, 1991. p. 2-15.
24. WALTZ, Kenneth. The spread of nuclear weapons: more may better. **Adephi Papers**, London, n. 171, p. 1-5, 1981.
25. WORLD Bank, IMF to Press Defense Cuts. **Washington Post**, Washington, D.C., B1, 18 oct. 1991.

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARA UM JOGO DE GUERRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra Júlio Cezar Barreto Leite da Silva

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Júlio Cezar Barreto Leite da Silva é Encarregado da Área de Estudo I – Operações Navais e Jogos de Guerra – e Encarregado do Setor de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar o Jogo de Guerra sob a perspectiva dos seus objetivos, mostrando sua definição e suas especificações. Ele se inicia com comentários sobre os Jogos de Guerra, sua história, definições e características fundamentais, com foco nos seus objetivos. Ele discute também o entendimento reinante nas Forças Armadas sobre esses objetivos principais e, a partir daí, a sua formulação, buscando, ao final, estabelecer uma definição geral e uma maneira simples de enunciá-lo.

Palavras-chave: Jogos de guerra. Estratégia. Planejamento militar

ABSTRACT

The present article intends to introduce the War Gaming under the perspective of their objectives, showing its definition and a way to specify it. It begins with comments about War Gaming, its history, definitions and fundamental characteristics focusing on its goals. It also shows the common understanding in the Armed Forces on their principal objectives and, from there onwards, its formulation, seeking, at the end, to establish a general definition and a simple way to enunciate it.

Keywords: War Games. Strategy. Military Planning

INTRODUÇÃO

Jogos de Guerra vêm sendo montados e realizados na Escola de Guerra Naval desde 1916. O trabalho constante, estudo do assunto, aperfeiçoamento de métodos e procedimentos e a realização anual de diversos jogos vêm qualificando o pessoal ligado a esta atividade de forma única no país.

Recentemente, com a inauguração das instalações do novo Centro de Jogos de Guerra (CJG) e a utilização do novo Sistema Simulador de Guerra Naval (SSGN), ficou patente a necessidade do aperfeiçoamento dos procedimentos até então adotados pelo Setor de Jogos, na execução dos diversos jogos na EGN. Foi, então, proposta a elaboração de uma metodologia de projeto (criação) de Jogos de Guerra, que usando o conhecimento estabelecido há anos, proporcionasse um meio de

fácil modelagem dos problemas militares estudados pela escola para o jogo. Dentro deste esforço estão sendo propostos trabalhos acadêmicos que aprofundem os conhecimentos de assuntos correlatos aos Jogos de Guerra, tais como Teoria dos Jogos e Criação de Jogos de Guerra.

Um dos estudos está aprofundando o conhecimento sobre os elementos fundamentais dos Jogos de Guerra. Estudo este que busca revelar as características destes elementos, a fim de defini-los e encontrar uma forma de facilitar sua criação, auxiliando na montagem, execução, crítica e análise dos jogos.

O presente trabalho pretende apresentar o Jogo de Guerra sob a perspectiva dos seus objetivos. Iniciando com comentários sobre Jogos de Guerra, história, definições e características fundamentais, com foco nos seus objetivos, passando por uma caracterização do Jogo de Guerra. Apresentando o entendimento reinante nas Forças Armadas sobre objetivos e, a partir daí, caracterizando os objetivos dos Jogos de Guerra e sua especificação, buscando, ao final, apresentar um possível entendimento do que seria um objetivo do Jogo de Guerra, sua definição e uma maneira simples de enunciá-lo.

JOGOS DE GUERRA

Os Jogos de Guerra são usados pelos homens desde tempos remotos. Eles evoluíram de uma forma bastante abstrata de representação da realidade, como o exemplo do Jogo de Xadrez Militar de 1781, passando pelos jogos de tabuleiro, empregados até hoje, e chegando aos atuais jogos de guerra assistidos por computadores, que simulam a realidade dos combates ou a dos envoltimentos estratégico/operacionais, como o Sistema Simulador de Guerra Naval (SSGN) de 2001.

Segundo Peter Perla (Perla, 1990 : 164), Jogo de Guerra é melhor definido como “um modelo ou simulação de uma Guerra¹ (warfare), cujas operações não envolvem, necessariamente, o emprego real de forças militares, cuja seqüência de eventos afeta, e por sua vez, é afetada pelas decisões tomadas pelos jogadores, que representam lados que se opõem.” O Jogo de Guerra pode ser projetado para três níveis principais de decisão, quais sejam: estratégico, operacional e tático. Contam com a participação de diversos grupos, onde se destacam o Grupo dos Jogadores, que recebem, normalmente, a designação de partidos (tradicionalmente os partidos são nomeados AZUL e VERMELHO). Além dos jogadores, usualmente, têm como participante o Grupo de Controle (GRUCON ou UMPIRE), que é composto por pessoal habilitado e qualificado na condução do jogo e na análise dos resultados.

Dadas as suas características de modelar e simular um problema militar real, o Jogo de Guerra tem, desde seus primórdios, uma grande utilidade como ferramenta didática e de análise, apoio à decisão. Como ferramenta de didática, é empregado no aprendizado e na prática da Teoria da Decisão, e como ferramenta de apoio a decisões para teste de planos, doutrinas e inovações tecnológicas, até mesmo em tempo real, fazendo o acompanhamento das ações planejadas. Os Jogos

¹ O termo WARFARE é traduzido como GUERRA ou CONFLITO. No contexto deve se ter em mente uma CAMPANHA, BATALHA, OPERAÇÃO ou AÇÃO (DBM , 2004 : cap. 4)

de Guerra têm por finalidade a verificação de posturas frente às diversas decisões (Castro, 2005: 2), que se apresentam no desenrolar das ações no jogo.

O Jogo de Guerra é, portanto, uma ferramenta de auxílio à decisão, que através da modelagem de problemas (situações) militares e da simulação dos cenários que envolvem estes problemas, apresentam um conjunto de eventos relacionados às estratégias adotadas pelos participantes (jogadores), as quais definem seus caminhos para a solução, culminando com a consecução dos objetivos do jogo.

CARACTERIZAÇÃO DE UM JOGO DE GUERRA

Os Jogos de Guerra apresentam os seguintes elementos essenciais, a partir dos quais são classificados: propósito, cenário, situação, participantes, regras e recursos de apoio (EGN, 1997 : 2-1). Segundo Perla, os jogos apresentam os seguintes elementos: objetivos, cenários, banco de dados, modelos, regras, jogadores e análise². (Perla, 1990 : 165). Partindo de uma rápida análise, podemos constatar que os elementos-chave de um jogo são apresentados por ambos os autores. O propósito do jogo está relacionado com os objetivos do mesmo; o cenário, com a situação, apresentada através das informações dos bancos de dados e dos modelos; os participantes sintetizados pelos jogadores; as regras, com os recursos de apoio à simulação e à análise e o seu estilo.

Destes elementos essenciais tiramos a classificação dos Jogos de Guerra (JG):

Quanto aos objetivos, eles podem ser educacionais ou de pesquisa (Perla, 1990 : 194) . A classificação adotada pela EGN separa os jogos em didáticos ou analíticos. Mais uma vez, podemos verificar que os jogos têm duas classificações quanto aos objetivos: educacionais ou didáticos e para pesquisa ou analíticos.

Quanto ao cenário, destacamos que a moderna categorização do cenário nos jogos atuais combina a idéia de ambiente geográfico com o nível de decisão em que atua o jogador. “Todo JG tem como pano de fundo um cenário geográfico, onde se desenvolvem as ações militares”. (EGN, 1997 : 2-1). Daí os jogos serem classificados em três níveis quanto ao cenário: globais (nível estratégico), teatro (nível operacional) e local (nível tático) (Perla, 1990 : 170 – 71).

Quanto à situação, podem ser divididos quanto ao realismo, quanto à atualidade, ou quanto ao limite de informação. Quanto ao realismo, os jogos podem se dividir em fictícios ou hipotéticos; quanto à atualidade, podem ser retrospectivos, correntes ou prospectivos. E quanto aos limites de informações acessadas pelos jogadores, podem ser abertos ou fechados.

Quanto aos participantes, podem ser classificados pela quantidade de partidos (número de jogadores) ou pelo nível decisório. Quanto ao número de jogadores, pode ser unilateral (um partido vs. GRUCON - normalmente o jogo unilateral é usado exclusivamente para fins educacionais), bilateral (dois partidos) e multilateral. Quanto ao nível decisório, podem ser divididos em estratégicos, operacionais ou táticos.

² A análise se aplica especificamente aos jogos criados para uso militar.

Quanto às regras, podem ser classificados de duas formas: quanto às regras propriamente ditas e quanto ao modo de avaliação. Quanto às regras podem ser rígidos, semi-rígidos ou livres, sendo esta classificação relacionada à atualização do Grupo de Controle (GRUCON), e quanto ao modo de avaliação podem ser rígidos ou livres, referindo-se às técnicas de avaliação.

Quanto aos recursos de apoio à simulação e análise, podem ser classificados como abertos ou fechados, considerando-se a natureza da informação.

Quanto ao estilo, podem dividir-se em seminário ou sistêmico, considerando-se a utilização ou não do auxílio de sistemas computacionais (Perla, 1990 : 175).

Um Jogo de Guerra também tem seus atores, fundamentais na sua criação (projeto), montagem, execução e análise, que são os grupos de participantes. Os grupos de participantes mais comuns são: os Patrocinadores, responsáveis pela definição do objetivo do jogo, seleção dos integrantes do Grupo de Controle, distribuição dos jogadores e definição do nível decisório de cada um, em função da estrutura militar adotada; o Grupo de Controle (GRUCON), composto de juízes e controladores, que é o conjunto de especialistas responsável pelo controle, condução e arbitragem do jogo; os Jogadores, que participam da execução do jogo divididos em partidos e atuando em suas funções dentro da estrutura militar adotada; e, finalmente, os Analistas, que auxiliam na criação do jogo e executam a análise dos seus resultados, apurando se os objetivos do jogo foram alcançados.

OBJETIVOS

Objetivos têm uma definição bastante geral, havendo uma grande dificuldade em sua especificação. São definidos como “(adj.) Que diz respeito ao objeto; (sub.) meta ou alvo que se quer atingir; (mil.) posição estratégica que se quer atingir, propósito a ser atingido por uma operação militar, alvo de uma operação militar”. (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 1995 : 1220).

Nos Jogos de Guerra, os objetivos dizem respeito às soluções ou respostas desejadas ao final de um jogo. Eles apresentam de forma clara o efeito desejado ao final. A especificação dos objetivos é fundamental quando se projeta³ um Jogo de Guerra (Perla, 1990 : 193).

Essa especificação é feita por um grupo de pessoas, que se dividem em patrocinadores, projetistas (criadores) e analistas. Na especificação dos objetivos, os patrocinadores do jogo, os projetistas e os analistas devem identificar claramente como e por quais caminhos o jogo pode fornecer a experiência e a informação necessária para alcançá-los (Perla, 1990 : 165).

A declaração de um objetivo é, nos jogos de guerra profissionais⁴, uma atribuição do patrocinador do jogo, que deve buscar de forma simples e específica englobar o problema militar, separando e identificando cada nível de decisão e sua

³ Projeta – Traduzido do inglês design. No contexto pode ser traduzido como cria – Presente do Indicativo do verbo criar.

⁴ Jogos de Guerra Profissionais – são os jogos de guerra criados para utilização pelas forças armadas com fins de didáticos ou analíticos.

abrangência. O objetivo deve ser o mais específico possível, a fim de dar liberdade ao projetista para traçar seus caminhos e pontos de decisão de forma apropriada. Eles são os principais orientadores da criação de um Jogo de Guerra.

Os Jogos de Guerra são criados buscando atender a duas grandes categorias de objetivos (Tabela 1): os educacionais e os de pesquisa. Objetivos educacionais são aplicados a jogos de guerra didáticos e os objetivos de pesquisa são aplicados a jogos de guerra analíticos. A avaliação, o aprendizado e reforço dos ensinamentos ministrados são as três aplicações principais em que podemos dividir os objetivos educacionais. Já os analíticos podem ser relacionados a testes de planos, estratégias e políticas, ou à identificação de questões de natureza militar com envolvimento do poder militar, ou na construção de consenso e opiniões comuns sobre estas questões.

CATEGORIAS	APLICAÇÕES
Objetivos de Jogos Didáticos	Aprendizado
	Reforço do aprendizado
	Avaliação do aprendizado
Objetivos de Jogos Analíticos	Desenvolvimento / testes de políticas, estratégias e planos.
	Identificação de problemas militares
	Construção de consenso e opiniões comuns.

Tabela 1 – As categorias dos objetivos e suas classes. (Perla, 1990 : 195)

ESPECIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS DE UM JOGO DE GUERRA

Os objetivos, como já foi abordado anteriormente, têm uma definição bastante ampla. Eles são mencionados em diversos campos do saber, tais como a psicologia, economia, política e diversos outros. Um exemplo da diversidade de maneiras em que podemos definir a palavra objetivo está no meio militar, onde as definições de objetivo político, estratégico, militar, operacional, tático, principal, eventual, fixo e móvel são usadas para orientar e compor os planejamentos, provendo o entendimento necessário para a compreensão da tarefa e a obtenção do efeito desejado. Quanto mais alto o nível de decisão, mais amplo e geral será o objetivo e mais próximo do entendimento que se faz da expressão “efeito desejado”, qual seja, “é o resultado que se espera da realização de uma tarefa” (MD, 2001 : 96). No nível tático, o grau de especificidade de um objetivo aumenta grandemente, podendo o objetivo ser entendido como “um elemento material específico em relação ao qual se desenvolve o esforço militar numa operação” (MD, 2001 : 96).

Como vimos, os objetivos nos Jogos de Guerra são de grande importância na sua criação. Eles são caracterizados como didáticos ou analíticos e são estabelecidos por um Patrocinador. Dadas as definições adotadas para objetivos e as maneiras mais usuais de compreendê-los no meio militar, podemos definir um objeti-

vo de um jogo de guerra como sendo o efeito desejado a ser atingido pelo desenrolar das ações ou tarefas necessárias ao andamento do jogo, que culminam em decisões que comprovam, relembram ou avaliam o aprendizado, para o caso de jogos didáticos, ou decisões que testem, confirmem, consolidem ou aprovem planos, procedimentos ou o entendimento do problema militar, nos jogos analíticos.

Sendo os objetivos de um jogo expressos em termos de ação a empreender e conhecido o conjunto de propósitos das diversas disciplinas (no caso de jogos educacionais) e o conjunto dos planos, doutrina, equipamentos e possibilidades de emprego das forças armadas na solução do problema militar (no caso de jogos para pesquisa), podemos especificar os objetivos de um Jogo de Guerra.

Sendo estes normalmente amplos e gerais, devem ser enunciados da mesma forma que usamos para enunciar o “*propósito*” no Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (MD, 2001: 96) e no Processo de Planejamento Militar (EGN 10 2005: 2-4). Devem ter sua redação iniciada sempre por um verbo no infinitivo, englobando o propósito a ser atingido pela disciplina ou pelo entendimento que se deseje alcançar.

CONCLUSÃO

Os Jogos de Guerra são conhecidos e empregados pelo homem desde há muito tempo. Eles vêm evoluindo com o advento da computação e, hoje, na Idade da Informação, são capazes de alcançar níveis espantosos de realismo. A aplicação do jogo de guerra como ferramenta de apoio à decisão tem se consolidado a partir do aperfeiçoamento dos modelos e dos sistemas de simulação correlatos à atividade. São, também, de muita utilidade no adestramento e aprendizado, quando demonstram a importância dos seus objetivos na obtenção do efeito desejado de verificar a efetividade dos mesmos.

Os objetivos dos jogos, até então, eram estabelecidos de forma geral por um Patrocinador, cabendo ao projetista do jogo a tradução do seu significado para o cenário, as ações e informações. A definição do objetivo de um Jogo de Guerra como sendo o efeito desejado a ser atingido a partir de decisões e pelo desenrolar das ações ou tarefas necessárias ao andamento do jogo, vem possibilitar que eles sejam elaborados de uma forma mais fácil, tornando as funções dos Patrocinadores e dos Projetistas de jogos mais simples.

O estabelecimento do objetivo de um Jogo de Guerra é feito de forma livre, o que pode vir a causar dificuldades de entendimento por parte dos projetistas e analistas. O patrocinador não segue nenhuma definição ou procedimento que oriente a declaração dos mesmos. A definição de Objetivo do Jogo e a forma de enunciar-lo apresentadas no presente trabalho, buscam facilitar a especificação da característica fundamental dos Jogos de Guerra: seu objetivo.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. **EGN-101**: Jogos de Guerra. Rio de Janeiro, 1994.

2. _____. **EGN-104**: Planejamento Militar. Rio de Janeiro, 2005.
3. BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-320B**: Glossário de Vocábulo e Expressões Básicas de uso na Marinha. Brasília, 1981
4. _____. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 2004.
5. BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-05**: Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas. Brasília, 2001.
6. CASTRO, Rogério da S. Modelagem de Processos em Jogos de Guerra. **Air and Space Power Journal**. 2º Trim., 2005.
7. DUNNINGAN, James F. **The Complete Wargame Handbook**: how to play, design, and find them. New York: William Morrow and Company, Inc., 1997. Disponível em: <<http://www.hyw.com/Books/WargamesHandbook/Contents.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2006.
8. ENCICLOPÉDIA Britânica do Brasil. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. V. 2. 14. ed. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, 1995.
9. MANUAL War Gaming. New Port: Naval War College, 1969.
10. McHUGH, Francis J. **Fundamentals of War Gaming**. 3.ed. New Port: Naval War College, 1966.
11. PERLA, Peter P. **The Art of War gaming**: A guide for professional and hobbyists. Annapolis: Naval Institute Press, 1990.

O SÉCULO XXI E AS NOVAS PERCEPÇÕES DE AMEAÇAS À SEGURANÇA

Capitão-de-Fragata Roberto Loiola Machado

O Capitão-de-Fragata Roberto Loiola Machado é, atualmente, aluno de Mestrado em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Vivemos no século XXI inseridos em uma Nova Ordem Mundial, onde as percepções de ameaças à segurança prevalecem. O fim da Guerra Fria fez o conceito de segurança e seus aspectos modificarem de uma forma significativa. A partir deste momento, o novo conceito permite considerar ainda o indivíduo como algo que exige uma intervenção de segurança. Então, estratégias pensadas e implementadas com o objetivo de neutralização e /ou combate das ameaças, tem adquirido uma outra arquitetura muito mais ampla.

Palavras - chave: Estratégia. Segurança Internacional. Defesa.

ABSTRACT

We live in century XXI inserted in a New World Order where news perceptions of security's threats take place. A particular event made the concept of security and its pertinent aspects modified in significant way: the end of the Cold War. From this moment the new concept allows to consider even the single individual as something that requires action of securitization. Then, strategies thoughts and strategies implemented with the objective of neutralization and/or combat to the threats had acquired another specter, much more ample.

Keywords: Strategy. International Security. Defense.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir a segurança explorando aspectos pertinentes à sua configuração existente no século XXI. O universo de abordagens é enorme e a cada dia descobre-se um novo viés passível de análise. Portanto, o texto a seguir não pretende esgotar o assunto. O que foi estabelecido como objeto de estudo deve ser visto, acima de tudo, como um referencial para estudos complementares. Tendo como referência o século XXI, foi considerado importante discutir a existência de novas ameaças à segurança, indicar como elas são entendidas e, ainda, deixar claro como os Estados e a comunidade internacional estão reagindo e estabelecendo suas estratégias frente a determinados tipos de novas percepções de ameaças.

A SEGURANÇA E O SEU NOVO ENTENDIMENTO

Vivemos hoje uma Nova Ordem Mundial¹, e esta ordem carrega no seu âmago uma série de transformações – conceituais e estruturais. A segurança e seus aspectos pertinentes, por exemplo, possuem hoje um entendimento diferente. Conceitualmente podemos afirmar que no cenário internacional a segurança teve o seu sentido cognitivo alterado e ampliado. Isto não quer dizer que preceitos de securitização existentes e postos em prática no passado devam ser totalmente descartados, bem como não podem ser encarados como dogmas e/ou princípios imutáveis. Eles devem ser revistos para depois serem mantidos e/ou modificados e/ou abandonados. Segundo Vidigal “os estudos sobre segurança ganharam impulso pelos fatos ocorridos ao se aproximar o fim da Guerra Fria e as conseqüências deles”.²

A Guerra Fria teve o seu final decretado em 1991 com o colapso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Era um termo usado para descrever um clima de hostilidade, rivalidade e disputa desenvolvido entre dois blocos antagônicos: o oriental, de maioria comunista, e o ocidental, de maioria não comunista. Este período ficou caracterizado, entre outros aspectos, pela existência do conceito de MAD (*Mutual Assured Destruction* - Mútua Destruição Assegurada) que envolvia as duas maiores potências mundiais – Estados Unidos da América (EUA) e URSS –, e se configurou durante muito tempo em uma ameaça recíproca para ambos os países e, de certa forma, uma ameaça também para a sobrevivência da humanidade. A qualquer momento, soviéticos poderiam atacar norte-americanos usando armas nucleares, ou vice-versa. A uma ação deste tipo encetada por um dos dois Estados mencionados levaria a uma resposta imediata do outro, gerando, por conseguinte, à destruição de ambos, e provavelmente do mundo inteiro. Além disso, era uma época em que EUA e URSS polarizavam disputas em vários campos – militar, político, espacial etc. Segundo Vidigal “sabia-se quem era o inimigo, (...), avaliava-se com certa precisão o grau de ameaça que ele representava”.³ Com o fim da Guerra Fria as ameaças foram ficando “mais difusas, dificilmente podendo ser relacionadas com o espaço geográfico, com um dado Estado”.⁴

A partir de 1991, portanto, determinados temas relacionados à segurança ganharam mais espaço nas relações entre os Estados. Dentro deste contexto podemos citar, por exemplo, o terrorismo, as agressões ao meio ambiente, o crime organizado e o desarmamento. Dessa forma, estudos de segurança não podiam mais se restringir somente a aspectos militares como vinha acontecendo, era necessário reavaliar essa questão. E ainda mais: “a possibilidade de desmilitarizar as relações (*de segurança*) internacionais passou a fazer parte do debate”.⁵

¹ Esta Nova Ordem Mundial foi engendrada entre 1989 e 2001 e vem sendo consolidada desde então. Segundo Condoleeza Rice, secretária de Estado do Governo Bush: a queda do muro de Berlim (1989) e a queda do *World Trade Center* (2001) representam o início e o fim de um longo período de transição.

² Armando A. F. VIDIGAL, *As Relações Internacionais sob a perspectiva da segurança*, p. 133.

³ Armando A. F. VIDIGAL, *A Missão das Forças Armadas para o Século XXI*, p. 102.

⁴ *Ibid.*, p. 102.

⁵ *Ibid.*, p. 133.

A segurança é definida pela Política de Defesa Nacional (PDN) como sendo:

a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Nota-se, desde já, um aspecto importante da segurança: ela é uma condição. E isto permite percebê-la como um sentimento, uma sensação. Ademais, vários são os fatos e/ou transformações surgidas no cenário internacional que obrigam a realização de uma revisão e/ou expansão do sentido cognitivo que cerca a palavra segurança. O Instituto de Pesquisas sobre o Desarmamento da Organização das Nações Unidas apresentou um conceito mais amplo:

Segurança é uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque nuclear, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais, e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.⁶

Estudando as percepções de ameaças à segurança é lícito afirmar que antes do período de transição responsável pelo surgimento da Nova Ordem Mundial – 1989 a 2001 – elas eram vistas e encaradas de forma diferente. Havia uma dissociação clara entre Estado e indivíduos como alvos de ameaças. Ameaças eram assim classificadas quando podiam atingir Estados e exigiam uma ação militar para a sua manutenção ou restauração. Hoje o universo de ameaças se aproximou mais do cidadão comum. Existe a nítida percepção de que a qualquer momento você e/ou seus familiares podem de alguma forma ser afetados por atos que possam provocar uma sensação de insegurança. E mais, no século XXI todos, e não somente militares e políticos de alto escalão, são responsáveis por discutir e implementar ações que objetivam neutralizar ameaças.

Historicamente podemos afirmar que ameaças à segurança dos Estados sempre existiram e sempre se configuraram em preocupação de governantes. Barry Buzan afirma que poucos anos antes do final da Guerra Fria existiam três diferentes visões em relação aos estudos de segurança: a abrangente (*widener*), a tradicionalista e a crítica.

A visão abrangente, que serve de base para este trabalho, entende que a segurança internacional, sua manutenção em níveis satisfatórios e seus estudos pertinentes não devem levar em conta somente os Estados e seus aspectos militares. A sensação de segurança é, na verdade, afetada por múltiplas ameaças, e estas podem ter diversas origens: militar, política, econômica, ambiental etc. E que questões basicamente domésticas acabam por refletir nas relações internacionais, sendo então de bom alvitre a inclusão dessas questões quando da realização dos estudos

⁶ *Ibid.*, p. 77.

de segurança. A perspectiva abrangente considera ainda o indivíduo como a unidade básica das análises de segurança, o que implica em considerar a segurança individual como questão legítima das relações internacionais.⁷

As novas percepções de ameaças têm hoje um outro espectro: suas fontes e/ou origens são bem mais amplas, não se restringem mais as que emanam de outros Estados. Além disso, são reconhecidas de outra forma e atingem a sociedade em múltiplos aspectos.

As ameaças que não tardaremos a enfrentar não podem ser facilmente categorizadas como agressões de Estados; de fato, pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade.⁸

Há, no entanto, um paradigma que, ao que tudo indica, ainda permanece válido: aquele descrito por John Herz. Mais especificamente, Herz enunciou o conceito do “dilema da segurança”, que reflete o desejo dos Estados em buscar implementar ações, de qualquer natureza, com o objetivo de incrementar sua segurança ante as possíveis ameaças que possam alterar o seu *status quo* de securitização. Mas, como consequência destas ações, outros Estados passam a se sentir inseguros e ameaçados, e tentam equiparar-se ao nível de segurança atingido pelo outro implementando atos que possibilitem um incremento de sua sensação de segurança. Conforme explicitado por Sarfati a idéia do dilema é que “os Estados, ao agir em interesse próprio, devem se preocupar com a defesa de sua segurança independentemente da ação dos outros Estados, mas, ao agir dessa forma, levam insegurança aos outros Estados”.⁹

Em que pese a perenidade de certos conceitos como o dilema da segurança, no século XXI podemos afirmar que a sensação de insegurança já não é a mesma de antes, que ela é aquilatada de forma diferente por cada Estado e até mesmo pelos próprios habitantes das diferentes regiões do mundo.

Hoje o terrorismo é uma das principais fontes de ameaça e a que se faz presente em diversas partes do globo. Mas, além do terrorismo, há outras e de vários matizes: crimes transnacionais, imigração indesejada e ilegal, corrida armamentista etc. É justo afirmar, portanto, que as novas ameaças contam-se em dezenas e que um grupo específico de ameaças, as de origem econômica, parecem ter um grande peso na conjuntura do século XXI. Bobbitt afirma inclusive que:

Acredita-se que a maior ameaça aos Estados Unidos seja econômica – e, talvez porque estejam defendendo uma perspectiva estratégica, os partidários dessa corrente tendem a adotar um ponto de vista essencialmente mercantilista da competição econômica internacional.¹⁰

⁷ Armando A. F. VIDIGAL, *As Relações Internacionais sob a perspectiva da segurança*, pp. 133-134.

⁸ Philip BOBBITT, *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*, p. 774.

⁹ Gilberto SARFATI, *Teorias de Relações Internacionais*, p. 98.

¹⁰ Philip BOBBITT, *op. cit.* p. 233.

Um outro tipo de ameaça, a ambiental ou ecológica, até recentemente não era vista como tal, ou melhor, “os problemas ecológicos, (...), não eram vistos tão imediatamente explosivos”.¹¹ E ainda:

uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do breve século XX, se mantida indefinidamente (supondo isso possível), deve ter conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele.¹²

Assim, a manutenção das condições ambientais satisfatórias ao desenvolvimento humano passa a ter grande importância, pois é a vida de concidadãos que corre perigo, e, dessa forma, tudo aquilo que possa de alguma forma ameaçar a continuidade de existência de um povo e/ou nação é entendido como algo que tem que ser combatido e/ou neutralizado. O objetivo maior da segurança é, portanto, a segurança humana, e a maioria das ações que visam à manutenção e/ou restauração da segurança nacional terão como objetivo final a sobrevivência do homem.

Até um passado recente as questões de segurança dos Estados eram fortemente centradas na manutenção da integridade territorial. Hoje, no entanto, elas são muito mais delicadas e abrangentes. Huntington cita, por exemplo, que os conflitos entre o “Ocidente e o Islã estão assim centrados menos em território do que em questões intercivilizacionais mais amplas, como a proliferação de armamentos, direitos humanos e democracia, migração, terrorismo fundamentalista islâmico e intervenção ocidental”.¹³

Em relação a este tipo de conflito - Ocidente versus Islã - Huntington aborda ainda, e de forma contundente, a presente atenção mundial com tudo aquilo que diz respeito ao comportamento dos muçulmanos. Ele relata que o crescente antiocidentalismo muçulmano foi “acompanhado por uma preocupação crescente com a ‘ameaça islâmica’, representada em especial pelo extremismo muçulmano. O islã é visto como fonte de proliferação nuclear, terrorismo e, na Europa, de imigrantes indesejados.”¹⁴

Teixeira da Silva menciona que as novas ameaças em sua essência caracterizam-se por ter origem em entidades desprovidas de características típicas do Estado-Nação, tais como território e população. E que, dessa forma, os agentes capazes de infligir ameaça se sentem mais livres para agir, pois a ação de revidar a qualquer ato causador de insegurança terá dificuldade em estabelecer um alvo claro e definido. Surge então o que convencionou-se chamar de Estados-rede, um novo tipo de entidade, típica da era da informação e que tem no Al-Qaeda o seu mais famoso protagonista.¹⁵ Ainda segundo Teixeira da Silva, “as chamadas novas ameaças são mais difusas, furtivas e flexíveis do que o jogo tradicional nas relações internacionais”.¹⁶

¹¹ Eric HOBBSBAWM, *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*, p. 547.

¹² *Ibid.*, p. 547.

¹³ Samuel P. HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações – e a Recomposição da Ordem Mundial*, p. 266.

¹⁴ *Ibid.*, p. 269.

¹⁵ Francisco C. TEIXEIRA DA SILVA, *O Mundo, uma guerra depois: as relações internacionais depois da guerra do Iraque-II*, p. 111.

¹⁶ *Ibid.*, p. 111.

De outra forma, Ignácio Ramonet - “Guerras do Século XXI” - analisando as ameaças contemporâneas conseguiu visualizar e estabelecer uma importante relação entre medo e ameaças. O medo se altera em consonância com a ameaça: quanto maior é a ameaça, maior é a sensação de medo e quanto menor a ameaça, menor o medo. Esta relação é quase que óbvia, mas, ao torná-la clara, Ramonet possibilita incrementar o entendimento das percepções de ameaças. Dois exemplos: o medo do apocalipse nuclear se amenizou com o fim da Guerra Fria, bem como após a assinatura de tratados internacionais que proibiam a proliferação nuclear, e aumentou quando do progresso balístico alcançado por alguns países, notadamente Paquistão, Irã e Coréia do Norte. O aumento do medo resultante do desenvolvimento balístico e da disseminação das armas de destruição em massa é de tal monta significativo que levou inclusive o primeiro-ministro francês Lionel Jospin a declarar em 1999 estar pronto a estudar a modificação e a modernização do arsenal nuclear francês com o objetivo de impedir a materialização de uma ameaça contra seus interesses¹⁷

Em que pese o pensamento de Lionel Jospin e de outros políticos de que ameaças à segurança se resolvem e se combatem por meio de uso do poder militar e/ou com o emprego de armas, existe hoje a nítida percepção de que assuntos militares e uso de armas são apenas parte de um contexto bem maior, um contexto onde, como já dito, as origens são diversas e onde o modo de neutralizá-las também mudou. “Nós temos menos insegurança na esfera militar e mais insegurança em esferas pessoais e comunitárias”.¹⁸

Outro aspecto das novas ameaças tem a ver com a sua geografia: elas podem ter origem alhures, vir do exterior, ou, em muitos dos casos, ter origem dentro das fronteiras do próprio Estado, ou ainda, ser fruto de uma combinação de interesses externos com interesses internos. Os conflitos étnicos e os conflitos religiosos são exemplos de ameaças com fulcro e origem internamente aos Estados e que, às vezes, ultrapassam fronteiras.

O universo de ameaças presentes no século XXI e sua percepção como tais é então muito amplo e é até difícil aquilatar o que é ou o que não é ameaça. Além disso, as que se relacionam com o indivíduo alargam enormemente a lista de possíveis fontes ameaçadoras, pois incluem:

ameaça à sobrevivência (segurança humana), ameaça de drogas, etc. Logicamente, a inclusão de todos esses e outros temas na agenda de segurança internacional suscita a questão: **qual o limite para uma questão ser considerada de segurança?**¹⁹ (o grifo é meu).

Assim é que tudo aquilo que possa se configurar em uma significativa ameaça à sobrevivência ao Estado, e mais especificamente à sobrevivência humana se consolida como ameaça. Portanto, os assuntos de segurança são aqueles que

¹⁷ Ignácio RAMONET, *Guerras do Século XXI: novos temores e novas ameaças*, p. 155.

¹⁸ Robert G. PATMAN, *Security in a Post-Cold War*, p. 93.

¹⁹ Gilberto SARFATI, *op. cit.*, p. 51.

representam uma ameaça existencial para um objeto referente que pode ser um Estado, a sociedade e até mesmo um indivíduo. Nessa concepção, uma ameaça à segurança deveria ser analisada cruzando-se diferentes níveis de análise - sistema internacional, subsistemas internacionais, unidades, subunidades e indivíduos - com diferentes setores - militar, ambiental, econômico, social, político etc.²⁰

AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA

Quanto às estratégias usadas e/ou pensadas capazes de incrementar a sensação de segurança no século XXI é possível afirmar que não possuem uma formatação padrão. São pensadas e implementadas de diferentes formas. Ações militares, no entanto, são ainda vistas como as que combatem a sensação de insegurança com maior eficácia. Dessa forma, na busca da manutenção da segurança a guerra e suas estratégias pertinentes sempre desempenharam – e ainda desempenham - um papel de grande relevância. De fato, a questão da guerra e do uso do poder militar ainda permanecem como temas centrais das relações internacionais.

Na análise da guerra como estratégia de neutralização de ameaças, um importante conceito merece ser citado, aquele expresso por Immanuel Kant: a guerra visa à paz. E outro similar a este citado por Tucídides: “a guerra dá à paz sua segurança”.²¹ As frases justificam, em parte, a ocorrência de guerras. Elas traduzem a idéia de que “diante do constante sentimento de ameaça – a insegurança -, às vezes se justifica uma guerra que poderia garantir uma paz segura (...), se justifica uma guerra que seja capaz de restabelecer os mecanismos de equilíbrio de poder”²²

O conceito citado no parágrafo anterior pode ser exemplificado com a guerra dos EUA contra o Iraque que teve início em 2003. Na concepção dos dirigentes norte-americanos a manutenção do regime de Saddam Hussein significava a existência de uma paz insegura, pois, a qualquer momento nações poderiam ser ameaçadas se ele, Saddam, usasse as armas de que dispunha. Segundo Sarfati: “Dessa forma, seria justificável a neutralização do regime agressivo (*de Saddam*) de modo a trazer uma situação de verdadeira paz, ou seja, uma paz segura”.²³

O motivo alegado da guerra do Iraque-II seria a existência de armas de destruição em massa em poder de Hussein. De fato, a posse de qualquer tipo de armamento potencializa a prática da violência e causa insegurança. No entanto, mesmo em situações em que há a desconfiança de posse de armas, a guerra e/ou ações do tipo estritamente militar podem não se configurar nas mais apropriadas a serem colocadas em prática a fim de se mitigar a sensação de insegurança.

Apesar de os governos possuírem a nítida percepção da predisposição de realização de atos violentos e ameaçadores pelo uso intensivo de armas, o fato de alguém possuir bombas e/ou qualquer tipo de arma não implica necessariamente na realização de uma ação armada para o alcance de sua neutralização. Em

²⁰ *Ibid.*, p. 52.

²¹ TUCIDIDES. *History of the Peloponnesian War*, p. 108.

²² Gilberto SARFATI, *op. cit.*, p. 66.

²³ *Ibid.*, p. 67.

determinados casos, procedimentos diplomáticos e/ou políticos objetivando provocar desarmamento tornam-se medidas capazes de inibir ações que possam vir a afetar a segurança. A comunidade internacional, mesmo durante a Guerra Fria, não esqueceu a importância da limitação da posse de armas como um fator que proporciona sensação de segurança, haja vista a elaboração em 1968 do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Há ainda outras ameaças de significativa importância em que ações armadas desferidas em determinado ponto não são vistas como as mais apropriadas. O combate às ameaças de origem ecológicas e/ou ambientais, por exemplo. Neste caso, a negociação política parece ser a estratégia mais eficaz. Vejamos o caso do aumento da emissão de gases nocivos na atmosfera - principalmente o gás carbônico - e o agravamento do efeito estufa provocando o aquecimento da terra. A sensação de insegurança que isso causa é sentida em todo o mundo. Assim é que, tentando mitigar essa sensação, 150 países se reuniram em Kioto no Japão em 1997 e firmaram um Protocolo objetivando reduzir as emissões desses gases e assim garantir uma sobrevivência para os habitantes da terra. O Protocolo de Kioto serve para elucidar mais um aspecto da segurança: os Estados em suas políticas de securitização devem se aliar, sempre que possível, a outros na tentativa de buscar soluções que possibilitem combater as fontes de ameaças à segurança. Isso certamente cria uma sinergia que proporciona resultados de significativa relevância.

Embora haja muito mais que governos nacionais possam fazer para promover a segurança humana, políticas nacionais necessitam ser complementadas e incrementadas por meio de cooperação internacional. Isto é verdadeiro, por exemplo, no campo da governança global ambiental – onde a distância entre a retórica e a ação está aumentando.²⁴

O movimento pela preservação ambiental é uma resposta de sobrevivência a uma crise planetária e as medidas necessárias para obstaculizar a degradação do meio ambiente podem assumir diversas formas, e ainda, podem ser enquadradas em pelo menos quatro modelos.

O primeiro deles se basearia em implementar atos alicerçados em conceitos pertinentes a um regime democrático legal, não-violento. Um segundo, mais atuante, ultrapassaria a fronteira estabelecida pelo primeiro e, de outra forma, os implementaria de tal forma e magnitude que poderiam ser enquadrados como ecovandalismo, e até mesmo ecoterrorismo. Outro conjunto seriam aqueles formados por grupos que são a favor do avanço tecnológico e econômico dentro de rigorosos limites ambientais e que acreditam, portanto, na capacidade humana de projetar tecnologias que usem menores quantidades de recursos naturais e que emitam menos poluição. Por último estariam os atos desenvolvidos por aqueles que podemos chamar de fundamentalistas, que acreditam que a solução está em lançar a sociedade no medievalismo e no ascetismo pré-tecnológicos.²⁵

²⁴ Robert G. PATMAN, *op. cit.*, p. 103.

²⁵ Alvin. TOFFLER, *Powershift: as mudanças do poder*, p. 398.

Há ainda um outro tipo de ameaça já citada como uma das principais e que afeta o dia-a-dia de milhões de habitantes do globo: o terrorismo. William J. Perry²⁶, em artigo da revista *Foreign Affairs* de 2001, afirma que o combate eficiente e eficaz ao terrorismo atual se faz com medidas encetadas pelos serviços de inteligência, e preferencialmente por meio de ações desenvolvidas em conjunto com vários países, principalmente com aqueles onde se encontram núcleos terroristas, e que, além disso, deve se combater de forma contundente as possíveis fontes estatais de financiamento deste tipo de ameaça. Nesse campo, segundo Perry, obter a cooperação da Rússia e da China talvez seja a tarefa mais importante e, ao mesmo tempo, a mais difícil.²⁷

Haveria ainda uma série de medidas que poderiam ser descritas como inibidoras e/ou neutralizadoras das ameaças existentes no século XXI. Alguns países inclusive, percebendo a complexidade do tema, confeccionaram recentemente documentos abordando estratégias a serem colocadas em prática visando manter e/ou incrementar o *status quo* da segurança. EUA, Rússia e China são exemplos de países que já possuem esse tipo de documento²⁸.

Portanto, as ameaças existentes no século XXI alargaram o seu espectro e suscitam a implementação de medidas estratégicas inovadoras com o intuito de combatê-las e neutralizá-las. Esta é uma realidade presente na Nova Ordem Mundial.

De outra forma, é necessário ainda ficar atento a evoluções e/ou modificações de ações já perpetradas visando causar insegurança. Niall Ferguson, em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* de março/abril de 2005 – traduzido e publicado na revista *Política Externa* -, afirma que “todos nós sabemos que um outro 11 de setembro, talvez ainda maior, tem grandes possibilidades de vir a ocorrer, e que esse, de fato, é o objetivo estratégico de Bin Laden”.²⁹

CONCLUSÃO

A Nova Ordem Mundial que começou tomar forma no final do século XX engendrou o surgimento de uma série de transformações, e o conceito de segurança, ponto fulcral da análise realizada, pode ser citado como um que teve o seu sentido cognitivo alterado e ampliado.

Com o fim da Guerra Fria havia o entendimento e o consenso de que o equilíbrio do terror - baseado no conceito MAD - terminara e que o mundo ingressaria num período de paz, pois o conflito ideológico perdia a sua razão de existência. Infelizmente este tão almejado período não se concretizou e guerras continuaram a ocorrer. Além disso, ameaças dos mais variados matizes surgiram e foram percebidas como algo que se deveria combater e/ou neutralizar, e esse combate e/ou neutralização não mais se dá somente com o emprego de Forças Armadas, e sim, por meio de ações inovadoras e atípicas.

²⁶ Secretário de Estado norte-americano no Governo Bill Clinton.

²⁷ William J. PERRY, *Preparing for the Next Attack*, p. 37.

²⁸ Os EUA publicaram seu primeiro documento em 2002 e outro em 2005, e a Rússia e a China em 2004.

²⁹ Niall.FERGUNSON, *O Naufrágio da Globalização*, p. 43.

O alargamento do espectro daquilo que é percebido como ameaça deu-se devido à apropriação do conceito de segurança humana e, a partir daí, portanto, qualquer ato encetado capaz de causar sensação de insegurança no nível individual passou a ser considerado algo a exigir a atenção e a preocupação por uma grande maioria de Estados. Assim, é lícito afirmar que o número do que é percebido como ameaça é crescente e parece ter entrado na ordem do dia de todas as nações que estão preocupadas em garantir a sua sobrevivência. Existe a nítida preocupação de governantes em manter um nível satisfatório de segurança a fim de possibilitar a continuidade - no tempo e no espaço - de seu povo, território, e de seu próprio governo. Aos Estados cabe então repensar as estratégias capazes de se opor às novas percepções de ameaças.

Com o alargamento das fontes de ameaças esta tarefa, proporcionar uma satisfatória sensação de segurança, torna-se, no entanto, algo de consecução não muito fácil. Portanto, qual seria a melhor solução para nos precaver das novas ameaças? Morar num *bunker* subterrâneo parece ser um preço muito alto a se pagar. Dessa forma, nesse mundo inseguro em que vivemos a maior motivação deve ser a de nos mantermos vivos e tal qual os passageiros que embarcaram no Lusitânia³⁰, tudo o que sabemos é que há uma possibilidade de ele afundar. Mesmo assim, zarpamos.³¹

REFERÊNCIAS

1. BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na História Moderna**: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
2. BRASIL, **Política de Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>, acessado 20/07/2007.
3. COSTA, Luiz Sérgio da Silveira. Política, Estratégia, Defesa e Segurança: usos e abusos. Rio de Janeiro: **Revista Marítima Brasileira** 2º. Trimestre, 2003.
4. FERGUNSON, Niall. O Naufrágio da Globalização. **Política Externa**, vol. 14, junho/julho/agosto 2005.
4. HERZ, J. H. *Idealist internationalism and the security dilemma*. **World Politics**, v. 1, n. 2, 1950.
5. HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914 – 1991. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁰ Navio britânico torpedeado pelos alemães em maio de 1915. O seu afundamento se configurou, segundo alguns estudiosos, em um dos motivos da entrada dos EUA na 1ª. Guerra Mundial.

³¹ Niall.FERGUNSON, *op. cit.*, p. 43.

6. HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações** – e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
7. PATMAN, Robert G. *Secutity in a Post-Cold War World*. New York: St. Martin's Press, 1999.
8. PERRY, William J. Preparing for the Next Attack. **Foreign Affairs**, vol. 80, nr 6, novembro/dezembro 2001.
9. RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI**: novos temores e novas ameaças. Petrópolis: Vozes, 2003.
10. RICE, Condoleeza. Por um Equilíbrio de Forças que favoreça a Liberdade. **Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos**, vol. 7, nr. 4, 2002. Disponível em <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1202/ijpp/ijpp1202.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2006.
11. SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.
12. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. O Mundo, uma guerra depois: as relações internacionais depois da guerra do Iraque-II. Rio de Janeiro: **Revista Marítima Brasileira**. 1º. Trimestre, 2004.
13. TOFFLER, Alvin. **Powershift**: as mudanças do poder. Rio de Janeiro: Record, 1990.
14. TUCIDIDES. *History of the Peloponnesian War*. New York: Penguin Books, 1972.
15. VIDIGAL, Armando F. A Missão das Forças Armadas para o Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**. 4º. Trimestre, 2004.
16. _____. Armando F. As Relações Internacionais sob a perspectiva da segurança. **Revista Marítima Brasileira**. 1º. Trimestre, 2006.

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO MILITAR (PPM) E O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE COMANDO PARA OPERAÇÕES COMBINADAS (PPC)

Capitão-de-Fragata Marcelo William Monteiro da Silva

O Capitão-de-Fragata Marcelo William Monteiro da Silva é Instrutor da Escola de Guerra Naval, no Setor de Planejamento Militar, da Área de Estudo I – Operações Navais e Jogos de Guerra. Em 2004, fez o Curso de Estado-Maior de Defesa (CEMD) na Escola Superior de Guerra.

RESUMO

O artigo tem como objetivo especificar o emprego do Processo de Planejamento Militar (PPM) e do Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC), bem como descrever as principais diferenças existentes entre esses dois métodos de planejamento e suas implicações. São relacionados também fatores pertinentes àqueles processos de planejamento que, na visão do autor, podem ser realçados ou melhorados, de forma a aperfeiçoá-los, sobretudo quanto ao aspecto de aplicação a nível operacional.

Palavras-chave: Estratégia. Planejamento Militar. Operações Combinadas.

ABSTRACT

The article is intended to specify the use of the procedure Military Planning (PPM) and the process of planning for Operations Command Combined (PPS), as well as describe the main differences between these two methods of planning and its implications. Related factors are also relevant to those processes of planning that, in view of the author, can be enhanced or improved in order to improve them, particularly on the issue of implementation at operational level.

Keywords: Strategy. Military Planning. Combined Operations.

INTRODUÇÃO

Um método de planejamento militar visa servir de guia a um comandante, e seu estado-maior, no ordenamento e análise de dados, na identificação dos aspectos relevantes de um problema e na elaboração das possíveis soluções para o mesmo. Não constitui um fim em si mesmo, mas antes um meio, um instrumento útil a ser adequadamente empregado sem perder de vista à verdadeira finalidade do processo: o cumprimento de uma missão atribuída àquele comandante, ou por este assumida, da forma mais eficiente possível.

Muito tem se falado a respeito dos métodos de planejamento utilizados pelas forças armadas brasileiras, emitindo-se opiniões por vezes carentes de maior embasamento, revestidas de uma visão simplista, nem sempre imparcial e racional, ou pretensiosamente “moderna”.

O presente artigo se propõe a lançar algumas luzes sobre a definição dos limites de aplicabilidade entre dois desses métodos, assim como traçar uma breve análise comparativa entre um e outro: o Processo de Planejamento Militar (PPM), adotado pela Marinha do Brasil, e o Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC), elaborado pelo Ministério da Defesa (MD).

Sem querer estabelecer verdades absolutas e sim procurando suscitar uma sadia reavaliação de conceitos, bem como a discussão em torno de possíveis caminhos a serem seguidos, o autor apresenta algumas sugestões para o aperfeiçoamento dos respectivos métodos de planejamento.

Ao final, o leitor poderá constatar que, embora melhorias possam (e devam) ser feitas, é precipitado afirmar que um método esteja “ultrapassado”, sem antes avaliar, adequadamente, o contexto no qual será utilizado, bem como os efeitos práticos e o grau de “urgência” das alterações a serem introduzidas.

A APLICABILIDADE DO PPM E DO PPC

Após a criação do Ministério da Defesa, com a crescente ênfase dada ao adestramento e emprego do poder militar brasileiro de forma COMBINADA, identificou-se a necessidade de se estabelecer um método de planejamento que fosse comum às três Forças Singulares. Assim, surgiu o Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC)¹.

O Processo de Planejamento Militar (PPM) permaneceu como o método de planejamento utilizado no âmbito da Marinha do Brasil (MB), ou seja, pelos estados-maiores de FORÇAS NAVAIS, envolvidos nos planejamentos de operações nas quais não haja a participação de efetivos ponderáveis do Exército Brasileiro (EB) ou da Força Aérea Brasileira (FAB)².

Já o PPC se destina aos planejamentos realizados em âmbito de estados-maiores COMBINADOS, formados por oficiais de mais de uma Força, onde estarão sendo planejadas OPERAÇÕES COMBINADAS³.

Tanto o PPM, quanto o PPC, consistem em métodos para a análise de um problema militar, visando a elaboração de um plano viável para sua solução. Tais

¹ Descrito no manual MD33-M-05 do Ministério da Defesa (de 2001).

² O PPM encontra-se descrito na publicação EMA 331-Manual de Planejamento Operativo da Marinha (vol.I), de 2006, adotada nos cursos da EGN a partir de 2007, em substituição à publicação EGN – 104 – Planejamento Militar (2ªrevisão), de 2002. Da mesma forma que na MB, o EB e a FAB possuem suas metodologias próprias de planejamento. Embora a FAB tenha adotado, a partir de 2004, o “Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas - PPC”, algumas inserções e alterações foram feitas, por aquela Força, visando melhor adaptar o método às suas peculiaridades de planejamento e emprego do poder aéreo. Logo, o mais correto é dizer que utilizam, na prática, um PPC adaptado.

³ Operações empreendidas por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada (Força Singular), sob a responsabilidade de um comando único.

métodos não prescindem, de forma alguma, do conhecimento, experiência e criatividade do Comandante e dos oficiais que compõem o seu estado-maior, servem antes como “ferramentas” para ordenar dados, pôr idéias em evidência e estabelecer conclusões que servirão de base a um planejamento. Uma forma excessivamente rígida de pensamento constitui um perigo oculto a ser evitado, a fim de que não sejam cerceadas a criatividade e capacidade de inovação do planejador, elementos muitas vezes fundamentais na solução de problemas novos ou não convencionais.

Definindo-se o termo “problema militar” como uma alteração num determinado cenário (ou situação) em que se fazem presentes forças militares antagônicas, a solução para o problema consistirá no restabelecimento da situação anterior ou na criação de um novo quadro favorável à obtenção dos objetivos estabelecidos para o planejador.

Por outro lado o PPM, assim como o PPC numa visão mais ampla, pode servir também como base de raciocínio, fazendo-se as devidas adaptações, para o planejamento do emprego operativo de meios em situações que não constituam “problemas militares” propriamente ditos, tais como: ações de caráter humanitário (em apoio a órgãos da Defesa Civil), Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Missões de Paz etc.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O PPM E O PPC

O PPM e o PPC são métodos baseados nos princípios cartesianos da evidência, enumeração, análise e síntese. Possuem ainda, como características comuns entre si, o fato de serem flexíveis, cíclicos e contínuos.

Embora se possa notar uma nítida prevalência do PPM (em termos de formato, terminologia e conceitos) em relação aos demais métodos de planejamento utilizados como base para a elaboração do PPC⁴, existem algumas diferenças sutis entre as duas metodologias.

Para melhor compreensão por parte do leitor, apresentam-se anexos a este artigo os esquemas gerais do PPM e do PPC, onde podem ser visualizadas as etapas desses processos e os itens que as compõem. As principais diferenças em relação ao PPM estão destacadas, em vermelho, no esquema geral do PPC.

Em um dos itens da primeira fase do Exame de Situação do PPC (*Dados Importantes do Problema*), é feita uma abordagem inicial sobre determinados aspectos que, no PPM, só seriam analisados já na segunda fase dessa etapa (*A Situação e sua Compreensão*), sob a denominação de *Fatores Gerais*, acrescidos de elementos do *Esboço da Situação* (inexistente, com essa denominação, no PPC). Ainda naquela fase, encontramos uma *Visualização Geral das Forças em Presença*, visando proporcionar uma idéia inicial acerca do poder relativo das forças em presença (o que no PPM só seria visto já na *Comparação de Poderes Combatentes – CPC*, também existente no PPC).

Ao final dessa fase do planejamento combinado, o comandante expede, por escrito, uma *Diretriz de Planejamento* discriminando: o enunciado final da sua mis-

⁴ Estudo de Situação, descrito no manual Estado-Maior e Ordens (EME C101-5), de 1996; e Teoria do Exame de Situação (ECEMAR), de 2000.

são, a análise da missão e suas considerações preliminares (tais como hipóteses básicas, idéia inicial de manobra operacional, princípios doutrinários a serem enfatizados etc.), a fim de orientar o trabalho subsequente do seu estado-maior⁵.

Grande ênfase é dada no PPC, na *Comparação de Poderes Combatentes*, aos aspectos ligados a Comando e Controle, envolvendo as condições necessárias para o exercício do comando de cada oponente: suas comunicações, sensores, aspectos de guerra eletrônica e sistemas de apoio à decisão disponíveis.

Ao final da 2ª fase do Exame de Situação, no PPC, elabora-se uma *Conclusão Parcial* onde são relacionados os *Aspectos Relevantes das Forças Amigas* (em acréscimo aos itens que já compõem, normalmente, os *Aspectos Relevantes da Área de Operações e da Comparação de Poderes Combatentes*, no PPM).

Na fase denominada *Possibilidades do Inimigo(PI), Linhas de Ação(LA) e Análise*⁶ do PPC, o procedimento discriminado para o estabelecimento das LA apresenta diferenças em relação ao que é previsto no PPM, destacando alguns aspectos mais ligados ao emprego de uma força terrestre.

O termo *exequibilidade* é substituído por *praticabilidade*, no PPC, e assim a *Prova de AEA* torna-se *Prova de APA* (Adequabilidade, Praticabilidade e Aceitabilidade).

Na etapa subsequente ao Exame de Situação do PPC, denominada *Elaboração de Planos e Ordens*, não são fornecidas bases metodológicas para a organização dos meios (ou forças) adjudicados ao Comandante, nem tão pouco nada que o oriente na atribuição de tarefas, visando implementar a LA escolhida como Decisão no final da etapa anterior do planejamento. No entanto, o *Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (MD33-M-05)*, do MD, possui um modelo de Plano de Campanha / Plano de Operações, como um de seus anexos.

Encontram-se também, anexos àquele manual, modelos dos Exames de Situação (Estimativas) elaborados por cada uma das seções do estado-maior combinado, sendo eles: exame de situação de pessoal, inteligência, logística, comando e controle e o exame de situação de comunicação social.

A terceira etapa do PPC, o *Controle da Operação Planejada* (Controle da Ação Planejada, no PPM), desenvolve-se de maneira similar à adotada pela MB.

Em que pese o fato do manual do MD não possuir finalidade didática, a publicação que trata de planejamento militar, nos cursos ministrados pela Escola de Guerra Naval (EGN), é mais rica em exemplos e mais bem ajustada em termos de definições, proporcionando uma compreensão mais rápida e clara, por parte do usuário, quanto ao processo de planejamento para emprego militar.

O termo *objetivo*, por exemplo, é empregado no PPC tanto como “elemento material específico em relação ao qual se desenvolve o esforço militar de uma operação...” (denominado no glossário anexo àquele manual como *objetivo operaci-*

⁵ Algo similar ao item *Commander's Intent*, presente no método de planejamento de outras Forças, tais como na Força de Fuzileiros Navais e Marinha dos EUA, ou ainda nos planejamentos da OTAN. No PPM, de uso na MB, o Comandante tem a possibilidade de, caso julgue necessário, emitir um *Plano Preliminar* ou uma *Ordem Preparatória*, conforme o caso (isto sem falar na 1ª e 2ª reuniões formais, envolvendo todo o estado-maior, realizadas ao início e no final, respectivamente, da 1ª fase do Exame da Situação).

⁶ *Possibilidades do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto*, no PPM.

onal ou *objetivo tático*), bem como traduzindo a idéia de “finalidade de uma ação” ou “efeito desejado” (constando como *objetivo estratégico* e *objetivo militar* no mencionado glossário)⁷. Ainda com relação ao uso desse termo, no PPC não é feita nenhuma diferenciação entre objetivos *principais* e *eventuais*, à semelhança de metodologias utilizadas por outras forças armadas como, por exemplo, a marinha norte-americana.

Encerrando este tópico, cabe destacar que inúmeros trechos do processo descrito no manual MD33-M-05, do Ministério da Defesa, são totalmente idênticos aos da publicação editada pela Escola de Guerra Naval, não sendo nenhum exagero afirmar que esse grau de identidade chegue a algo em torno de 80% do processo. O fato é que, para aquele que domina o uso do PPM, não há dificuldade alguma em se lidar com o PPC⁸.

PERSPECTIVAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS

A primeira necessidade de aperfeiçoamento a ser destacada está no elemento central do planejamento: o planejador. Na era do conhecimento, é preciso uma adequada preparação daquele a quem caberá realizar um trabalho efetivamente útil e consistente de planejamento militar. Para esse planejador, torna-se de fundamental importância buscar uma visão global sobre todos os elementos que possam interferir no seu plano, sejam eles tangíveis ou intangíveis⁹.

Outros aspectos a serem destacados são a disponibilidade de informações confiáveis e, evidentemente, atualizadas, além dos recursos disponíveis para o planejamento. Um continuado esforço de inteligência (e, por que não, contra-inteligência) terá impacto direto nas possibilidades de êxito de uma operação.

A aldeia global informatizada, interligada pela internet, proporciona um leque de possibilidades até então inimagináveis, tanto para emprego nas atividades civis quanto nas militares. Em muitos casos, mostrar-se-á uma tarefa quase impossível estabelecer uma clara separação entre essas atividades, afinal o poder militar de um Estado é fruto da sociedade na qual está inserido e não um corpo alienígena autônomo.

A guerra da informação é uma realidade, os limites dos teatros de operações são incertos, as ameaças ou “inimigos” nem sempre são facilmente identificáveis ou muito bem definidos. Os “requisitos” a serem atendidos na defesa de uma nação implicam numa mobilização, e integração, cada vez maior dos elementos que lhe

⁷ Para se evitar esta confusão, talvez fosse razoável adotarmos o termo *objetivo material* ou *objetivo físico* (à semelhança do termo “physical objective” utilizado pela marinha norte-americana, onde o termo “objective” - tal como no EB, FAB e, por que não citar, OTAN - denota a idéia de “finalidade da ação” ou de “efeito desejado”).

⁸ Fato constatado pelo autor durante os trabalhos realizados no Curso de Estado-Maior de Defesa (ministrado pela Escola Superior de Guerra, sob a égide do Ministério da Defesa), do qual participou, como aluno, em 2004.

⁹ Considerando-se como “tangível” tudo aquilo que possa ser mensurável ou claramente verificado ou visualizado (ex.: alcance de um armamento, destruição de um meio, conquista de uma determinada posição, fatores meteorológicos etc.). Como “intangível” compreenda-se aquilo que não seja perfeitamente mensurável, o abstrato (moral, vontade de lutar, grau de liderança, opinião pública, adestramento etc.).

ção sustentação. As soluções, mesmo para os problemas eminentemente militares, não ficam limitadas aos quartéis. Os recursos e meios a serem adequadamente estudados e manejados, ou mesmo manipulados, vão muito além das atividades ou fatores até então familiares ao espectro de atuação exclusivamente militar¹⁰.

A eventual necessidade de improvisação, sem a sistematização de uma base lógica ou recursos materiais adequados, poderá ser fatal.

Quanto mais alto o nível de condução de guerra, no qual o planejador esteja inserido, maior será a necessidade de se manter uma visão suficientemente abrangente sobre tudo o que possa interferir, favoravelmente ou não, no cumprimento de uma missão. Maior será, também, a necessidade de ordenar adequadamente as ações, no tempo e no espaço, em virtude da quantidade de meios e recursos com os quais se estará lidando. Um planejamento inadequado, num determinado nível, dificilmente poderá ser corrigido, ou suficientemente ajustado, nos escalões subordinados.

O PPC é o método de planejamento a ser utilizado pelos estados-maiores combinados - tais como aquele a ser formado na ativação de um Comando de Teatro de Operações, seja ele marítimo (COMTOM) ou terrestre (COMTOT) - de onde se originarão as diretrizes para os planejamentos de todos os comandos subordinados. Assim sendo, é de todo coerente considerarmos que esta “ferramenta” deva ser a primeira a ser enfocada, visando eventuais aperfeiçoamentos, não devendo perdermos de vista, contudo, a sua principal finalidade: o planejamento do emprego de forças componentes do poder militar brasileiro, em operações combinadas.

Embora o PPC, assim como o PPM, possa ser utilizado em qualquer nível de planejamento, seu principal campo de emprego estará situado no nível OPERACIONAL¹¹. Afinal, por uma questão de simplicidade e praticidade, na maior parte das vezes não será operativamente justificável, em situações reais, o estabelecimento de forças combinadas para emprego puramente TÁTICO.

A *Arte ou Estratégia Operacional*, tema de crescente interesse nos meios militares, tem sua validade comprovada pelo fato de ter sido incorporada à doutrina de planejamento da OTAN, das Forças Armadas dos EUA, Grã-Bretanha e de muitos outros países,¹² delineando bases conceituais de grande utilidade para o planejador militar. Tais conceitos, embora também aplicáveis no nível tático, encontram no

¹⁰ O livro “*A Guerra Além dos Limites – Conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização*” escrito por dois coronéis chineses, Qiao Liang e Wang Xiangsui, publicado na China em 1999 (ou seja, antes dos atentados de 11 de setembro de 2001), traz uma visão bastante interessante sobre esse assunto.

¹¹ Nesse ponto, cabe esclarecer que nem sempre é possível estabelecer limites muito bem definidos entre o nível OPERACIONAL e o nível TÁTICO. Não sendo o propósito do presente artigo se aprofundar na análise deste assunto, consideremos, por ora, o nível OPERACIONAL como aquele constituído pelos grandes Comandos Operacionais (Comando do Teatro de Operações Marítimo, Comando do Teatro de Operações Terrestre, Comando de Zona de Defesa, Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro e Comando de Força Expedicionária), de acordo com o que está preconizado na Estrutura Militar de Defesa (2005) ou na própria Doutrina Básica da Marinha (2004). Ao nível OPERACIONAL caberá o planejamento e execução das campanhas militares, conduzindo as forças dentro de teatros ou áreas de operações, visando a consecução de objetivos estratégicos, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Comandante Supremo.

¹² A Estratégia (denominação por alguns países, dentre eles a Argentina) ou Arte Operacional (termo adotado pela OTAN, EUA, Grã-Bretanha etc.), tem seu arcabouço constituído por conceitos e

nível operacional seu mais amplo e fundamental campo de aplicação. Proporcionam subsídios para a preparação, o desdobramento e o emprego de forças num teatro de operações, visando alcançar, da forma mais eficiente possível, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Alguns comentários sobre possíveis aplicações daqueles conceitos, dentro do PPC, serão abordados sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar tal assunto. Cabe observar que, dada a grande semelhança entre o PPC e o PPM, as idéias que se seguem podem ser também aplicadas a este último método.

Havendo entre o nível político e o operacional um interlocutor representado pelo nível de condução estratégico, cabe destacar a necessidade deste definir perfeitamente a situação a ser alcançada, por meio do emprego do poder militar, ao término das operações: o “estado final das coisas” ou *End State*.

A *Diretriz de Planejamento*, elaborada pelo Comandante ao final da 1ª fase do Exame de Situação, pode ser melhor definida no manual MD33-M-05, de forma a evitar que não sejam devidamente realçados, por um planejador menos atento, conceitos como o propósito das ações, a idéia inicial de manobra do comandante e aquele estado final a ser alcançado. O mesmo se aplica à definição dos tópicos a serem relacionados na *Conclusão Parcial*, ao final da 2ª fase do Exame de Situação. A leitura dos itens denominados como *Commander's Intent* e *Commander's Planning Guidance* na publicação NWC 4111G – *Commander's Estimate of the Situation* (CES), editada em setembro de 2004 pelo Naval War College – pode ser bastante elucidadora quanto a isso. A enumeração dos tópicos ali contidos poderão contribuir para que os comandantes ajustem melhor os seus planejamentos, assim como para que suas forças se conduzam adequadamente mesmo sob a “névoa da guerra”.

Para que sejam alcançados os objetivos (efeitos desejados) estabelecidos, da forma mais rápida e com as menores perdas possíveis, nada melhor do que se procurar identificar os *centros de gravidade* (CG) do inimigo e suas *vulnerabilidades críticas*¹³, bem como nossos próprios CG e vulnerabilidades, antes de iniciarmos a elaboração das LA e PI. Isto pode ser incluído (ou realçado) no item *Aspectos Relevantes da Área de Operações e da Comparação de Poderes Combatentes*, dentro da *Conclusão Parcial* mencionada no parágrafo anterior.

linhas de pensamento diversos, em sua grande parte nem tão modernos (bebendo de fontes como Clausewitz, Moltke, Jomini e Beaufre entre outros). Sua formalização inicial é atribuída a estudiosos do exército soviético, na década de 20, cujas experiências na Primeira Guerra Mundial e na Guerra Civil Russa, serviram para dar corpo à “*operativnoye iskusstvo*”, ou *arte operacional*.

A literatura existente sobre o assunto é das mais diversas, produzindo definições e conceitos que podem variar de país para país (ou até *entre* as Forças de um determinado país). Como exemplos de fontes para consulta, e aprofundamento sobre o assunto, podemos citar o Prof. Milan Vego - do *US Naval War College* - e o Almirante Roberto L. Pertusio - da *Escuela de Guerra Naval Del Instituto Universitario Naval da Argentina* (sendo este último considerado de leitura mais prática e didática, em relação ao primeiro, na opinião do autor deste artigo).

¹³ Um *centro de gravidade*(CG) é aqui considerado como: característica, capacidade ou localidade (centro) de onde uma força militar, nação ou coalizão extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar. Os CG podem ser identificados nos níveis estratégicos, operacionais ou táticos. Uma *vulnerabilidade crítica* vem a ser um aspecto ou componente das capacidades consideradas necessárias para que um CG funcione como tal, passível de ser explorada visando atingir-se esse CG.

Ainda dentro da elaboração das LA, ou mesmo antes no estudo da *Situação e sua Compreensão*, caberia ser ressaltada a importância de se identificarem os *Pontos Decisivos* do teatro de operações¹⁴. Um outro conceito interessante a ser considerado, principalmente no que diz respeito à atividade logística, é o de *Ponto Culminante*¹⁵.

Os conceitos embutidos na “preparação do espaço de batalha” (*Preparation of Battlespace*), envolvendo a definição do ambiente do espaço de batalha, os efeitos desse ambiente sobre as forças em conflito, bem como uma apreciação geral sobre as forças inimigas e suas possíveis linhas de ação, já se encontram presentes, de uma maneira geral, no PPC (embora sob um formato diferente). É dado destaque, como já comentado anteriormente, à análise dos aspectos ligados ao Comando e Controle, cabendo chamar a atenção, apenas, para a necessidade de se considerar adequadamente as *cyberspace dimensions*.

Não é dado destaque adequado, no PPC, ao emprego de *Deception Operations* (operações de despistamento), embora este seja um conceito quase tão antigo quanto a própria guerra.

Um maior cuidado com o faseamento e sincronização das ações, bem como a padronização dos tipos de anexos mais comumente utilizados nas diretivas, também trarão mais qualidade ao planejamento.

CONCLUSÃO

Como se pode ver, o PPM e o PPC, embora guardando grandes semelhanças entre si, possuem um campo de aplicação diverso, embora complementar. O primeiro tende a ter seu emprego restrito, cada vez mais, aos estados-maiores em que se planejem operações de cunho eminentemente navais, ou seja, no planejamento do emprego singular do poder naval num nível de condução de guerra basicamente tático.

Por outro lado, ao sentarem-se à mesa como membros de um estado-maior combinado, os planejadores navais deverão estar aptos a lidar com a “ferramenta” PPC. Além de, é claro, estarem adequadamente familiarizados com a doutrina básica de comando combinado e as demais normas, emanadas do MD, atinentes ao planejamento e condução das diversas atividades inerentes ao emprego do Poder Militar.

Parece razoável buscar-se, tanto quanto possível, uma padronização mais ampla com relação à terminologia utilizada pelas Forças, assim como dos modelos de planos, ou demais itens afins, necessários na elaboração de uma diretiva por um estado-maior combinado. Tais modelos servirão de base para os planejamentos subseqüentes, nos escalões subordinados.

¹⁴ Aqueles lugares geográficos, ou eventos-chave, capazes de exercer uma grande influência no andamento das ações. Outra definição: “ponto a partir do qual um centro de gravidade, hostil ou amigo, possa ser ameaçado, podendo este ponto existir no tempo, espaço ou ambiente de informação”, de acordo com a publicação AAP-6 – Glossário de Termos e Definições, da OTAN.

¹⁵ *Ponto Culminante* é considerado, neste artigo, como o ponto (ou momento) a partir do qual uma Força não tem mais capacidade de continuar sua forma de operação. Na ofensiva, é o ponto em que não é mais possível prosseguir no ataque, devendo a Força retroceder para uma postura defensiva ou tentar uma *pausa operacional*. Na defensiva, é o ponto em que a contra-ofensiva não é mais possível.

É possível identificar certas “lacunas” no método descrito no PPC, tais como a falta de uma orientação segura a respeito de como organizar os meios adjudicados a uma determinada força, ou como definir suas respectivas tarefas. Destaca-se também a ausência, ou pouco realce, dado a determinados conceitos e orientações, para o planejador, ligados à Arte (ou Estratégia) Operacional. Por outro lado, tais “lacunas” parecem ser, em alguns pontos, propositais, permitindo um certo grau de liberdade metodológica aos planejamentos decorrentes, elaborados no âmbito dos estados-maiores singulares.

Embora o PPM se mostre bem ajustado, e suficientemente detalhado, no que diz respeito ao atendimento de requisitos inerentes ao planejamento do emprego de uma Força Naval (principalmente se considerarmos a realidade brasileira), este método pode ser aperfeiçoado. Isto pode ser feito não só por meio de ajustes conceituais, mas também enfocando-se a forma de trabalhar com o método ou o “como” empregá-lo.

A informatização do PPM “visando agilidade e eficiência, preservando a participação do planejador no processo lógico sem torná-lo por demais mecânico “ parece um caminho que vale a pena ser trilhado. Evidentemente, sabe-se que isso demanda recursos financeiros e humanos, bem como o cumprimento sistematizado de determinados procedimentos, visando a manutenção de bancos de dados seguros, confiáveis e atualizados.

Nesse sentido, descortina-se a necessidade de avaliar o grau de alterações a serem introduzidas no processo, sem deixar de lado a maior familiarização dos usuários com conceitos “mais modernos” de planejamento e condução de guerra. É necessário ter-se cuidado para que não se incorram em modificações sem efeito prático, que apenas levem a se dizer as mesmas coisas de forma diferente, ou que venham a inchar desnecessariamente o PPM.

Talvez seja conveniente aguardar quais serão os passos na evolução do PPC, participando ativamente das discussões a esse respeito, para posteriormente promoverem-se, no âmbito da MB, os necessários ajustes no PPM. Outra possibilidade seria a adoção direta da metodologia de planejamento combinado, depois de aperfeiçoada, em substituição ao PPM (à semelhança do já foi feito por outras marinhas), caso isto se mostre viável e vantajoso. De qualquer forma, a aderência, tanto quanto possível, aos instrumentos ou modelos utilizados nos níveis operacionais e estratégicos de planejamento é um aspecto a ser observado.

REFERÊNCIAS

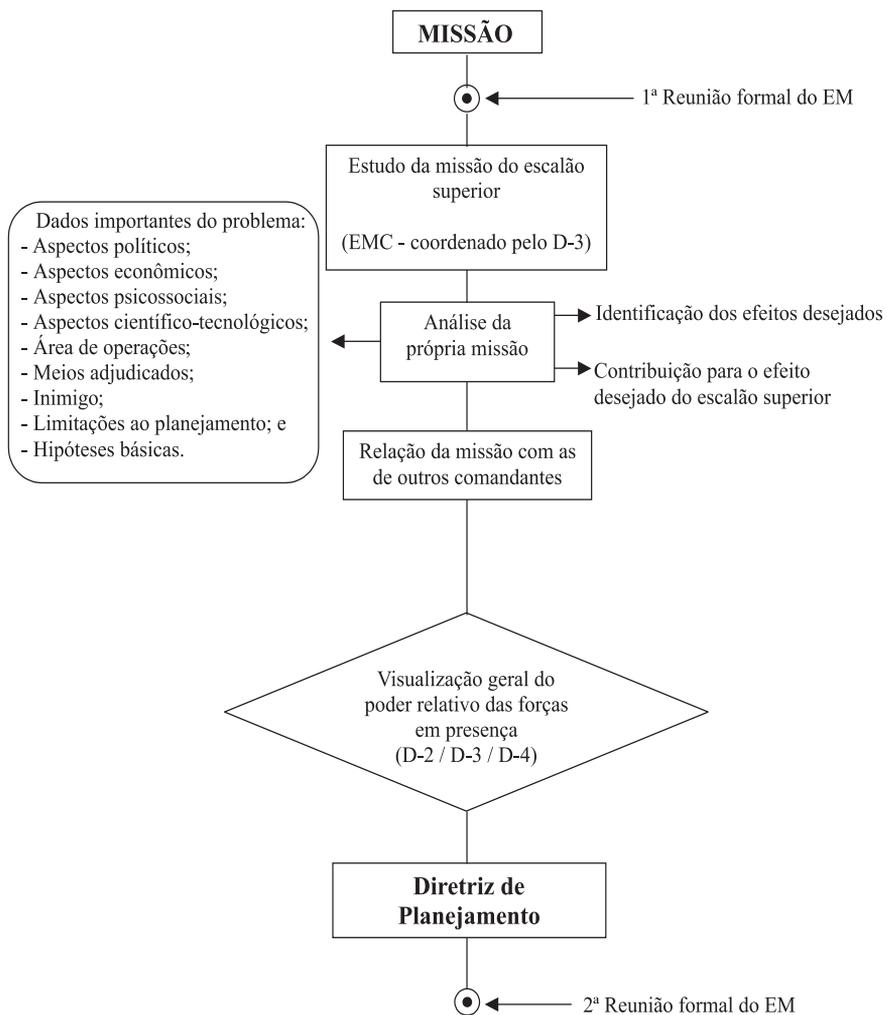
1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. *EGN-104: Planejamento militar* (2ª revisão). Rio de Janeiro, 2002.
2. _____. Ministério da Defesa. *MD33-M-05: Manual de processo de planejamento de comando para operações combinadas*. Brasília, 2001. 97p.
3. ESTADOS UNIDOS. Naval War College. *NWC 411G: Commander’s Estimate of situation (CES)*. Newport: Naval War College Press, 2004.

4. GRÃ-BRETANHA. King's College. *Planning manual*. s.n.t.
5. _____. Ministry of Defence. *JWP 0-01: British defense doctrine*. 2003.
6. OTAN. *Allied joint doctrine AJP-01(B)*. 2001.
7. PERTUSIO, Roberto L. *Estratégia operacional*. 2.ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2000.
8. VEGO, Milan. *Operational warfare*. Newport: Naval War College Press, 2000.

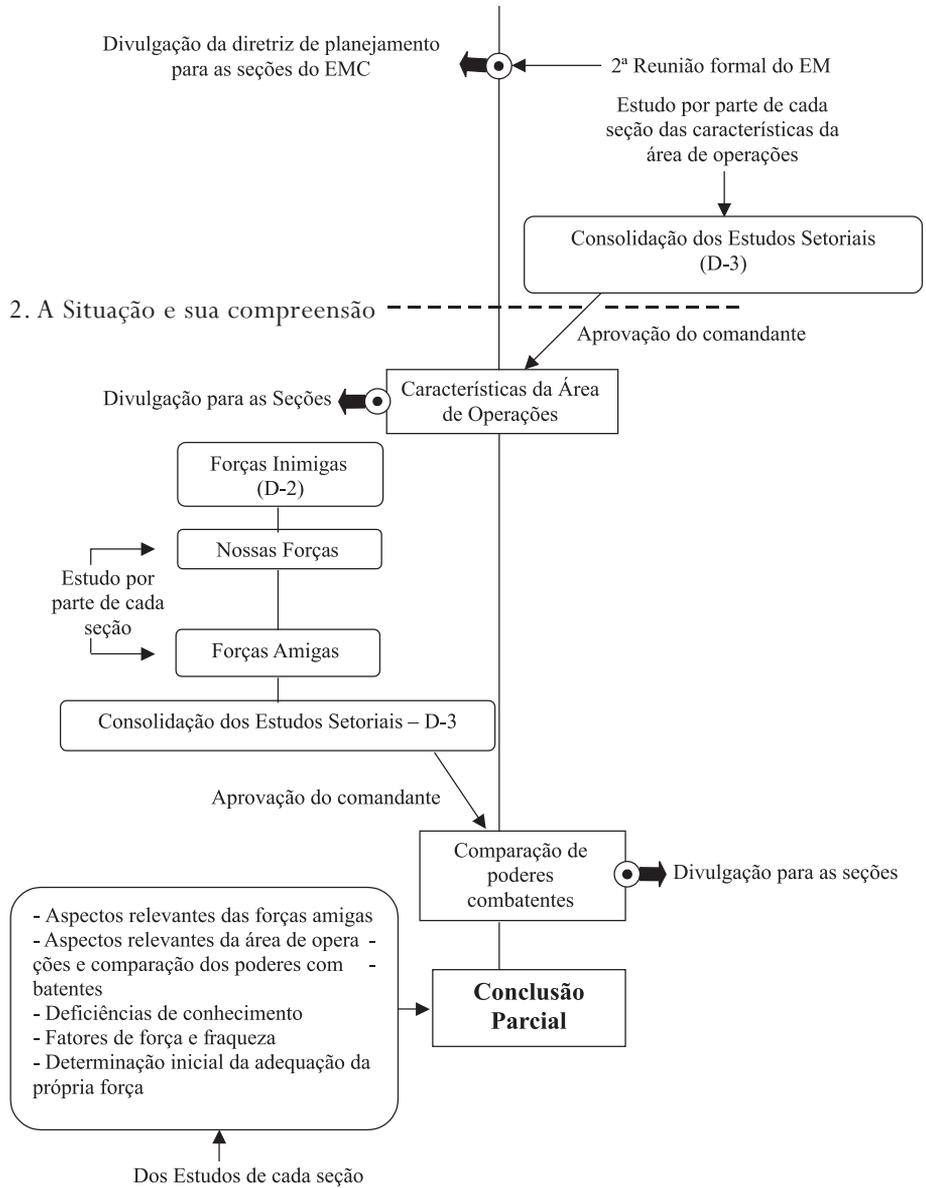
ANEXO A

PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE COMANDO PARA
OPERAÇÕES COMBINADAS

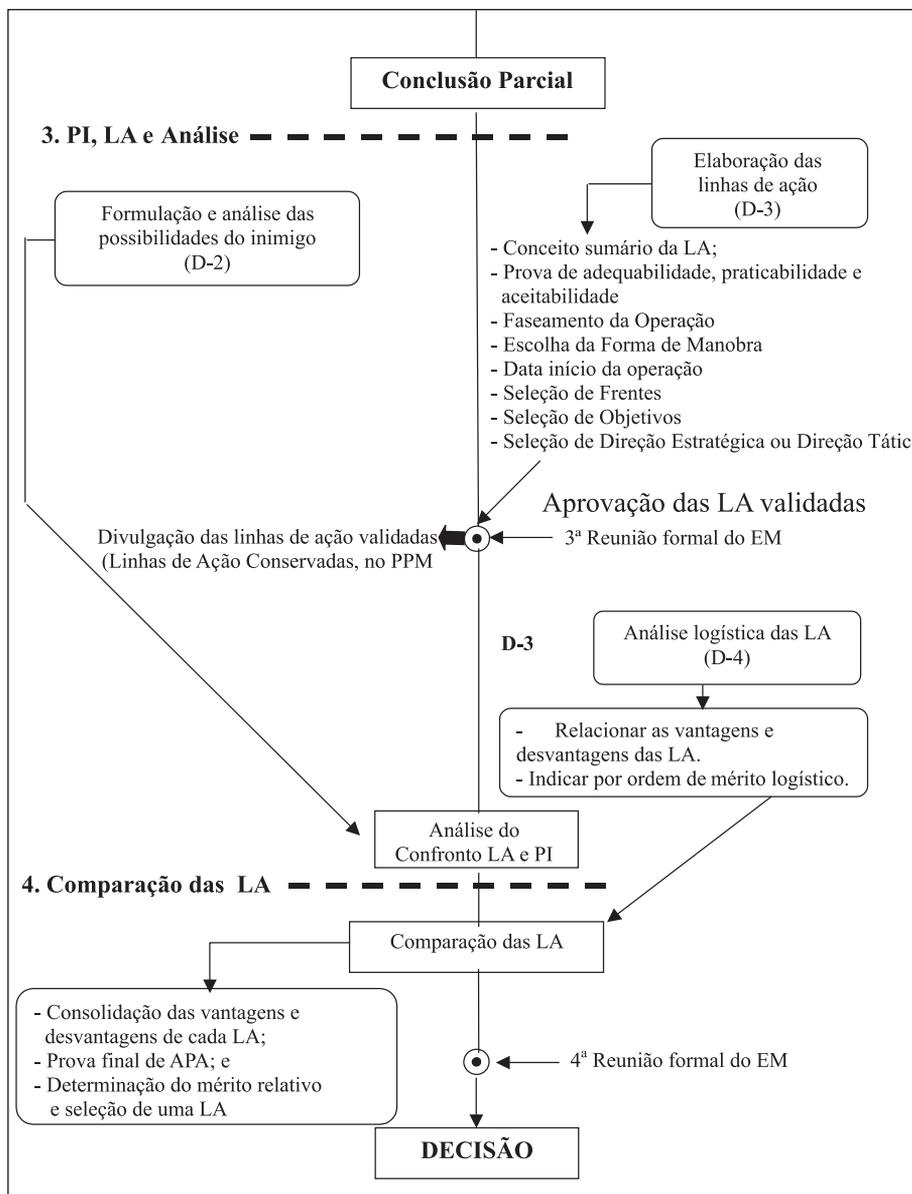
ESQUEMA SEQUENCIAL DO EXAME DE SITUAÇÃO

1. Análise da Missão e
Considerações Preliminares

CONTINUAÇÃO DO ANEXO A



CONTINUAÇÃO DO ANEXO A



ANEXO B

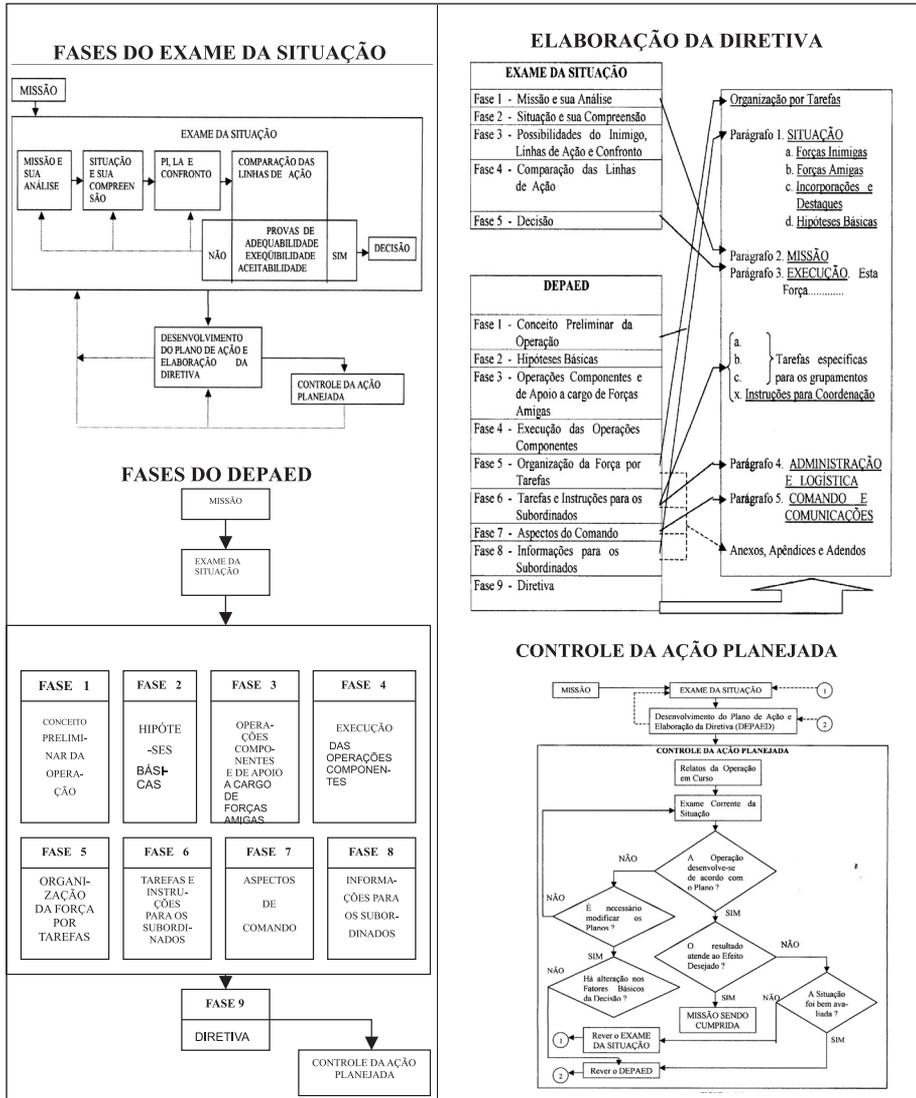
PROCESSO DE PLANEJAMENTO MILITAR (PPM)

<p style="text-align: center;">FORMATO PADRÃO PARA O EXAME DA SITUAÇÃO</p> <p>1) <u>A MISSÃO E SUA ANÁLISE</u></p> <p>a. Origem da Missão</p> <p>b. Enunciado da Missão</p> <p>c. Estudo da Missão do Superior</p> <p>d. Análise da própria Missão</p> <p>1) Identificação dos Efeitos Desejados</p> <p>2) Identificação dos Objetivos Principais e Eventuais</p> <p>3) Contribuição para o Efeito Desejado do Superior</p> <p>4) Dados importantes do Problema</p> <p>a) Limitações ao Planejamento</p> <p>b) Hipóteses Básicas Formuladas pelo Comandante</p> <p>e. Relação da Missão com as de outros Comandantes participantes da Operação</p> <p>f. Efeito(s) Desejado(s) do Inimigo.</p> <p>g. Resumo dos Pontos Principais da Análise da Missão</p> <p>2) <u>A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO</u></p> <p>a. <u>Esboço da Situação</u></p> <p>1) Aspectos Gerais, Políticos e Militares</p> <p>2) Forças Inimigas</p> <p>3) Forças Amigas</p> <p>4) Hipóteses Básicas Formuladas pelo Superior</p> <p>b. <u>Características da Área de Operações.</u></p> <p>1) Fatores Gerais</p> <p>a) Políticos</p> <p>b) Econômicos</p> <p>c) Psicossociais</p> <p>d) Científico-Tecnológicos</p> <p>2) Fatores Fixos</p> <p>a) Hidrografia</p> <p>b) Terreno e Topografia</p> <p>c) Clima e Meteorologia</p> <p>d) Períodos Diurnos e Noturnos</p> <p>e) Pontos de Importância Operativa</p> <p>f) Linhas de Transporte e de Suprimento</p> <p>g) Condições Sanitárias</p> <p>h) Facilidades Operativas e Defesas Fixas</p>	<p>i) Comunicações na Área</p> <p>j) Instalações de Mísseis</p> <p>c. <u>Comparação de Poderes Combatentes (CPC)</u></p> <p>1) Forças Combatentes</p> <p>2) Comunicações e Eletrônica</p> <p>3) Logística</p> <p>4) Fatores de Tempo e Distância (FTD)</p> <p>d. <u>Aspectos relevantes da Área de Operações e da Comparação de Poderes Combatentes</u></p> <p>1) Deficiências de Conhecimentos</p> <p>2) Áreas Críticas de Segurança</p> <p>3) Fatores de Força e Fraqueza (FFF)</p> <p>4) Determinação Inicial da Adequação da Própria Força</p> <p>3. <u>POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E CONFRONTO</u></p> <p>a. <u>Possibilidades do Inimigo</u></p> <p>1) Formulação e Análise das PI.</p> <p>2) Probabilidade de Adoção das PI Conservadas</p> <p>b. <u>Linhas de Ação</u></p> <p>1) Formulação das Linhas de Ação Preliminares (LAP)</p> <p>2) Conceito Sumário de cada Linha de Ação</p> <p>3) Prova de Adequabilidade e Provas Preliminares de Exequibilidade e Aceitabilidade</p> <p>4) Relacionamento das LA Conservadas</p> <p>c. <u>Confronto</u></p> <p>Começando com a LA nº 1 e a PI nº 1, cada análise inclui os quatro subparágrafos seguintes:</p> <p>1) Ações que o Inimigo pode executar para realizar a PI</p> <p>2) Ações que devem ser executadas para realizar a LA, em face da oposição dessas PI.</p> <p>3) Interações entre a LA e a PI</p> <p>4) Conclusões</p> <p>4. <u>COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO</u></p> <p>a. <u>Vantagens e Desvantagens.</u></p> <p>b. <u>Prova Final de Adequabilidade, Exequibilidade e Aceitabilidade.</u></p> <p>c. <u>Avaliação do Mérito relativo das LA e Seleção de uma LA para a Decisão.</u></p> <p>5. <u>DECISÃO</u></p>
---	---

CONTINUAÇÃO DO ANEXO B

<p>DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO E ELABORAÇÃO DA DIRETIVA (DEPAED)</p> <p><u>1. CONCEITO PRELIMINAR DA OPERAÇÃO</u></p> <p>a. <u>Reexame de aspectos do Exame da Situação</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Missão e Decisão 2) Efeitos Desejados e Objetivos 3) Fatores de Fraqueza do Inimigo e nossos Fatores de Força a serem explorados 4) Fatores de Força do Inimigo a serem evitados 5) Grau de confiança no fator surpresa 6) Limitações e considerações especiais relativas a comunicações e sua segurança, apoio logístico, informações, proteção, segurança das operações, movimentações e outros aspectos <p>b. <u>Conceito Preliminar da Operação</u></p> <p><u>2. HIPÓTESES BÁSICAS</u></p> <p>Relacionar as HB formuladas no Exame da Situação, após verificar a sua validade.</p> <p><u>3. OPERAÇÕES COMPONENTES E DE APOIO A CARGO DE FORÇAS AMIGAS</u></p> <p>a. <u>Requisitos relacionados com a Linha de Ação selecionada para a Decisão.</u></p> <p>b. <u>Análise de cada Requisito.</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Tarefas inerentes a cada requisito. 2) Meios para execução de cada Tarefa (Força Amiga ou nossa Força) e as Tarefas a serem especificamente atribuídas. 3) Tarefas a serem especificamente atribuídas à própria Força que exijam ou não a sua divisão. 4) Número e tipo de grupamentos em que a Força deve ser dividida. <p>c. <u>Solução de conflitos entre os grupamentos.</u></p> <p>d. <u>Operações Componentes e Operações de Apoio a cargo de Forças Amigas, com as respectivas Tarefas.</u></p> <p><u>4. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES COMPONENTES</u></p> <p>a. <u>Análise de cada Operação Componente, considerando o atendimento dos seus próprios Requisitos.</u></p>	<p>b. <u>Tipo e número dos meios necessários para a execução das Operações Componentes.</u></p> <p>c. <u>Instruções para apoio mútuo, coordenação e execução das operações correlatas.</u></p> <p>d. <u>Outras instruções e planos cuja preparação deva ser iniciada nesta Fase.</u></p> <p><u>5. ORGANIZAÇÃO DA FORÇA POR TAREFAS</u></p> <p>a. <u>Organograma da Organização da Força</u></p> <p>b. <u>Títulos descritivos, letras e números designativos dos grupamentos</u></p> <p>c. <u>Unidades (navios e aeronaves) componentes dos grupamentos.</u></p> <p>d. <u>Comandantes subordinados</u></p> <p>e. <u>Organização por Tarefas.</u></p> <p><u>6. TAREFAS E INSTRUÇÕES PARA OS SUBORDINADOS</u></p> <p>a. <u>Tarefas dos grupamentos-tarefa.</u></p> <p>b. <u>Tarefas a serem executadas por dois ou mais grupamentos e preparo das instruções necessárias a coordenação das Operações dos diversos grupamentos.</u></p> <p>c. <u>Instruções de coordenação necessárias à direção e ao controle do apoio administrativo e logístico.</u></p> <p>d. <u>Conceito da Operação e outros Anexos a esta Fase.</u></p> <p><u>7. ASPECTOS DE COMANDO</u></p> <p>a. <u>Substituto eventual do Comandante</u></p> <p>b. <u>Localização do Comandante e do seu substituto eventual.</u></p> <p>c. <u>Instruções para comunicações e remessa dos relatórios essenciais ao exercício do Comando</u></p> <p>d. <u>Anexos pertinentes a esta Fase.</u></p> <p><u>8. INFORMAÇÕES PARA OS SUBORDINADOS</u></p> <ol style="list-style-type: none"> a. <u>Situação Geral.</u> b. <u>Forças Inimigas</u> c. <u>Forças Amigas</u> d. <u>Incorporações e destaques</u> e. <u>Hipóteses Básicas</u> f. <u>Anexos pertinentes a esta Fase</u> <p><u>9. DIRETIVA</u></p>
--	--

CONTINUAÇÃO DO ANEXO B



RESENHA DO LIVRO: O Mundo é Plano: Uma breve história do Século XXI

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2005. 471p.

Capitão-de-Mar-e-Guerra Darwin Magnus Leite

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Darwin Magnus Leite foi Instrutor da Escola de Guerra Naval e Encarregado do Curso Superior (C-Sup) e Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários – Fase I (C-EMOI-I). Atualmente, exerce função na Diretoria Geral de Material da Marinha.

Thomas Friedman é jornalista e colunista de política externa do jornal norte-americano The New York Times. Conquistou por três vezes o prêmio Pulitzer. Seus livros de maior sucesso foram: “De Beirute a Jerusalém”; “O Lexus e a Oliveira: entendendo a globalização”; “Longitudes e latitudes: explorando o mundo depois do 11 de setembro”.

No livro “O mundo é plano”, Thomas Friedman descreve como o processo de globalização se desenvolveu ao longo da história e quais as características dessa evolução. Nele o autor conclui que o mundo está se tornando cada vez mais plano – uma alusão à redução das distâncias ocasionada pelo aumento da velocidade das comunicações – devido aos avanços tecnológicos advindos da ampliação da globalização atual que tem reduzido diferenças e distâncias entre povos.

Friedman afirma que houve um investimento maciço global em tecnologia a partir dos anos 90, quando se ampliaram as instalações de conectividade em banda larga combinado com uma contínua redução nos preços dos computadores. Esses elementos atuaram como fatores de convergência, que aproximaram povos distantes e aceleraram o efeito de planificação do mundo.

A idéia de um mundo plano contém o aspecto positivo de maior intercâmbio de conhecimento, mas possui o lado negativo ao favorecer também a expansão do terrorismo. Na visão de Friedman, ele se aproveitou desse processo e, explorando antigas tensões existentes entre alguns povos, espalhou ódio e terror.

Friedman divide o processo de globalização em três etapas: a primeira corresponde ao período dos descobrimentos iniciados em 1492 e vai até 1800, com o predomínio do uso da força pelos países; a segunda etapa compreende o período de 1800 a 2000 (sendo interrompido pela Grande Depressão de 1929 e pelas duas guerras mundiais), caracterizando-se pela expansão das multinacionais; a terceira se iniciou em 2000 e prossegue na era atual.

A etapa atual do processo de globalização se caracteriza pela transferência de atividades consideradas inferiores na cadeia de valor para outros países, como

por exemplo a Índia, a China e o México. Esse movimento é conhecido como *offshoring* e segue a lógica dos mercados de buscar a realização do trabalho onde ele puder ser feito de forma mais eficaz, eficiente e ao menor custo. Essa tendência revela que as relações de trabalho no mundo plano estão em transformação.

Uma outra importante característica atual do trabalho é a transferência das estações de trabalho para o lar. Segundo o autor, cerca de 16% da força de trabalho dos EUA desenvolve suas atividades profissionais em casa. Este tipo de trabalho vem sendo denominado de *homesourcing* e caracteriza a tendência à busca permanente de redução dos custos e aumento da eficácia por parte das empresas.

Friedman acredita que essas transformações nas relações de trabalho também atingem o âmbito militar. Ele relata uma visita ao acampamento da 24ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais dos EUA, próximo a Faluja, no Iraque, em 2004, onde pôde verificar os efeitos do mundo plano nas operações militares. Naquela ocasião o autor presenciou uma ação militar empregando um Predator (VANT¹) que transmitia as imagens do local em sistema de videoconferência enquanto oficiais de operações, nos EUA, debatiam por *chat* como as forças deveriam ser empregadas em solo iraquiano. Uma importante constatação a que chegou Friedman é que no mundo plano a quantidade de informações disponíveis tende a aproximar os escalões da hierarquia militar.

Thomas Friedman identifica 10 forças no impulso da transformação mundial na terceira etapa da globalização: a queda do muro de Berlim em 9/11/1989; a entrada das ações da empresa Netscape no pregão da bolsa de valores de Nova York em 9/8/1995 (marco da importância econômica da internet); o desenvolvimento de *softwares* de fluxo de trabalho interoperáveis, permitindo o intercâmbio de informações entre sistemas e a integração do trabalho nas organizações; o uso de programas de código aberto (*softwares* compartilhados que não possuem exclusividade no direito de uso); a terceirização de serviços usando a internet; a ampliação das atividades de *offshoring*; o aprimoramento e a consistência das cadeias de fornecimento; a internalização ou *insourcing* (uma nova forma de colaboração e criação horizontal de valor que nivela pequenas empresas); a ampliação da oferta de informações pelas ferramentas de localização na internet como o “Google”; as novas tecnologias *wireless* e o *Voice Over Internet Protocol* (VOIP) que amplificam e potencializam todas as demais forças transformadoras, pela facilidade que introduzem nas comunicações que empregam a internet.

A TRIPLA CONVERGÊNCIA

Segundo Friedman a convergência de três fatores fundamentais orienta o desenvolvimento econômico e social do novo mundo plano. A primeira refere-se à combinação de *softwares* e *hardwares* de fluxo de trabalho, que viabilizam a participação em tempo real via *web* do trabalho de pessoas independente dos limites geográficos. A segunda diz respeito à formação de uma massa crítica de gerentes, consultores, formadores, especialistas em TI, executivos e demais profissionais

¹ VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado.

familiarizados e capazes de desenvolver processos e práticas empresariais para criação de valores e hábitos no novo mundo plano. A terceira ocorre por efeito das 10 forças de transformação da globalização que propiciou a entrada em cena de cerca de 3 bilhões de pessoas de países como a China, Índia, Rússia, Leste da Europa, América Latina e Ásia, até então alijadas do processo devido às estruturas políticas e econômicas anteriormente existentes.

Friedman afirma que a tripla convergência levará as sociedades modernas à revisão dos seguintes aspectos: a forma de preparação dos indivíduos para o trabalho; a forma de competição entre as empresas; as organizações econômicas dos países e suas considerações geopolíticas; políticas sociais; conceitos de exploração econômica; perda de identidade nacional das empresas; conceito de Estado-nação; o surgimento de empresas globais.

Para ele, à medida que o mundo se achata as hierarquias vão sendo niveladas, nos dois sentidos, tanto de baixo para cima quanto de cima para baixo. Esse conceito também se aplica ao campo militar, como relatou o autor em sua experiência de 2004 no Iraque.

OS EUA E O MUNDO PLANO

Thomas Friedman afirma que a terceirização é uma consequência das transformações promovidas pela etapa da globalização que vivemos, onde deve prevalecer o livre-comércio, pois mudanças estão continuamente em curso e novos produtos surgem todos os dias. Além disso, os produtos ou serviços diretamente relacionados ao conhecimento tendem a se valorizar, pois são aplicados a um mercado global, enquanto os serviços relacionados basicamente ao trabalho braçal devem sofrer desvalorização, pois são oferecidos a um mercado cada vez mais restrito. Para confirmar essa tendência histórica o autor menciona o trabalho na agricultura norte-americana, que há 150 anos atrás era responsável por 90% do emprego da mão-de-obra e hoje possui um percentual inferior a 4%. No ambiente da moderna economia do conhecimento² predomina a especialização e por isso o autor afirma que a vantagem comparativa de países como os EUA é a produção intensiva de bens em conhecimento.

Para Friedman, a China e a Índia não empurram os EUA para baixo, mas para cima, ao estimularem o desenvolvimento de novas tecnologias, novos conhecimentos como forma de superação competitiva. Nesse sentido, o caminho do desenvolvimento econômico dos EUA está em ampliar competências e investir em práticas que permitirão a cada indivíduo norte-americano participar do mercado global.

OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E O MUNDO PLANO

Segundo Thomas Friedman, países em desenvolvimento deveriam avaliar seu posicionamento diante da realidade do achatamento global para tirar vanta-

² Em a economia do conhecimento, o autor refere-se à geração de valor por meio da produção de conhecimento.

gens das novas plataformas³. Essa avaliação corresponderia a uma introspecção que indicasse os limites para se entrar no jogo global, combatendo a pobreza pelo crescimento econômico e do comércio.

Para Friedman as verdadeiras reformas devem atingir quatro aspectos da sociedade: infra-estrutura, instituições reguladoras, educação e cultura. É preciso que haja um crescimento produtivo e competitivo, adequado aos recursos disponíveis em cada país. Nessa lógica as condições básicas para evolução econômica na atualidade podem ser medidas pela facilidade em: iniciar um negócio (quanto a normas, regulamentos e taxas), contratar ou dispensar funcionários, fazer valer contratos, obter crédito e encerrar empresas.

Alguns países apresentam elevado grau de dificuldade nessas atividades, indicando que se afastam das condições favoráveis ao crescimento econômico no mundo plano, tais como: Indonésia, Haiti, Congo, El Salvador, Guatemala, Nigéria, México, Brasil e Venezuela. Outros países demonstram maior grau de adaptação aos novos tempos, ao atenderem essas condições, tais como: Austrália, Dinamarca, Singapura, Holanda, Áustria, Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia, Noruega, Finlândia e EUA.

Historicamente, observa-se que a relação da riqueza dos países com suas culturas revela a importância da localização e dos recursos naturais. Nesse aspecto, Friedman se refere à internalização de valores como o trabalho árduo, prosperidade, honestidade, paciência e tenacidade, abertura às mudanças tecnológicas e igualdade social. O autor ressalta a abertura a novas idéias e a internalização cultural pela sociedade como fatores chave para participação adequada em um mundo plano. A conclusão, nesse aspecto é que os povos muçulmanos encontram-se em desvantagem para competirem no mundo plano. Entretanto, ressalva Friedman, isso pode mudar, pois a cultura não é estática.

Além disso, o desenvolvimento econômico no mundo plano está relacionado a elementos intangíveis, que compreendem a disposição e a capacidade de uma sociedade em se unir e se sacrificar em prol do desenvolvimento econômico. Também são necessárias lideranças na sociedade que transmita a correta visão sobre o que precisa ser feito para esse desenvolvimento. A China é um bom exemplo de que a inserção no mundo globalizado é mais uma questão de liderança do que de democracia.

A educação é o esteio desse processo, capaz de promover e sustentar o conjunto de mudanças necessárias ao desenvolvimento com maior rapidez.

AS EMPRESAS E O MUNDO PLANO

As empresas enfrentam o desafio de ajustar-se ao achatamento global, desenvolvendo estratégias que viabilizem o crescimento econômico e as adequem às mudanças. As estratégias que podem atender a esses requisitos são: não construir muralhas, ou seja, agir pró-ativamente, usar a imaginação para criar soluções

³ Em novas plataformas, o autor refere-se às novas bases da economia para geração de valor produzidas pelo processo de globalização.

colaborativas que atendam às necessidades dos clientes; comportar-se como uma grande empresa, ainda que não seja, explorando oportunidades, o que requer rapidez no aproveitamento dos instrumentos de colaboração (cadeias de fornecimento, terceirização e uso intensivo de internet); comportar-se como uma empresa pequena, ainda que não seja, permitindo a seus clientes agirem como grandes, usando principalmente recursos de internet que facilitem a customização dos produtos oferecidos; buscar as melhores parcerias para levar a efeito os seus negócios, devido a complexidade crescente na criação de valor; manter uma estrutura saudável, fazendo uma auto-avaliação e apresentando os resultados desse esforço nas entregas aos clientes; terceirizar para inovar com rapidez e a custo reduzido a fim de crescer, ganhar fatias de mercado e contratar colaboradores de diferentes especialidades necessários as variadas demandas do mundo plano; efetuar terceirizações que atendam as necessidades dos empresários sociais.

GEOPOLÍTICA E O MUNDO PLANO

Thomas Friedman acredita que a existência da classe média é essencial porque confere estabilidade geopolítica às sociedades, mas adverte que essa classe não é um estado de rendimento e sim um estado de espírito. Nela se incluem as pessoas que acreditam ter um caminho para escapar da pobreza. Quando essa esperança desaparece podem surgir sérios problemas sociais. A falta de uma classe média desenvolvida é um obstáculo ao aplainamento do mundo e cria bolsões de excluídos, como ocorre na África e América do Sul.

Friedman afirma que os movimentos anti-globalização surgiram como uma forma de oposição ao Banco Mundial, ao FMI e ao G8. Esses movimentos ganharam força com a crescente oposição mundial à invasão militar norte-americana no Iraque. A globalização foi associada diretamente aos EUA, incorporando aos seus opositores os anti-americanos. Para o autor, os movimentos anti-globalização encerram hoje uma contradição fundamental ao não reconhecerem que a globalização está diminuindo a pobreza em países como a China e a Índia e também nos países do leste europeu.

De fato essa é uma discussão de como globalizar, uma vez que o processo se mostra como irreversível. Qual o modelo que reúne a melhor combinação de recursos e competências e como os Estados podem contribuir para esse processo que ao final deverá gerar crescimento econômico? Igualmente, Friedman sugere que os movimentos anti-globalização devam orientar-se pelo fundamento que motivou suas iniciativas originais, ou seja, o combate à pobreza de forma eficaz, e não combatendo o crescimento econômico.

Segundo Friedman, as diferenças culturais entre as sociedades geraram sentimentos de antagonismo à globalização e ao que ela representa. Esse tipo de reação ficou característica nos povos árabes e muçulmanos, que não estavam preparados para conviver com as diferenças culturais que a globalização evidenciou. Contribui para essas diferenças o fato de muitos desses povos viverem sob o domínio de governos autoritários que limitam as opções de desenvolvimento humano de dezenas de milhões de jovens muçulmanos. Isso permite afirmar que a globalização facilitou a percepção desses contrastes.

Friedman entende que os fundamentalistas islâmicos, preocupados com as “ameaças” aos seus arraigados valores e crenças, entenderam que atacar a liberdade apregoada pela cultura globalizante seria a melhor maneira de combate. Para isso resolveram minar o requisito fundamental do processo: a confiança. Thomas Friedman sustenta que o recurso ao terrorismo foi adotado como uma tentativa de negar a confiança entre povos e a abertura cultural, impondo limites à expansão da globalização. A dissonância cognitiva exposta pelas diferenças entre as sociedades estimulou um sentimento de humilhação e colocou os fundamentalistas islâmicos diante de um dilema: abandonar sua idolatrada religião ou permanecer na retaguarda do progresso tecnológico atualmente experimentado pela humanidade. Diante desse indesejável dilema a violência tornou-se uma saída aceitável. Em outras palavras, a frustração e o sentimento de humilhação nutriram o terrorismo para o combate aos valores da globalização materializados nos EUA.

Outro obstáculo geopolítico ao achatamento do mundo é a limitação de recursos naturais e a crescente degradação do meio-ambiente. Há um entendimento de que o planeta não suportaria atender mais 1,3 bilhões de consumidores, correspondentes a China, Índia e países do leste europeu, nas mesmas condições em que vivem os demais países desenvolvidos. Friedman menciona dados do Banco Mundial, segundo os quais a China possui 16 de suas cidades entre as 20 mais poluídas do mundo. A conclusão do autor é a de que as alterações climáticas percebidas pelas sociedades na atualidade podem impor restrições ao processo de desenvolvimento econômico.

A PREVENÇÃO DE CONFLITOS

As cadeias de produção de muitos produtos modernos, como por exemplo, os computadores DELL, envolvem componentes de diversos países, como Coréia do Sul, Filipinas, Malásia, Costa Rica, México, Singapura, Japão, Taiwan e China, além de diversas empresas nos EUA. Essa extensão planetária de cadeia de fornecimento revela um risco sistêmico em caso de guerra. Por outro lado, a dependência externa dos diversos participantes da cadeia também sugere uma influência do mundo plano no equilíbrio geopolítico e nas ameaças clássicas de conflito. Em outras palavras, na medida em que os países estreitam seus laços de complementaridade econômica, aumentam também as restrições às possibilidades de guerras contra países vizinhos, o que não significa dizer que as guerras tenham se tornado eventos obsoletos.

Grupos terroristas, como o Al-Qaeda, já perceberam a possibilidade de formarem suas cadeias informais globais de suprimento com fins voltados para causar destruição e mortes. Ou seja, para combater os resultados da globalização os terroristas se utilizam de seus efeitos, como o de permitir que pequenos atuem como grandes e facilitar a comunicação. Nesse sentido, Friedman alerta para que se evite a todo custo que terroristas tenham acesso a artefatos nucleares, o que ampliaria em muito o poder de intimidação do terrorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do livro *O Mundo é Plano* torna-se requisito para entender a dinâmica atual do processo de globalização em que vivemos, bem como de seu desenvolvimento histórico. O acelerado desenvolvimento tecnológico dos últimos tempos promoveu o achatamento do mundo, aproximou povos e culturas, evidenciou as diferenças culturais e permitiu que pequenos pensassem e agissem como grandes. Essas transformações estão alterando as relações de trabalho e tornando as hierarquias mais horizontais. Nesse ambiente, identifica-se a tendência dos países desenvolvidos concentrarem seus recursos e competências na produção de conhecimentos para geração de valor, enquanto que os países em desenvolvimento se mantêm na parte inferior da cadeia produtiva até que se adequem às condições necessárias a completa inserção na economia global.

É útil a interpretação do terrorismo como uma forma de reação de povos menos globalizados ao avanço cultural decorrente da planificação do mundo, pois sugere a necessidade de se desenvolver não só as relações comerciais e econômicas entre os povos, mas também as iniciativas de fomento à educação e à aproximação cultural.

Um importante aspecto na análise feita por Friedman refere-se aos desdobramentos geopolíticos das transformações produzidas pela globalização. O autor relaciona a geopolítica aos valores do mundo plano, onde a importância da conformação geográfica e a orientação política é menos importante que na visão clássica, na medida em que identifica a globalização de pessoas e não de Estados. O entendimento de que o terrorismo e a questão ambiental podem frear o processo de globalização parece bastante hodierno e certamente merecerão especial atenção das lideranças políticas para continuidade do crescimento econômico no planeta. Por fim, Friedman deixou claro o entendimento que se trata de um processo irreversível, sem o qual não se pode imaginar que um país possa crescer autonomamente de forma sustentada na terceira etapa da globalização.

RESENHA DO LIVRO: DICIONÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUILHERME A. Silva; WILLIAMS Gonçalves. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manoele, 2005. 280p.

Capitão-de-Fragata (IM) André Luís Melo de Andrade

O Capitão-de-Fragata (IM) André Luís Melo de Andrade foi aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores em 2005 e, atualmente, é o Encarregado da Área de Estudo II – Administração e Logística – da Escola de Guerra Naval.

A montagem de um dicionário é, sem dúvida, um desafio. E um desafio sem fim, pois, para servir como referência, de forma satisfatória, um dicionário deverá acompanhar as transformações dos entendimentos dos termos que comporta. Do contrário, correrá o risco de se portar como gelo exposto ao sol, que perde a sua consistência com o passar do tempo.

Um dicionário de relações internacionais funciona como instrumento concreto, apto a nivelar conhecimento em um importante campo de pesquisa para o Brasil, detentor de potencial que o habilita, ao menos no plano teórico, a ampliar sua inserção no contexto internacional. Para atingir esta meta, a existência de profissionais dotados de suficiente formação acadêmica em estudos internacionais, nas suas instituições, entre elas a Marinha do Brasil, será, sem dúvida, um requisito a ser atendido.

Paralelamente, a publicação de livros em língua portuguesa representa uma vitória para a cultura dos Estados que a utilizam como vernáculo. Afinal de contas, a edição de publicações escritas em português ainda se mostra incomparavelmente aquém, em patamar numérico, dos índices registrados pelas edições em língua inglesa.

Um dicionário com termos relativos às relações internacionais, e cujos autores são brasileiros, contém, inegavelmente, o valor do pensamento nacional. A tradução direta de textos de pesquisadores estrangeiros nos nega a chance de podermos imprimir as características da nossa realidade e, conseqüentemente, agrega valor de conteúdo questionável para a formação do verdadeiro pensamento nacional no desenvolvimento de pesquisa proveitosa para o Brasil.

No *Dicionário de relações internacionais*, a formação distinta de cada um dos autores faz-se presente nas abordagens dos termos tratados e isto garante enriquecimento para a publicação, que se mostra capaz de estabelecer um padrão nacional de idéias, a partir do entendimento das demandas domésticas em relação ao assunto. Tal padrão fica bem demonstrado tanto quando da opção por abordar termos como Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Itamaraty e outros, os quais, certamente, contariam com menor espaço em publicações de estudiosos estrangeiros,

quanto no exemplo das relações entre o Brasil e a Argentina, a qual os autores utilizam para indicar uma situação concreta de equilíbrio de poder.

Além disto, o “respeito intelectual mútuo” – segundo as palavras dos próprios autores, contidas no prefácio da obra – preserva, a meu ver, o suficiente espaço para cada um, individualmente, sem que isto esteja demonstrado de maneira exacerbada, ao longo da construção dos textos. Ao invés, observa-se efeito sinérgico, proveitoso para o leitor que busca o saber.

Os autores apontam, claramente, a visão a respeito dos futuros desdobramentos do assunto. Neste ponto, reconhecemos mais um notável mérito da obra, a qual não foi montada com a limitação de definições e levantamentos referenciais, com semblante por demais estático. Ao contrário, os autores foram capazes de proporcionar ao leitor uma construção de conhecimento pautado, até mesmo, na dinâmica, com movimento em direção ao futuro dos termos estudados e ao futuro das relações internacionais.

As abordagens de termos como direito internacional, economia política internacional, geopolítica, globalização e guerra foram realizadas na medida perfeita para um trabalho de relações internacionais destinado a tornar-se referência para estudantes e profissionais do ramo. Ainda, as diversas apreciações que apresentam a respeito do entendimento do imperialismo e do período da efetiva delimitação da Guerra Fria são verdadeiras demonstrações de que houve espaço suficiente para diversas interpretações, o que muito acrescenta numa salutar discussão acadêmica.

Por fim, podemos afirmar que o *Dicionário de relações internacionais* permite leitura agradável e acessível para os iniciados e para os leigos em relações internacionais. Mais do que isto, o livro contém qualidade suficiente para torná-lo uma obra de referência na literatura nacional, embora, como qualquer trabalho científico, careça de contínuo aprofundamento dos conceitos tratados.

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Horário de Funcionamento:

Dias úteis: 07h30 às 21h

Licenças administrativas: 8h às 17h

Sábados: 8h às 12h e 13h15 às 18h

Serviços:

- empréstimo automatizado de publicações para militares e civis da MB;
- empréstimo entre bibliotecas; e
- biblioteca participante da Rede BIM (Bibliotecas Integradas da Marinha)

Acervo:

A biblioteca é especializada em assuntos militares. O acervo da biblioteca possui publicações sobre os seguintes assuntos: Poder Naval, Poder Marítimo, Direito Internacional, Relações Internacionais, Política, Geografia Humana e Econômica, História Naval, História Geral e do Brasil, Administração, Economia e Contabilidade.

O acervo conta hoje com aproximadamente vinte e três mil títulos entre livros, monografias, ensaios, palestras, conferências e fitas de vídeo sobre diversos assuntos da área militar.

Contato:

Endereço: Av. Pasteur, 480, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2295-7882 r. 9335

Fax: (21) 2295-1795

e-mail: biblioteca@egn.mar.mil.br

site: www.egn.mar.mil.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

A Revista da EGN aceitará trabalhos inéditos, sob forma de artigos ou ensaios, relacionados à: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítimas e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle. A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres dos membros dos Conselho Editorial, Conselho Consultivo ou de Pareceristas ad hoc, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da Revista.

As colaborações para a Revista da EGN devem seguir as seguintes especificações:

1 – O artigo deve ser apresentado de acordo com a NBR 6022 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica – Apresentação.

2 – A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, na ordem em que serão descritos a seguir:

a) PRÉ-TEXTUAIS

Título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:) e na língua do texto.

O(s) autor(es) deve(m) ser indicado(s) por extenso, depois do título. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, aparecem em rodapé indicado por asterisco na página de abertura.

O resumo dos artigos na língua do texto terá no máximo 10 (dez) linhas e três palavras-chaves que devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

b) TEXTUAIS:

Os elementos constantes são a introdução, desenvolvimento e a conclusão.

c) PÓS-TEXTUAIS:

O resumo em língua estrangeira é elemento obrigatório: em inglês-Abstract; em espanhol-Resumen; em francês-Resumé, por exemplo.

Deve-se traduzir as palavras-chave para o idioma utilizado no resumo. (em inglês-Keywords; em espanhol-Palabras clave; em francês Mots-clés, por exemplo).

As referências obedecerão à NBR 6023, por exemplo:

SOBRENOME, Nome. Título da obra em itálico: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, Ano. N° de páginas com p.

SOBRENOME, Nome. Título da parte. In: título da obra em itálico. Edição (se houver). Local: Editora, Ano. p.x-y.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Título do periódico em itálico, Local, v., n., p.x-y, mês e ano.

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local, Ano. Disponível em :<endereço eletrônico>. Acesso em: dia mês e ano.

Alguns elementos pós-textuais, como título em língua estrangeira, notas explicativas, glossário, apêndices e anexos podem ser incluídos, seguindo as instruções da NBR 6022.

3 – O artigo deve ser apresentado em duas vias impressas, com seu respectivo arquivo digital em disquete/CD, no padrão Word for Windows. Terá, no máximo, 20 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5cm e margens de 2,5cm. Podem ser acrescentadas notas de rodapé ao final de cada página do texto.

4 – Para textos com imagens, as originais impressas deverão ser, preferencialmente, enviadas para serem digitalizadas na produção da Revista. Caso o autor fique impossibilitado de enviar as imagens originais, deverá encaminhar seus respectivos arquivos em 300 dpi no formato JPG e dimensionadas em aproximadamente 5x5 cm. As imagens não deverão estar inseridas no texto, mas em disquete/ CD anexo. No caso de imagens provenientes de máquina digital, deverão estar na mais alta resolução da câmera.

5 – Está disponível no site da Escola de Guerra Naval, no endereço www.egn.mar.mil.br/egn/revistaEgn.htm o modelo de confecção do artigo.

6 – Os ensaios deverão seguir as mesmas normas especificadas para os artigos.

7 – Os trabalhos devem ser remetidos com uma folha a parte com o nome completo do autor, seguido das referências com as quais deseja ser apresentado (máximo de 3 linhas), endereço completo, telefone para contato e e-mail.

8 – A Revista da EGN se reserva todos os direitos autorais sobre os trabalhos publicados, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

9 – Toda correspondência referente à Revista da EGN deve ser encaminhada à Escola de Guerra Naval – Av. Pasteur, 480 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-240, aos cuidados do Editor da Revista da EGN.

TÍTULO DO ARTIGO DE PERIÓDICO: FORMA DE APRESENTAÇÃO PARA A REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Regina Boanerges Siqueira*, Cremilda Santos*

Resumo: Este trabalho apresenta um exemplo da estrutura de um artigo de periódico a ser editado pela Escola de Guerra Naval. Ao redigir, o autor deve lembrar que o resumo na língua do texto terá no máximo 10 linhas.

Palavras-chave: Normalização. Documentação. Referências. Artigos de periódicos.

Introdução

Parte inicial do artigo, onde devem constar as delimitações do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

Desenvolvimento

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. É o núcleo do trabalho onde o autor expõe, explica e demonstra o assunto em todos os seus aspectos.

Conclusão

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. O autor pode expor sua opinião com base em suas avaliações e interpretações, podendo recomendar ou sugerir mais pesquisas na área.

Abstract para língua inglesa

Resumen para língua espanhola

Keywords para língua inglesa

Palabras clave para língua espanhola

REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro: a Associação, 2003.
2. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte : ed. UFMG, 2004.